

**DO ESCAMBO À
ESCRAVIDÃO**



●●●●●
 - - - - -

DUAS INTERPRETAÇÕES DA LINHA DE DEMARCAÇÃO DO TRATADO DE TORDESILHAS, DE 7 DE JUNHO DE 1494.
 MARCAÇÃO APROXIMADA DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA PELO TRATADO DE MADRI, DE 13 DE JANEIRO DE 1750.

Adaptado de F. A. de Varnhagen, *Historia Geral do Brasil* (Rio, 1877), I, 134 e Samuel Whitmore Bogs, "Fronteiras Internacionais" (International Boundaries, Nova York, 1940, p. 78), com permissão da Columbia University Press.

CAPITANIAS DO BRASIL POR VOLTA DE 1535

- | | |
|--------------------------------|-------------------------------------|
| I. Martim Afonso de Sousa | VII. Francisco Pereira Coutinho |
| II. Pero Lopes de Sousa | VIII. Duarte Coelho |
| III. Pero de Góes | IX. João de Barros e Aires da Cunha |
| IV. Vasco Fernandes Coutinho | X. João de Barros e Aires da Cunha |
| V. Pedro do Campo Tourinho | XI. Antonio Cardoso de Barros |
| VI. Jorge de Figueiredo Corrêa | XII. Fernando Alvares de Andrade. |

Serie 5.^a ★ B R A S I L I A N A ★ Vol. 225
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

ALEXANDER MARCHANT

DO ESCAMBO À ESCRavidÃO

AS RELAÇÕES ECONOMICAS DE PORTUGUESES
E INDIOS NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL

1500-1580

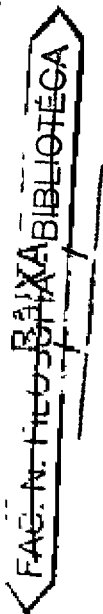


★
TRADUÇÃO DE
CARLOS LACERDA

★

1943

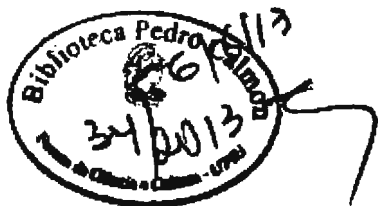
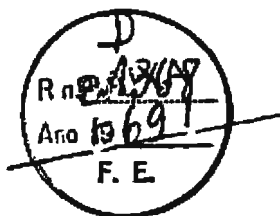
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
S. Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Porto Alegre



365758-50

Do original americano
FROM BARTER TO SLAVERY

The Economic Relations of Portuguese and Indians in the Settlement of
Brazil, 1500-1580.



*Direitos de tradução para a língua portuguesa
gentilmente cedidos à*

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
pela

JOHNS HOPKINS PRESS

LISTA DE ABREVIações

- Anchieta..... *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594)*, coligidos por Afrânio Peixoto. "Publicações da Academia Brasileira: Cartas Jesuíticas III" (Rio de Janeiro, 1933).
- CA *Cartas avulsas de Jesuítas, 1550-1568*, coligidas por Afrânio Peixoto. "Publicações da Academia Brasileira: Cartas Jesuíticas II" (Rio de Janeiro, 1931).
- DH *Documentos históricos* (41 vols., 1928—). (Vols. I-II, Arquivo Nacional; III-XXXIV, Biblioteca Nacional; XXXV-XLI, Ministerio da Educação e Saúde: Biblioteca Nacional. Vários compiladores). (Rio de Janeiro, 1928—).
- HCP..... *História da colonização portuguesa do Brasil: Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil*, organizada por Carlos Malheiro Dias (3 vols., Porto, 1924-26).
- Nobrega..... Manuel da Nobrega, *Cartas do Brasil, 1549-1560*, coligidas por Valle Cabral e Rodolpho Garcia. "Publicações da Academia Brasileira: Cartas Jesuíticas I" (Rio de Janeiro, 1931).
- Soares, *Tratado* Gabriel Soares de Sousa, *Tratado descriptivo do Brasil em 1587. Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Hespanha, e França, e accrescentada de alguns commentarios por Francisco Adolpho de Varnhagem* (3.^a ed., São Paulo, 1938).

INDICE

| | PAGS. |
|---|-------|
| Nota do tradutor | 9 |
| Prefacio | 14 |
| CAPS. | |
| I — Introdução | 17 |
| II — Traficantes de pau-brasil e guarda- -costas | 36 |
| III — Os donatarios | 64 |
| IV — O governador real (Tomé de Souza, os jesuitas e o sistema de escambo) | 111 |
| V — O governador real (Duarte da Costa, Mem de Sá e os jesuitas) | 139 |
| VI — O governo real (Cerca de 1580) ... | 167 |
| Apêndice | 190 |
| Notas bibliograficas | 194 |
| Fontes | 201 |

NOTA DO TRADUTOR

*A*bra-se ao acaso uma *Historia do Brasil para uso das escolas*. Com raras exceções, nelas se encontram repetidos conceitos depreciativos acerca do papel do indio na formação economica do Brasil colonial. Encontramos numã *Historia em que estudam os meninos para exame de admissão ao curso secundário*: “Como os indios nada produziam que se aproveitasse ao comércio”... Mudadas as palavras, o conceito é sempre o mesmo. Si se trata de explicar o advento do trafico de escravos negros, a fórmula é simples: como os indios, por sua indolencia — os mais benévolo, ou mais nacionalistas, dizem que eram os indios irremediavelmente amantes da liberdade, portanto incapazes de se adaptarem ao trabalho —, não representassem valor economico na produção colonial, recorreram os colonos à escravidão negra.

Esse erro monotonamente repetido foi desfeito, de passagem, pelos maiores historiadores e publicistas que têm occupado da formação do Brasil. De Capistrano de Abreu a Euclides da Cunha, de Perdigão Malheiro — o autor dessa pouco citada e admiravelmente documentada “*Historia da Escravidão*” — a Azevedo Marques, de Couto de Magalhães a Caio Prado Junior, antigos e modernos aludiram às verdadeiras causas do incremento da escravidão negra e à luta entre jesuitas e colonos pela posse do braço indigena. Alguns, como Euclides, chegaram a considerar a catequese um “eufemismo casuistico” a encobrir a verdadeira face da questão, que era o monopolio do trabalho do indio, pleiteado em luta acêsa e pro-

longada, pelos jesuitas e pelos colonos. Mas nenhum dos nossos historiadores tivêra até agora oportunidade de estudar, destacando-o do conjunto dos problemas da historia colonial, o caso específico das relações economicas entre os indios e os colonos portugueses, vale dizer, o papel do índio na formação economica do Brasil colonial. Aqui e ali encontramos observações como a de Couto de Magalhães: "os indios lutaram pela unidade do Brasil... ensinaram os colonos a construir casas, vasos de barro, diversas embarcações de rio e de mar..." Mas afirmações dessa ordem foram quasi sempre levadas à conta de explosão de um indianismo sentimental, de figurino romantico.

Essa deficiencia desfigura os nossos estudos historicos, dotando-os de um pecado original que é o desprezo pelo elemento indigena na formação nacional. [As fontes de estudo do periodo colonial são constituídas, em grande parte, pelos documentos jesuiticos. Ora, ainda que os documentos jesuiticos sejam preciosos e indispensaveis à elaboração de qualquer estudo da formação nacional, não ha como deixar de reconhecer que eles não são isentos de paixão partidária — e esta sua característica é mesmo a sua melhor recomendação, pois que assim refletem melhor o espirito do tempo. A luta entre o jesuita e o colono está impressa nos documentos jesuiticos. Os jesuitas estavam interessados em evitar que o colono se apropriasse do braço indigena, porque queriam conservar esses indios aldeados em suas "reduções". O colono tinha interesse em apropriar-se do braço indigena e por isto lutava contra o jesuita ou com ele fazia causa comum, conforme variavam as circunstancias, sempre no interesse de obter braço nativo para seus estabelecimentos coloniais. Eis o que explica como o jesuita procurou incutir nos contemporaneos a idéia de que o indio não servia para o trabalho, ao mesmo tempo que nas "reduções",

nos aldeamentos, o índio sob sua direção executava todos os trabalhos pelos quais clamavam os colonos. Como as fontes de estudo do período colonial entre nós têm sido os documentos jesuíticos, adotaram os historiadores, quasi sem sentir, os pontos de vista destes. E como em geral vinham os historiadores repetindo-se uns aos outros, e os autores de manuais didáticos apenas respigavam os tratadistas da historia nacional, perpetuava-se o erro. Assim continuava o índio a ser aquele selvagem inutil, incapaz de qualquer trabalho organizado, por indolencia, segundo afirmam certos racistas da historiografia, por excessivo amor à independencia, segundo certos historiadores dotados de um nacionalismo superficial e volátil.

Pela primeira vez nos estudos brasileiros, temos diante de nós uma investigação especializada da verdadeira função do índio no mecanismo economico do Brasil colonial, de 1500 até a época em que, premidos pela escassês do braço índio, os colonos recorreram à escravidão negra, que dava renda ao Rei, braços aos colonos e tranquilidade aos jesuitas.

A circumstancia de ser esse estudo empreendido por um professor norte-americano merece uma referencia pelo que representa de esforço de comprehensão e verdadeiro sentimento de colaboração cultural. Com uma honestidade exemplar, fugindo a qualquer exagero e evitando as conclusões aprioristicas, mas tambem destituído de uma servil adoração ao documento historico, antes procurando interpretá-lo à luz da intelligencia critica e da logica dos fatos humanos, o professor Alexander Marchant torna-se merecedor de nosso apreço pelo modelo de clareza e precisão scientifica que nos apresenta neste forte e condensado estudo da formação colonial brasileira. Si de estudiosos estrangeiros recebemos contribuições tão consideraveis ao esclarecimento dos estudos nacionais, esta que agora nos oferece o professor Marchant é das mais substanciais, em

sua firme e lúcida análise interpretativa. Ao mesmo tempo que confirma, na especialização de uma tésse ainda não postulada entre nós, aquela constatação que alguns dos nossos melhores historiadores fizeram, de passagem, em estudos cujo vasto escôpo não lhes permitia maiores indagações sobre essa matéria, o estudo do professor Marchant abre um novo horizonte ao estudo do indio na Historia do Brasil, — e por que não dizer? — reforça poderosamente a argumentação daqueles que, como Couto de Magalhães, Roquette Pinto e Rondon, sempre confiaram na capacidade de recuperação do indio.

Com este estudo pode-se dizer que ficam definitivamente vencidas as objeções cépticas, e no entanto tão frágeis, daqueles que procuraram ver no que chamaram “indianismo” um puro movimento romantico, de sabor idealista, sem apoio na realidade nem possibilidades de aproveitamento efetivo.

Da leitura deste estudo decorre uma conclusão irreprimivel: os indios fundamentaram a estruturação economica do Brasil colonial, e o escambo foi a forma pela qual eles deram a sua contribuição.

Corrijam-se, portanto, as historias do Brasil para uso das escolas. Paraphraseando Teodoro Sampaio, pôde-se dizer que o indio não era tão indolente quanto se tem afirmado nem tão nomade ou amante da liberdade que não fosse capaz de ser util.

* * *

Finalmente, julgamos oportuno esclarecer certos pontos relativos à tradução do estudo do prof. Marchant. Usamos a expressão “escambo”, um pouco rebarbativa, em vez de simplesmente “permuta” ou “troca”, porque ela corresponde melhor à realidade da época, impregnada, como está, do espirito e da verdadeira natureza da ope-

ração de permuta que ela designa. Na tradução de muitas expressões do autor, preferimos uma estrita fidelidade ao original inglês à adaptação que se destinaria a pô-las de acordo com a terminologia usual nos estudos brasileiros. Assim, por exemplo, empregamos "aldeamento" em vez de "redução" e "governador real" em vez de "governador geral". E a razão é óbvia. Não nos parece útil estratificar certas expressões que, com o uso excessivo, acabam por perder sua função estimulante na compreensão do leitor, reduzindo-se a méra fórmula que já não dá ao leitor uma idéia viva daquilo que o vocabulo visa exprimir. E também não quizemos tirar ao desenvolvimento impressionantemente lógico do estudo do professor Marchant a estreita relação pela qual ele subordinou suas sucessivas verificações. O governo exercido por um representante direto do Rei representa uma transformação radical em face do anterior regime das capitánias hereditárias, transformação que não se exprime com a mesma vivacidade pela expressão consagrada — "governo geral".

Para terminar, desejamos dar publico testemunho do apreço com que aqueles que, no Brasil, se interessam pelos estudos sobre a formação nacional, recebem esta contribuição de um norte-americano a quem se pôde repetir aquella lisonjeira primeira impressão que dos índios registrou o escrivão Pero Vaz Caminha — e que agora se pôde converter num mote para todos nós:

"... amam-se a todos fraternalmente, e com gosto arrojam-se, então, a todo e qualquer risco, por acudir a cada um daqueles com quem vivem".

C. L.

PREFACIO

A EXPANSÃO ultramarina dos povos da Europa, a partir do século XVI, atrai há muito a atenção dos estudiosos. À parte sua justificação como tema de estudo por sua extensa e profunda influencia sobre os povos da Europa e outras partes do mundo, sua preocupação com o encontro de civilizações diferentes confere a esse tema interesse e especial atractivo. Geralmente o exame dessa expansão recai em tres categorias. Uma compreende a propria colonização, estudo em que se mostra como nação após nação, em sua ascensão e sua queda, contribuem com novos temas ou novos métodos para um padrão geral de formação e manutenção de colonias. Outra, relativamente às regiões aonde foram os europeus, levou a escrever a historia das nações em que algumas dessas colonias vieram a desbrochar. A terceira é um assunto extenso e diluido, o balanço do efeito da expansão sobre a propria Europa. Embora esse efeito tenha sido frequentemente examinado em sizudas descrições de comercio inter-regional e outros estudos, não foi esquecida a influencia de longinquos horizontes na historia das idéias.

Das diferentes fases da expansão europeia só uma foi escolhida para exame, no presente estudo. A grande moldura da qual foi tomada é a expansão portugueza, primeiro na Africa, a seguir na India, finalmente no Brasil. Portugal ocupa um lugar especial, como nação pequena que em muitas coisas abriu caminho ao resto da Europa. Herdeiros e cuidadosos cultivadores da ciencia do Medi-

terraneo, os portuguezes domesticaram as estrelas, montaram nos ventos, para se converterem nos primeiros marinheiros do mar oceano. Não tendo de salvaguardar o Ocidente, ficaram livres para forjar as armas com as quais as outras nações, mais tarde, receberam em paga mais do que o Orientê. As consequencias de sua pericia, do seu lugar na peninsula ibérica e entre as nações européias, são assuntos interessantes, mas, no momento, postos de lado. Dentro dos amplos limites de suas andanças no ultramar, só se examina a sua maneira de tratar com as novas terras; e no ambito restrito do estudo desse tema, só um aspecto foi aqui destacado: quais eram as relações economicas dos portuguezes com os indios do Brasil, ao iniciar-se a colonização?

Meus agradecimentos a quantos me ajudaram na preparação deste estudo dirigem-se primeiro ao dr. Frederic Chapin Lane, da Universidade John Hopkins. Meu débito para com ele começou antes mesmo que eu iniciasse, sob sua direção, a dissertação da qual se desenvolveu este estudo. Dirijo tambem meus agradecimentos ao dr. Alan Krebs Manchester, da Universidade Duke, que conhecendo meu trabalho e tendo lido a referida dissertação, ajudou-lhe a elaboração com criticas baseadas no seu profundo conhecimento do Brasil.

Agradeço ao dr. Kent Roberts Greenfield, *chairman* do Departamento de Historia da Universidade John Hopkins, e ao dr. Leonardo Olschki, que leram o texto e fizeram muitas sugestões valiosas. Registro tambem o meu débito para com o dr. James Alexander Robertson, já falecido, que por varios anos criticou meu trabalho com seu inimitavel tom de cepticismo benevolente e liberalmente despendeu comigo muito de sua vasta cultura. Ao dr. James Fitton Couch apresento meus agradecimentos, que não bastam para exprimir o quanto lhe devo.

Ultimos, mas não derradeiros, meus agradecimentos dirigem-se aos membros do seminário de Historia da Universidade John Hopkins.

WASHINGTON, D. C.
Maio — 1942

A. M.

CAPITULO I

INTRODUÇÃO

No dia 22 de abril de 1500 navegava Pedro Alvares Cabral no Atlantico sul, mais de 17° abaixo do equador. Saíra de Lisboa quarenta e quatro dias antes, com destino à India, na rota de Vasco da Gama. Mas, deixando para traz Portugal e Africa, navegou muito mais para oeste do que Gama. E longe no horizonte, em direção oeste, viu de encontro ao céu crepuscular uma extensa e rasteira faixa de terra dominada por um monte alto e arredondado. Descobriu o Brasil.

Embora tangido por uma tempestade à aproximação da costa, conseguiu entrar numa angra excelente, a 17° S. Ao nivel das aguas faiscantes e das areias resplandecentes daquela praia, estendia-se diante dele a planicie coberta de mata, atravessada por um ribeirão. A terra pareceu-lhe vasta, muito boas aguadas e bons ares, e, naquela latitude, um clima tão temperado quanto o de muitas regiões de Portugal. Parecia faltarem o ouro, a prata e outros metais, mas o sólo se afigurava fértil e abundante o pau-brasil, útil madeira de tinturaria. A principio Cabral não sabia que espécie de povo vivia naquela terra. Endereçado à India, talvez esperasse encontrar, acompanhados de súditos, aqueles potentados orientais com os quais Gama se avistára, pois quando alguns indigenas foram conduzidos à sua presença, recebeu-os no seu navio, numa cadeira alcatifada, em vestes de gala e um pesado colar de ouro no pescoço. Mas os selvagens desnudos

diante dele, no convez, não possuíam a refinada civilização da Índia. Sua agricultura não era extensiva nem complexa e suas povoações eram simples choças cercadas de palissadas numa clareira da mata. Dóceis, cordeais, a princípio tímidos mas paulatinamente audaciosos, afiguraram-se excelente material humano a converter ao cristianismo. Isentos do flagelo das guerras dos índus e maometanos, apartados do comercio de especiarias e desconhecedores da rivalidade comercial entre Lisboa e Veneza, limitavam-se a pintar os corpos bem construídos com tintas rubro-negras, a dansar e a cantar pelas praias. Desses povos e de sua terra Cabral tomou posse a 1.º de maio e em nome do Rei conferiu a esta o nome de *Terra de Vera Cruz*. Depois, tomando madeira e agua, levantou ancora e a 2 de maio velejou para a Índia (1).

As relações dos indigenas com os europeus, na America como em outros continentes, atraíram a atenção de muitos estudiosos, como demonstram as duzias de estudos gerais e especiais que lhes têm dedicado. Alguns estudiosos da colonização desde logo excluíram os indigenas, como simples personagens destituídos de intenção a fornecer incidentes de guerra e paz no grande negocio da expansão européia. Não poucos escritores prontamente descobriram neles o tipo do nobre selvagem liberto das cadeias das instituições européias, das terras da China às

(1) A descrição do descobrimento do Brasil por Cabral é tomada da Carta a D. Miguel por Pero Vaz de Caminha, escriptão da armada. A carta figura na integra na coletanea de Carlos Malheiros Dias, *Historia da Colonização portugueza do Brasil*, edição monumental comemorativa do primeiro centenario da independencia do Brasil (3 vols., Porto, 1924-26), II, 84-89. Doravante a menção a essa obra será abreviada para *HCP*, seguida pelo numero do volume. A tradução ingleza encontra-se na coletanea de R. B. Greenlee, *Cabral's voyage to Brazil and India* (Hakluyt Society, 2.ª série, LXXXI, Londres, 1938), pgs. 5-33.

do Perú. Outros neles viram apenas um povo atrazado cuja vida, cujo futuro, eram regulados em conferencias industriais e diplomaticas, um ou dois continentes além-mar. E a colonização não foi o unico centro de interesse inspirador de muitas construções interpretativas erigidas sobre o encontro dos Europeus com os indigenas. Os filologos gravaram em variados sistemas europeus de fonética os sons com os quais os indigenas falavam. Em muitas praias deste mundo os antropologistas andaram a medir craneos indigenas, enquanto os arqueologistas, não satisfeitos com os vivos, perseguiram até os indigenas ancestrais nos além-mares do tempo.

Embora os indigenas do Brasil não tenham sido esquecidos, alguns aspectos do seu contacto com os europeus receberam mais atenção do que outros. Como os Portuguezes foram os mais disseminados elementos europeus no leste da America do Sul, os estudiosos brasileiros e portuguezes preocuparam-se mais com o encontro dos costumes indigenas com a civilização portugueza. Os filologos deixaram-se absorver pelo estudo das mudanças operadas no idioma português quando este se viu forçado a assimilar imprevistos objetos e idéias do novo mundo. Alguns historiadores investigaram a importancia do indio na formação de um nacionalismo brasileiro, e outros balancearam e contrabalançaram evanescentes temas de estudo, como, por exemplo, o conceito da divindade entre as diversas tribus. O interesse dos estudiosos, no entanto, concentrou-se nos indigenas brasileiros do ponto de vista dos efeitos biologicos e sociais que sobre eles exerceu a colonização portugueza. A mistura do vermelho dos indigenas com o branco do português constituiu, por muito tempo, uma interpretação simplista da colonização do Brasil e, evidentemente, da força do carater brasileiro. Ainda que o interesse por essa interpretação tenha sido hoje igualado, sinão superado, por identico interesse pelos

efeitos do negro sobre o português e o brasileiro nativo, pode-se dizer que no montante dos trabalhos sobre os indígenas a principal preocupação é a inter-relação de europeus e indígenas.

O aspecto mais negligenciado, nos estudos sobre o primeiro século da historia do Brasil, é o das relações economicas entre os portuguezes e os nativos. Essa negligencia é surpreendente, pois ainda que seja recente e comparativamente pequeno o interesse pelos aspectos economicos da historia do Brasil, não se pode esquecer que durante quasi um século os indígenas e os portuguezes estiveram quasi sósinhos no Brasil. As exceções, constituam-nas alguns francezes que de tempos em tempos se atreviam a acampar no litoral e se apossaram da terra dos portuguezes (2); uns poucos carregamentos de naufragos espanhoes que violaram terras portuguezas; um ou dois alemães; e já para o fim do século, alguns inglezes e holandezes que sobreviveram apesar dos portuguezes e dos indios. Os brancos europeus não eram os unicos e escasos estrangeiros. Tambem os negros, que vieram a ser nervo e força da economia do nordeste do Brasil, só começaram a ser transportados em quantidade, para o Brasil, a partir da década de 1570. Ainda assim, só muito depois começaram a vir aos milhares por ano; e o que é mais, concentrados principalmente numa unica parte da região. Portanto os portuguezes, poucos em numero, como de fato eram, durante quasi um século não tiveram outra gente que os ajudasse, sinão os indígenas.

Como as relações dos portuguezes com os indígenas foram, em grande parte, determinadas pelos objetivos que

(2) Encontra-se um relato da ameaça franceza ao Brasil em J. Gomes de Carvalho, *D. João III e os francezes* (Porto, 1912), E. Guénin, *Ango et ses pilotes* (Paris, 1901), e Antonio Baião e Carlos Malheiros Dias, "A expedição de Cristovão Jacques". HCP, III, 59-94.

os fizeram vir até estes, torna-se necessaria pequena digressão sobre os métodos da expansão portugueza, para ver com que expectativa e preparação chegaram os portuguezes ao Brasil. Ao tempo da descoberta, haviam accumulado consideravel experiencia em colonização e commercio com as ilhas do Atlantico e o continente africano e até se haviam aventurado ao dominio das opulentas rotas de commercio do Oceano Indico. Estavam habituados a velejar para longe, para viver nas lavouras ilhòas e commerciar com indigenas; costumavam ver em Lisboa os navios abarrotados de colheitas ou carregados de ouro, marfim e escravos. Havia commerciantes, haviam embarcado essas mercadorias em todo o decurso do século XV, construindo um mercado que abrangue todas as regiões da Europa occidental. E embora tenham desprezado o Brasil durante uma grande parte do século XVI, conservando-o muito abaixo do seu absorvente interesse pela India (3), tinham à mão varios métodos uteis para apropriar-se do Brasil e acrescentar tudo o que pudessem aproveitar ao fluxo do seu commercio.

O Principe Henrique, o Navegador, deu um modelo à ulterior colonização do Brasil, ao começar seu ataque à Africa, pois, verificando que o continente estava nas mãos dos mouros, os quais primeiro deveriam ser vencidos, preferiu começar pela colonização das ilhas do Atlantico. Desenvolveu um antigo projeto e de 1400 a 1425 deu impulso à colonização da Madeira e dos Açores, dividindo-as em capitaniaes. Deu aos nobres, dentre os que primeiro pisaram aquelas terras, a governança e muitos

(3) Para verificar como o Brasil ficou abaixo do interesse pela India, veja-se meu artigo "Colonial Brazil As a Way Station for the Portuguese India Fleets", *Geographical Review*, vol. XXXI, n.º 3 (julho, 1941), pags. 454-465.

dos beneficios economicos produzidos pelas ilhas. Esses capitães, ou donatários (aqueles a quem foram doadas as terras), recebiam da corôa as suas terras e em troca pagavam à coroa certas contribuições e se comprometiam a defender as ilhas. O desenvolvimento economico das ilhas era do interesse dos donatários porque a exportação dos produtos para Portugal era o meio de fazer dinheiro. Os impostos sobre esse desenvolvimento eram do interesse da corôa, como fonte de renda. Assim, parte pela iniciativa privada, parte pelo estímulo real, plantaram-se de cana de assucar grandes extensões de terra, e as ilhas se converteram numa das principais fontes do comercio assucareiro na Europa. O acordo entre a coroa e os donatários e colonos trazia mutuos beneficios. Uma colonia produtiva acrescentava-se, a baixo preço, às propriedades da coroa, e os povos dessa colonia eram, quando necessario, ajudados pela coroa. O modelo da colonização nessas ilhas foi adotado pelos portuguezes nos estabelecimentos do arquipélago de Cabo Verde e, depois da morte do Principe Henrique, na de São Tomé e em outras ilhas.

Quando os portuguezes tiveram de comerciar ou lutar na costa d'Africa, viram-se em circunstancias muito diferentes das que haviam encontrado nas ilhas. E ainda que seus objetivos continuassem os mesmos, viram-se forçados a usar métodos diferentes. Na propria Africa, eram os portuguezes, no comercio, rivais dos mussulmanos; e concorrendo com estes, tentavam monopolizar o comercio existente. Para dominar esse comercio, os portuguezes dependiam da existencia de feitorias situadas em pontos comerciais estratégicos, no litoral. À frente de cada feitoria ficava um feitor, funcionario do rei. Competia-lhe tratar com os comerciantes nativos e comprar-lhes mercadorias ao preço mais baixo possivel, conservar essas mercadorias e zelar pelo seu embarque para Portugal. Abaixo dele, um ou mais escrivães registravam as

transações. A feitoria era uma unidade economica que por ser às vezes situada em territorio de povos hostis, frequentemente revestiu-se de importancia politica. A defesa da feitoria contra os indigenas ou os traficantes rivais, fossem estes quais fossem, estava a cargo de um soldado real que às vezes usava suas tropas para convencer os régulos que relutassem em commerciar com o feitor portugês. Onde era possivel o comércio mediante tratados com os chefes nativos, reduzidas as possibilidades de constantes guerrilhas, as fortificações podiam ser ligeiras. Onde o porto ou outra qualquer séde da feitoria assumia importancia de estrategia militar, como ponto de refresco dos navios, por exemplo, as feitorias ficavam inteiramente subordinadas à fortaleza, que exercia a função economica, indirecta, de dominar o local e conservá-lo em mãos portuguezas.

O flexivel sistema comercial que se desenvolveu com o crescimento dos postos avançados no ultramar teve a vantagem de contar o apoio real num tempo em que a monarchia atingia a culminancia de seu poder centralizado. Para facilitar o fluxo de commercio das ilhas e do continente, o Rei estimulou os traficantes às aventuras de além-mar. Desde o começo os reis se arrogaram direitos de exclusividade na exploração comercial das terras recém-descobertas. Ao traficante que quizesse commerciar com a Guiné ou outra terra qualquer, podia a coroa vender o monopolio sobre determinado artigo ali produzido, ou, em certos casos, attribuir a esse traficante direitos exclusivos para commerciar com determinada região. Ainda que o lucro desse commercio fosse grande, o empreendimento era dispendioso e a propria licença régia era cara; formaram-se por isto, na forma usual de commercio sob licença régia, companhias ou associações de traficantes que juntavam seu capital.

Mercadores portugueses, ou associações de mercadores, agindo por licença da coroa, não tardaram em aplicar no commercio ultramarino um método de negocio que requeria o uso de feitorias privadas. O primeiro passo foi assegurar da coroa uma doação ou monopólio declaratório de onde eles podiam commerciar e quais as mercadorias com que podiam traficar. A providencia imediata era o equipamento de um ou varios navios para o trafico. A seguir era despachado um feitor para instalar uma feitoria no local indicado. Esse feitor não era funcionario do rei, nem a feitoria era da coroa. Ele era agente dos commerciantes e a feitoria destinava-se à actividade do seu commercio. Essa feitoria podia ser unica em toda uma costa ou uma entre várias, num estabelecimento dominado por uma feitoria real. À parte a distincção entre propriedade real ou privada, não havia diferença, na pratica, entre as feitorias. Cada uma servia como posto coletor nos quais os navios tomavam carga para a volta a Portugal.

O commercio, sujeito aos poderes discrecionarios do feitor, regulava-se pelos traficantes em Portugal. Daquilo que se poderia chamar escritorio central, eles equipavam navios, mantinham o feitor ao par das ordens e determinações, e, com a supervisão dos funcionarios do tesouro real, vendiam os carregamentos que o feitor mandava para a metropole. Esse sistema, ao passo que garantia lucros, possuia uma certa flexibilidade muito desejavel. Um traficante com um capital à disposição podia obter licença régia e commerciar com proveito certo artigo de certa região. A qualquer tempo em que visse algum navio sem compromissos, podia usá-lo no trafico ocasional de algum outro artigo licenciado. Não raro um traficante, uma vez enriquecido com um monopólio, enveredava por vários outros; nem era despropositado para um traficante dominar varios monopólios ao mesmo tempo. Fernão de Noronha, famoso mercador português do co-

meço do século XVI, obteve licença de commercio com a Índia e equipou diversos navios a saírem com as armadas para o Leste; e ao mesmo tempo obteve o monopólio do pau-brasil, mandando vários navios a explorar esse artigo.

No campo do commercio sob franquia régia, tão regulado e restrito, os mercadores portuguezes não obtiveram maior vantagem, pois a coroa tanto podia conceder licenças a estrangeiros quanto aos seus proprios mercadores nacionais. A coroa encorajou todos os traficantes, fossem portuguezes ou estrangeiros, a entrarem no commercio ultramarino e trazerem mercadorias coloniais para a venda em Portugal, e lhes ofereceu grandes vantagens na proteção de seus navios pela armada real. Os Marchiones, uma casa florentina, desempenharam importante papel, como comerciantes particulares, com a Índia, sob os auspícios da corôa portugueza (4).

Este breve esboço das práticas economicas do portugûes, consideradas em relação às condições dos indigenas que Cabral encontrou dansando nas praias, evidencia as diferenças entre os dois povos e prepara a entrada do tema principal deste estudo — o exame detalhado das relações economicas entre os portuguezes e os indigenas na colonização do Brasil.

Por negligencia do que tenha sido o aspecto economico na historia geral da colonização do Brasil, não se pense que os estudiosos o ignoraram completamente. Roberto Simonsen, por exemplo, só trata de historia eco-

(4) Esta exposição da colonização e commercio portuguezes baseia-se em Fortunato de Almeida, *Historia de Portugal* (4 vols., Coimbra, 1922), III, *Instituições politicas e sociais de 1385 a 1580*; Francisco Antonio Corrêa, *Historia Economica de Portugal* (2 vols., Lisboa, 1929-31); João Lucio de Azevedo, *Epocas de Portugal Economico* (Lisboa, 1929).

nomica em sua recente *Historia Economica do Brasil* (5). Seu trabalho, embora valioso e capaz de estimular no Brasil a elaboração de outros sobre o mesmo assunto, abrange um campo tão amplo que não pode esquadriñar o tema preciso que aqui nos interessa. Ao cobrir todo o periodo de 1500 até começos do século XIX, ele é forçado a tratar das principais matérias primas, como o assucar e o fumo, cuja produção afetou a vida brasileira. Concentrando sua atenção nos produtos que tinham significação no commercio exportador, interessa-se mais em saber como o Brasil influiu no mercado mundial do que nos efeitos exercidos no Brasil pela produção dessas mercadorias. Além disto, ele considera principalmente o periodo em que a escravidão negra supriu a maior parte do mercado de trabalho. Assim, versando a economia em geral, o plano do seu livro impede a análise das relações entre indigenas e portuguezes no periodo de 1500 a 1580.

O exame dessas relações, na vetusta *Historia Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen (6), embora constitua apenas um capitulo dessa obra substanciosa e admiravel, permanece, em certo sentido, como o mais penetrante e elucidativo. A questão essencial na vida de portuguezes e indigenas em conjunto, tal como a viu Varnhagen, consistia em que os portuguezes eram poucos, em numero, numa terra vasta, nova para eles, de tal modo que tinham de lançar mão dos *barbaros*. Destes receberam não só os comestiveis indigenas aproveitaveis mas tambem os métodos de cultivá-los, e copiaram os méto-

(5) Roberto C. Simonsen, *Historia Economica do Brasil, 1500-1820* (2 vols., São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938), especialmente o Capitulo III, "Aproveitamento economico das terras de Santa Cruz".

(6) Francisco Adolfo de Varnhagen, *Historia Geral do Brasil* (4.^a ed., 5 vols.), Rio, (1926-1936?), I, 264-277, secção XIII, "Vida dos primeiros colonos e suas relações com os indios".

dos indígenas de caça e pesca. Adotaram o estilo indígena nas casas e embarcações, e também os métodos indígenas na construção de casas e de embarcações. Mais importante do que isto: não dispendo inicialmente de mulheres européias, os portugueses ligaram-se intensamente às índias e adotaram muitos dos seus costumes. Precisamente na questão das relações economicas, Varnhagen traça os passos pelos quais os portugueses obtiveram dos indígenas tudo o que necessitavam. Primeiro, porque eram fracos e escassos, trataram os nativos com grande cautela, e, é claro, com temor, pois nada sabiam a seu respeito e não se sentiam suficientemente fortes para enfrentar a hostilidade dos naturais da terra. Levavam consigo muita coisa que os índios cobiçavam pela novidade ou pelo brilho, e tudo isso ofereceram para induzir os índios a trabalhar para eles. A princípio não se envergonharam de trabalhar lado a lado com os índios de boa paz no indispensável trabalho de abrir clareiras na terra e estaquear as primeiras habitações. O segundo passo foi o da escravidão, quando, fosse por que fosse, as missangas e quinquilharias deixaram de atrair os índios. Primeiro os portugueses compraram escravos, cativos de guerra, entre os proprios índios, de seus aliados ou amigos indígenas. Depois, à medida que se sentiram mais fortes, empreenderam guerras por conta propria e escravizaram os prisioneiros. Varnhagen não desperdiça simpatia pelos índios assim escravizados. Eram um povo inferior ao português, quer em relação ao estagio de civilização quer, pelo menos em apparencia, em sua capacidade de desenvolvimento. Quando os portugueses desembarcaram, agiram com cautela pelo temor de precipitarem, inadvertidamente, um ataque dos índios. À medida que viviam na terra, começaram a compreender a imprevidencia, a perfidia e a inconstancia dos índios, e, comparando essas qualidades às suas, tornaram-se impacientes e into-

lerantes com aquela barbaria. Ao mesmo tempo os indios, aprendendo mais acerca dos portuguezes, começaram a desprezá-los pela sua cautela e prudencia; a repugnancia em dar a morte a outro homem era a maior prova de covardia, e a covardia era a suprema vergonha. Com essa falta de compreensão, a menor disputa tornou-se sufficiente para provocar desordens que por sua vez resultaram em guerra. Em consequencia, nesta luta entre duas civilisações diferentes, a experiencia ensinou os portuguezes a lidar com os indios. Para fazer deles bons vizinhos e tirá-los de sua barbaria, precisava-se de constante tutelagem e de ensinamentos, e isso só podia ser conseguido depois que os indios fossem submetidos. Estariam então preparados para abraçar o cristianismo e os costumes civilisados e, como dizia Varnhagen, tornando-se moralmente melhores, poderiam fruir tranquilidade de espirito e segurança pessoal à sombra de leis protetoras (7).

O conceito de Varnhagem acerca das relações economicas emerge claramente de seu bem fundamentado exame geral, quando descreve os meios de obtenção de

(7) No fim do capitulo mencionado, Varnhagen examina a attitude dos indiofilos cristãos em face da escravização imposta pelos europeus. Sua filantropia, diz ele, tomando como exemplo Las Casas, era bem intencionada mas não tinha fundamentos sólidos. Os indios não eram povos amaveis, diz ele, superiores ou polidos; muito ao contrario, eram bestiais de corpo e alma e por todos os motivos inferiores ao europeu. Os europeus, evidentemente, tinham o dever de civilisa-los, tarefa que só podia ser desempenhada depois que a vigorosa e viciosa resistencia dos indios fosse esmagada. Relativamente a essa opinião de Varnhagen, recorde o leitor as lutas entre os espanhoes nas Antilhas sobre a bondade ou maldade dos nativos daquelas regiões. Para um exame do caso das Antilhas, veja-se Lewis Hanke, *The First Social Experiments in the Americas* (Primeiras Experiencias Sociais nas Americas), (Cambridge, 1935), estudo sobre — *inter alia* — o Interrogatorio Jeronimico, no qual o autor destaca duas categorias de indios: o "nobre selvagem" e o "cão imundo".

trabalho assim como de mercadorias. Ele divisou nitidamente uma espécie de escambo, quando se referiu aos "primeiros contratos e escambos com os europeus", que tiveram lugar durante os primeiros dias da colonização. A importancia da verificação nunca foi bem reconhecida, talvez porque ele não mais a mencione em sua obra, e ficou ignorada até por um estudioso tão proficiente do Brasil colonial, como Capistrano de Abreu (8).

Duas criticas podem ser feitas ao exame de Varnhagen. A primeira, relativamente ao escambo. Tendo observado a existencia do escambo, ele não foi além e não examinou a prova em seu desenvolvimento. A negligencia nesse ponto, no entanto, é facilmente compreensivel, pois sua *Historia* é sobretudo um estudo de acontecimentos politicos, nos quais os assuntos economicos desempenham papel subordinado. Seja como for, ele deixou implicito que o escambo se limitava aos primeiros anos da vida de todo estabelecimento colonial, e ficou a impressão de que esse escambo fôra pronta e completamente suprimido, como relação economica insatisfatória entre portuguezes e indios. A segunda, relativamente à escravização como meio de obter braços. Interessado nos efeitos politicos das guerras, Varnhagen não considerou devidamente a conexão ou ausencia de conexão entre as guerras dos indios entre si e a procura de braços por parte dos portuguezes. Ainda aqui, como no caso do escambo, ele estava preocupado com outras interpretações da historia e tambem com a subordinação do detalhe à ampla escala e ao escôpo de sua *Historia*.

O presente estudo examina as provas das relações economicas na ultima parte do século XVI, assim como as dos anos inaugurais da colonização portugueza, pois

(8) João Capistrano de Abreu, *Capitulos de Historia Colonial, 1500-1800* (3.^a ed., Rio, 1934), capitulos I-VI.

através de todo o século perpassam os dois temas da permuta e da escravidão. A permuta receberá particular atenção, assim como as condições sob as quais ela se executava e aquelas sob as quais caiu em desuso. A permuta, tal como é geralmente usada a expressão, significa apenas troca de mercadoria por mercadoria. Neste estudo, como já ficou sugerido pelas referencias feitas a Varnhagen, o termo se expande para significar tambem os donativos de mercadoria feitos pelos portuguezes para obter dos indios não só mercadorias como tambem trabalho.

Este estudo limitar-se-á aos primeiros oitenta anos posteriores à descoberta do Brasil e dividir-se-á em tres periodos principais antes de 1580, com uma ligeira referencia às duas décadas seguintes.

O primeiro periodo vai de 1500 a 1533, mais ou menos, quando os portuguezes no Brasil eram traficantes de pau-brasil e guarda-costas (9).

Os traficantes eram agentes de mercadores que possuíam licenças régias para o embarque de pau-brasil. Viam-se frequentemente perseguidos e seu comercio ameaçado pelos constantes ataques de traficantes francezes armados, que consideravam o vasto e despovoado Brasil presa facil, mau grado os protestos do rei de Portugal para monopolizar a terra. Os ataques foram tão frequentes e tão pouco os restringia o rei de França, que os portuguezes, embora seus guarda-costas fossem às vezes bem sucedidos em afundar navios francezes, estiveram a ponto de perder, para estes, a terra do Brasil.

O segundo periodo estende-se de 1533, mais ou menos, a 1549, quando os donatarios, com as concessões régias de terras e poderes tentavam estabelecer colonias das quais pudessem exportar produtos agricolas. O ad-

(9) Com uma unica exceção, em 1519, a da equipagem de um navio da Armada da India.

vento da agricultura, implicando em relações economicas mais complicadas, com os indios, do que antes na relativamente simples exploração do pau-brasil, separa esse periodo do anterior, embora o comercio de pau-brasil continue em mãos dos primitivos traficantes, bem como na dos donatarios. Juntamente com a intensificação da posse economica pelos portuguezes, verificam-se mais frequentes ataques dos francezes e dos indigenas hostis. A despeito do maior numero de portuguezes na terra, nem todos os donatários conseguiram vencer esses adversarios. E o dominio português do Brasil tornou-se cada vez mais inseguro.

O terceiro periodo começa em 1549 e, para os objetivos deste estudo, termina em torno de 1580. Em 1549 o Rei, novamente diante do dilema — povoar o Brasil ou perdê-lo para os francezes e os indigenas hostis — mandou um governador geral defender as colonias. O carater politico desse governador, a pacificação eventual da terra após a derrota dos francezes, a emigração portugueza para o Brasil, desde então relativamente numerosa, e a correspondente disseminação de estabelecimentos portuguezes ao longo da costa e um pouco no interior, tudo diferencia esse periodo do dos donatários. O que esses dois periodos têm em comum é a continuação da exportação agricola como crescente base da economia colonial, sempre acompanhada do comercio de pau-brasil.

A limitação deste estudo, no tempo, corresponde a restrição aqui feita a certas expressões geográficas. O nome Brasil hoje aplicado tem inferencias que são falsas para o século XVI, pois o Brasil era então apenas um pouco maior do que a terra que Cabral costeara. Ao encontrar a terra, Cabral julgára tratar-se de uma ilha ou um continente, mas não tivera noção das enormes extensões da moderna área politica do Brasil. Sem duvida os portuguezes que lhe sucederam apenas conheceram pe-

quena parte da largura de cerca de 1.300 quilometros do Atlantico à faixa oriental dos Andes e das vastas extensões das Guianas à bacia do Paraguai. No século XVI, conheciam bem a costa que marinheiros portuguezes perulustraram abaixo e acima, explorando mas não colonizando, e trazendo de volta noticias de angras e bancos de areia e outras vantagens ou perigos para a navegação. Durante decenios o interior permaneceu incognito, constituindo para eles região geradora de lendas, literalmente uma mancha branca nos seus mapas. Eventualmente aprenderam alguma coisa acerca dessa terra, como exploradores ocasionais, caçadores de tesouros, invios roteiros de trilhas ao longo do *mar florestal*. Mas nem a esperança de tesouros pôde induzi-los a fundar estabelecimentos longe dos amplos caminhos do mar. Assim, no que concerne à colonização, o nome Brasil, em seu mais vasto sentido, só pode ser aplicado no século XVI à faixa litoranea entre os atuais Estados de Pernambuco e São Paulo.

Em toda a faixa da costa assim limitada, duas regiões, uma ao norte outra ao sul, podem ser distinguidas. A do norte situa-se entre 6° lat. e 18° S., isto é, (para usar os nomes modernos) entre os Estados da Paraíba e do Espirito Santo. A do sul, entre 18° lat. e 25° S., estendendo-se do Espirito Santo ao atual Estado de São Paulo. A diferença entre as duas regiões está na sua relação com o grande planalto central, feição tão característica da fisiografia do interior do Brasil. Na região do norte, a borda oriental do planalto está em 6° lat., seguramente 160 quilometros ou mais, para dentro, separada do mar por uma planicie costeira. Ao sul de 6° lat. as faldas do planalto começam a aproximar-se do mar, finalmente alcançado na altura atual do Espirito Santo. Na região sulina, os flancos do planalto em muitos pontos se levam-

tam do proprio mar. Só uma vez por outra existe aí certa porção de terra plana, aos pés da serra.

A planicie costeira da região do norte assume forma triangular, larga ao norte e gradualmente se estreitando para o sul. Não ha obstaculos impedindo a movimentação, ao norte ou ao sul dessa zona, e essa movimentação ali só é impedida pelas faldas do planalto, levantando-se como barreiras no oeste. Ventos frescos vindos do mar mitigam o calor tropical e carregam chuvas abundantes. Um grande rio, o São Francisco, que atinge o mar na região do norte, nasce no interior do planalto e cai pela escarpa para atravessar a planura. Para os exploradores e colonos esse rio ofereceu um caminho interior, uma vez vencido o obstaculo das cataratas nas abas do planalto. Mas o São Francisco é uma exceção. Os rios da planicie não são, via de regra, largos ou turbulentos, nem se originam no planalto. Fornecem facil transporte por agua, ao longo da planicie, até a base da cordilheira. Ao desembocarem no mar formam enseadas e angras pela costa, embora tambem constituam bancos de areia e baixios que às vezes tornam perigoso o uso desses abrigos (10).

Como é de esperar, tão extensa faixa de costa exhibe grande variação de cenário. Na região sulina, especialmente em torno do Rio de Janeiro e Cabo Frio, as serras costeiras, em toda a sua magnificencia, sucedem-se processionalmente até o mar. Os montes e montanhas de variadas alturas e formas, de cor avermelhada mas quasi sempre neutra, aparecem severos, proibitivos, quando vistos de algumas milhas, do mar. Vistos de mais perto, a

(10) Estas observações baseiam-se na descrição do Brasil por Pierre Denis, *Amérique du Sud*, in P. Vidal de la Blache e L. Gallois, *Géographie universelle* (14 vols., Paris, 1927), tomo XV, vol. I, 1.^a parte, pags. 1-80; 2.^a parte, pags. 39-204.

aparência massiça atenua-se pela visão de massas de verdes na sua base, em cada declive suavizado. Arbustos, plantas rasteiras e capoeirões constituem um manto verde que tudo cobre menos as mais precipitadas e acidentadas faces das montanhas. No Espírito Santo, onde as faldas do planalto começam a afastar-se do mar, a planície costeira começa a tomar forma. À medida que, para o norte, a planície se alarga, cada vez se vêem menos, do mar, vestígios do planalto. Em alguns pontos um ou dois grandes picos ainda são divisados a distância, mas até estes cedo se perdem de vista. A principio, ao longo da própria praia, até no Espírito Santo, montes acachapados jazem junto à praia, mas logo se diluem em colinas de barro vermelho e finalmente desaparecem. Daí em diante os alcantis alternam com imensos e alvos areais, que, com as dunas móveis, são tudo o que a vista encontra (11).

(11) Baseia-se este paragrafo na descrição do litoral brasileiro, pelo dr. Goeldi, diretor do Museu Paraense, in Capistrano de Abreu, *O descobrimento do Brasil* (Rio, 1929), pags. 274-275, Comparei essa descrição aos comentarios sobre o aspecto da costa in Gabriel Soares de Souza, *Tratado descritivo do Brasil em 1587...* (3.^a ed., São Paulo, 1938 doravante mencionado com a abreviação, Soares, *Tratado*), pags. 19-123, *passim*; e na edição do Hydrographic Office dos Estados Unidos, *South America Pilot, H. O. n.º 172* (3.^a ed., Washington, 1927). Os comentarios de Goeldi transmitem uma impressão da aparência da costa: [perto do Rio de Janeiro].

"... Devido á sua cor arroxeadá, tinta neutra, estes mamilos graníticos á distancia de algumas milhas assumem certo ar sombrio, grave, quasi opressor por assim dizer; o navegante, ao passar, por exemplo, por Cabo Frio, não conseguirá facilmente libertar-se desta impressão... *perto da Bahia...* Monotona, melancolica é a impressão causada por esta paisagem, campo de batalha onde contra o despotico regime eolico trava uma pobre e oprimida vegetação herbácea e arbustiva bem desigual combate de existencia".

O contraste entre as regiões do norte e do sul é mais do que simples aparência. No sul, os colonos em busca de terras tiveram de alçar-se, desde logo, da praia às elevações do flanco do planalto. Aí encontraram rios que, embora nascendo a menos de oitenta quilómetros do Atlântico, fluem para oeste em direção ao Paraná e só atingem o oceano depois de longo circuito pelo interior do continente. Diante deles ofereceu-se todo o planalto brasileiro, estendendo-se nas distâncias azuladas, sem apresentar obstáculo à sua marcha iniciada na praia. Sua penetração veio a dar, no século XVII, maior extensão ao nome Brasil. Ao norte, onde a planície jaz entre duas fronteiras naturais, o mar e o planalto, a expansão da colonização foi limitada. Dentro desses limites, no entanto, eram fáceis as comunicações em todos os sentidos na fértil e irrigada planície. No século XVI a planície costeira era a parte mais importante do Brasil.

CAPITULO II

TRAFICANTES DE PAU-BRASIL E GUARDA-COSTAS

Os traficantes de pau-brasil, cuja atividade imediatamente os levou a entabolar relações economicas com os indigenas, eram os primeiros portuguezes a ocupar pontos das regiões norte e sul do litoral brasileiro, depois da passagem dos navegadores. Como agentes de contratadores licenciados pela coroa, vieram encontrar no Brasil um pau de tinturaria como aquele por tanto tempo usado como corante na produção textil europeia. Ainda que poucos numerosos, em relação à extensão do territorio, a importancia do comercio que fizeram, assim como seus efeitos sobre os indigenas, não podem ser sub-estimados. O valor dos carregamentos justificava perante eles, assim como aos seus indesejaveis concorrentes, os francezes, as vindas frequentes; e a distribuição das arvores levou-os a tratar com as tribus indigenas em distantes pontos do litoral. Seu método de coletar a madeira differia, em muitos aspectos essenciaes, daquele usado pelos francezes. Mas ambos os métodos usaram o escambo como fundamento na obtenção de braços e mercadorias.

Com os portuguezes, o comercio de pau-brasil, começando bem cedo no sec. XVI, não só deu nome á terra do Brasil como continuou a figurar com destaque no comercio exterior até bem depois de meados do séc. XIX.

Evidentemente esse comercio foi tão intensamente efetuado que no proprio séc. XVI já muitas florestas estavam devastadas e algumas regiões já desprovidas de suas arvores. Nos seus primeiros passos, antes da produção de generos cultivaveis, como o assucar e o algodão, o pau-brasil era quasi tudo o que podia dar o Brasil. Simonsen levou em conta o fato dele ser quasi unico e reconheceu seu valor no comercio europeu, ao procurar caracterizar os vários periodos da historia economica do Brasil. Para ele, as primeiras tres décadas do sec. XVI constituem o primeiro ciclo economico do Brasil (1).

Cronologicamente, a primeira partida de pau-brasil deve ter sido embarcada do Brasil, em 1500, na propria nau que Cabral mandou para anunciar o descobrimento, embora este embarque, a rigor, fosse simples amostra e não um carregamento comercial (2). Logo depois começou a exploração comercial da madeira. Para explorar a terra, o Rei contratou, em 1502, o trafico de pau-brasil e escravos, com Fernando de Noronha e uma companhia de comerciantes. Estes deveriam mandar seis navios por ano e explorar anualmente trescentas leguas de costa além de construir e manter, por tres anos, um forte. Em compensação, nada pagariam no primeiro ano, pagando no segundo um sexto e uma quarta parte no terceiro ano (3). Si a companhia realmente operou de acordo com esse contrato terá transportado para a metropole, entre 1501 e 1505 (4) cerca de trinta mil tóros ou setecentos e cin-

(1) Simonsen, *Historia economica do Brasil*, I, 81.

(2) Damião de Goes, *Cronica do felicissimo rei D. Manuel* (4 vols., Coimbra, 1926), I, 118.

(3) Carta de Pietro Rondinelli, Sevilha, 3 de outubro de 1502, *HCP*, II, 324-330.

(4) Antonio Baião, *O comercio do pau-brasil*, *HCP*, II, 255.

coenta toneladas por ano (5). Um carregamento chegou a Lisboa em 1504. Gonçalo Coelho, mandado pelo Rei com mais cinco navios, a explorar a costa, perdeu quatro deles mas trouxe nos dois restantes não só madeira como papagaios e macacos (6). Em 1506 obteve Noronha outro contrato de pau-brasil, pagando desta vez mil ducados anuais para trazer vinte mil quintais (7); e em 1509 e 1510 traficantes francezes e alemães também obtiveram contratos (8). Si bem que não se possa dizer si realmente esses homens levaram madeira, alguma pelo menos saiu da Bahia em 1510 (9). Em 1511 cinco mil tóros foram embarcados em Cabo Frio (10). Parte da madeira deve ter ido das proximidades do Rio de Janeiro, antes de 1510 (11). Em 1520 parece ter havido um estabelecimento, possivelmente relacionado com o pau-brasil, em Pernambuco (12). O capitão de um guarda-costas

(5) Esse calculo baseia-se nas contas da nau "Bretôa", abaixo, nota 42. O carregamento da "Bretôa" era de 5.000 lenhos, ou cerca de 125 toneladas.

(6) Damião de Goes, I, 120.

(7) Baião, *in HCP*, II, 326. Vinte mil quintais correspondem a cerca de 1.200 toneladas, que, usando-se novamente a "Bretôa" como padrão, exigiram de nove a dez naus para transportar.

(8) Baião, *in HCP*, II, 325.

(9) Veja-se abaixo, pags. 44-46, menção a Joham de Braga, feitor encontrado na Bahia no ano seguinte.

(10) Veja-se abaixo, pags. 47-50, as contas da nau "Bretôa".

(11) Capistrano de Abreu, *Capitulos de historia colonial*, pags. 31-32.

(12) Referência do relato de Parmentier, *in Giovanni Ramusio, Delle navigationi et viaggi* (3 vols., Veneza, 1550-1568), III, 423-432, especialmente p. 426, na qual ele se refere a um fortim de madeira com alguns portuguezes. Desse estabelecimento diz Oliveira Lima que "sem rigor se pôde tratar de feitoria". Manuel de Oliveira Lima, *A Nova Lusitania, in HCP*, III, 288.

real, Cristovam Jaques, recebeu o direito de comerciar e provavelmente andou embarcando um carregamento em 1522 (13). Em 1526, 1527 e 1531, faziam-se embarques em Pernambuco (14). Embora sejam difusas as referências específicas aos anos em que o pau-brasil era embarcado, o modo pelo qual negociavam os portugueses indica que a madeira foi recolhida entre os mencionados anos. O sistema de feitorias que usavam na coléta da madeira, como se verá adiante (por exemplo, o caso da feitoria da nau "Bretôa"), implica na existencia de outros tantos estabelecimentos permanentes, entrepostos comerciais a serem utilizados mais vezes e não apenas uma vez para em seguida serem abandonados (15).

Como se pode ver num reláto da época, os traficantes portugueses centralizaram-se em Cabo Frio, no sul, e na Bahia e Pernambuco, ao norte. Além disso conheceram muitos outros pontos da costa onde havia bom pau-brasil (16). Desse conhecimento não se depreende necessariamente que a madeira fosse cortada ali mas mostra bem o interesse dos traficantes em mais localizações do que aquelas especificamente mencionadas.

(13) Sobre Cristovam Jaques, ver adiante, nota 69.

(14) C. R. Beazley, *John and Sebastian Cabot*, (Nova York, 1898), p. 153; carta de d. Rodrigo de Acuña ao bispo de Osma, em 15 de junho de 1527, na coletânea de José Ramos Coelho, *Alguns documentos do arquivo nacional da Torre do Tombo* (Lisboa, 1892), p. 489; carta do mesmo ao Rei de Portugal, 30 de abril de 1528, *HCP*, III, 89-90; Diogo Leite ao Rei de Portugal, 30 de abril de 1528, *HCP*, III, 89-90; Protestation de Bertrand d'Ormessan, Baron de Saint-Blancard, in Guenim, *Ango et ses pilotes*, pags. 43-47.

(15) Cf. Simonsen, I, 89, que acentúa a acumulação de stocks em torno de uma feitoria; e as contas da nau "Bretôa", adiante citadas.

(16) Cf., por exemplo, Soares, *Tratado*, pag. 42 (rio do Cotegipe), 43 (Rio Real).

Como os portugueses, também os francezes frequentaram diferentes pontos da costa (17). A data em que pela primeira vez vieram ao Brasil buscar pau-brasil não se sabe ao certo, mas na Bahia, em 1526 (18), e em 1531 em Pernambuco, são os francezes expressamente mencionados como ali tendo estado (19). Cabo Frio atraiu-os tanto quanto aos portugueses e eles o frequentaram até quasi o fim do século (20). Chegaram até a dar seu nome a angras no litoral. Perto da foz do São Francisco havia o Porto Velho dos Francezes (21), e quatorze léguas adiante, o Porto Novo dos Francezes (22). Além de se appossarem desses locais de parada, chegaram a subir as

(17) Uma velha historia dos francezes no Brasil, em muitos pontos insatisfatória, é a de Paul Gaffarel, *Histoire du Brésil français au seizième siècle* (Paris, 1878).

(18) Nesse ano, Cristovam Jaques destruiu naus francezas. Ver adiante, pag. 58.

(19) Edição organizada por Eugenio de Castro, *Diario da Navegação de Pero Lopes de Sousa* (1530-1532) 5.^a ed., 2 vols., Rio, 1927), I, 104-107. (Doravante abreviado para Sousa, *Navegação*).

(20) Para Cabo Frio, sempre um centro predileto dos francezes, retiraram-se alguns dos huguenotes que vieram com Villegaignon, depois de expulsos do Rio de Janeiro. Numerosa informação sobre eles e sua participação na Confederação dos Tamoijs (guerra de 1564) encontra-se em *Cartas, informações, fragmentos historicos e sermões do Padre José de Anchieta, S. J.* (1554-1594), ed. organizada por Afranio Peixoto, (*Publicações da Academia Brasileira: Cartas Jesuíticas, III*), Rio, 1933; doravante abreviado para ANCHIETA), pags. 245-256; Soares, *Tratado*, pags. 98-99.

(21) Soares, *Tratado*, p. 32.

(22) *Ibid.* Os Recifes de d. Rodrigo, hoje anglicizados para Dom Rodrigo Rocks, eram também chamados Porto dos Francezes, pelas mesmas razões. (*Ibid.*, *South America Pilot*, p. 261). A julgar pelo *Pilot*, p. 260, o antigo Porto Velho dos Francezes denomina-se hoje simplesmente Porto Francês.

bocas dos rios da planície litorânea, em busca de pau-brasil (23).

Desembarcando no Brasil com o objectivo de obter pau-brasil, os portugueses e os francezes voltaram-se ambos para os indígenas, em busca de auxílio. Duas razões se evidenciam, fundamentando essa atitude. A primeira, baseada na espécie de árvore que estavam cobiçando, pois o pau-brasil, além de duro, é pesado (24). A segunda é que em todo o Brasil, naquela época, não havia animais

(23) Para exemplo, veja-se Soares, *Tratado*, pags. 16-17, 18, 40, etc.

(24) Para a descrição da madeira e das árvores, cf. José Bernardino de Souza, *O pau-brasil na historia nacional* (Cia. Ed. Nacional, S. Paulo, 1939), que, juntamente com descrições físicas, relata a historia do pau-brasil, as lendas e mitos que com ele se relacionam, em suma, tudo o que se sabe acerca desse tema. Duas das mais antigas e mais completas descrições são as de Jean de Léry, *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amérique* (La Rochelle, 1578), pags. 194-195; e André Thevet, *Les singularités de la France antarctique, autrement dite Amérique* (Paris, 1557).

O pau-brasil pertence á família *Caesalpinia*. Uma variedade, e uma das mais conhecidas no commercio medieval, é nativa das regiões quentes da Africa. Outra variedade, *Caes. echinata* (peachwood) (*) distribue-se pela America Central e regiões ao norte da A. do Sul. Aquele que hoje é considerado o verdadeiro pau-brasil, *Caes. brasiliensis*, vem exclusivamente do Brasil. De todas as madeiras a mais rica em substancia corante é o chamado "pau de Pernambuco" *Caes. crista*, até hoje abundante no Brasil e na Jamaica.

As árvores crescem em densas moitas ou capoeiras, ás vezes disseminadas entre árvores de vária espécie. Em altura e apparencia, na casca acinzentada, nas folhas verde-cinza, fazem lem-

(*) O autor menciona "peachwood", o que dá idéia de pecegueiro. A classificação científica não coincide. *Caesalpinia echinata* é o pau rosa ("pau rosado", segundo alguns autores).

O pau-brasil, diga-se de passagem, era conhecido pelos indígenas com o nome (até hoje em vigor em muitas regiões) de Ibirapitanga, nome incorporado por Joaquim Monteiro Caminhoá ao seu *Dicionário de Botânica*, até hoje inédito. (N. d. T.).

capazes de carga ou tração. Passaros, pequenos quadrupedes e onças eram então abundantes, mas desses só uns poucos serviam para alimentação e muitos eram absolutamente inúteis ao homem (25).

Tudo o que se sabe sobre os indigenas do Brasil justifica o que o escrivão de Cabral registrou ao vê-los dan-sar pelas praias. Gentes primitivas que conheciam o uso

brar o carvalho encontradiço na Europa temperada. A pesada madeira do tronco e os grandes galhos, logo que cortados, são brancos ou amarelo-claro, mas expostos ao ar convertem-se em vermelho-escuro. O pau é duro, tão duro que até com ferramentas de metal o córte é trabalhoso e lento.

Como pau de tinturaria, as arvores da *Caesalpinia* são valiosas, constituindo uma fonte da substancia hoje chamada *brasilina*. Para fazer corantes, os lenhos são esfarelados, reduzidos a um pó grosso, depois impregnado de agua e deixado a fermentar durante semanas. O corante assim obtido é usado em panos, desde o marron até castanho-claro. Diluindo quantidades num banho corante, obtem-se variados tons de rosa, e, pela adição de certas substancias, certos castanhos e purpuras. As objeções ao uso desse corante, usualmente empregado para pano comum, vem da dificuldade de produzir tons exatos. O corante varia de intensidade e de matiz, de acordo com a madeira usada, a idade da madeira, o efeito da fermentação e outros fatores. E a cor tambem se desvanece, com o tempo. W. S. Stanfield, "Meio Século na Tinturaria e Remate de Peças de Flanelas, Lãs e Linhos", *Journal of the Society of Dyers and Colorists*, n.º de aniversario, 1884-1934 (Bradford, Yorkshire, 1934), pags. 139-169; A. G. Perkin, A. E. Everest, *The Natural Organic Coloring Matters* (Londres, 1918), pags. 345-362. Não encontrei provas de que o corante tenha sido jamais preparado no Brasil para exportação, a despeito de que o corante já preparado, caberia muito mais num navio do que as tóras de pau-brasil. Essa circumstancia póde ser devida a que o processo de preparação do corante era por demais complicado para os limitados recursos dos comerciantes de pau-brasil no país, ou porque, uma vez preparado, o corante teria perdido de sua força, durante a travessia para Portugal.

(25) A importancia da falta de animais de carga e tração é acentuada por Capistrano de Abreu, *Capitulos de historia colonial*, p. 11.

do fogo mas não o dos metais, seu estilo de vida apresentava grandes contrastes com aqueles desenvolvidos pelos Incas, no Perú, ou pelos Maias, no Mexico e no Yucatan (*). Varias tribus, entre elles, praticavam uma agricultura primária que se completava pela caça e pesca; mas outras, sem o cultivo agrícola, viviam como podiam, dispondo apenas de suas flexas e suas rêdes. Mesmo com sua agricultura rudimentar não havia tribu inteiramente sedentária. Aquellas que para se alimentarem apenas caçavam, erravam livre e constantemente, enquanto as que cultivavam toscas lavouras nas clareiras migravam com menor frequencia, depois de uma ou mais colheitas. Junto às suas clareiras, as tribus mais organizadas construiam tabas cercadas por palissadas, constando de algumas grandes choças feitas de estacas e palha trançada (26). Esses povos, que ignoravam a existencia de utensilios de metal, deviam agora ajudar no córte das arvores e seu aproveitamento, e muito especialmente no transporte da madeira para os navios.

Em muitos pontos da costa os indigenas não tardaram em se familiarizar com aquilo que os europeus queriam no Brasil, fossem elles francezes ou portuguezes. Para os indios, de começo, era indifferente que os portuguezes e francezes fossem inimigos a disputarem ambos o trafico de pau-brasil e a propria posse do Brasil. As alianças indigenas vieram depois, quando os selvagens tiveram oportunidade, de distinguir entre os portuguezes de cabelos negros e os louros francezes da Normandia. A principio, bastava-lhes aprender que os europeus queriam pau-brasil e usavam certo método para obtê-lo. Até que ponto os indios de varias zonas da costa familiarizaram-se

(*) Ha um lapso do autor: os Mayas são apenas do Yucatan e não do Mexico, com civilisações perfeitamente distintas. (N. d. T.).

(26) Maiores detalhes sobre os indigenas nas pags. 87-90.

com os desejos dos europeus, é o que se vê nitidamente numa observação que, de passagem, fez Pero Lopes de Sousa. O cronista observa que, velejando ao longo da costa em 1531, viu que alguns índios vinham nadando até a nau, perguntar si ele queria algum pau-brasil (27).

O conhecimento das praticas de comercio dos europeus no Brasil é limitado pelo pequeno conjunto de fontes sobre esse tema. Um quadro geral do mercado europeu de pau-brasil pôde ser delineado de variadas fontes concernentes á propria Europa, o Ocidente e o Brasil. A descrição da tirada da madeira no Brasil, no sec. XVI, no entanto, baseia-se principalmente no relato da nau mercante portugueza "Bretôa" (28) e em dois relatos francezes, descrevendo o trafico francês na altura de 1560 (29). Referencias adicionais esparsas, ao pau-brasil e às incursões dos traficantes de pau-brasil, completam o conjunto de informação disponível (30).

(27) Sousa, *Navegação*, I, 116-117. Isto se deu em 3 de fevereiro de 1531, ao largo da Bahia da Traição, entre Pernambuco e Bahia. E' interessante comparar essa pericia na natação com aquela tribu que os portuguezes encontraram no Uruguai ... "e vinham após de nós, uns a nado e outros em almadias, que nadam mais que golfinhos; e da mesma maneira nós com vento á popa muito fresco: — nadavam tanto quanto nós andavamos". (*Ibid.*, pags. 305-306). Considerando a velocidade até de um navio vagaroso, isto é o que realmente se pode chamar nadar como um golfinho.

(28) *Livro da nau Bretôa que vai para a terra do Brasil...* Este interessantissimo documento foi descoberto por Varnhagen, que o imprimiu na primeira edição de sua *História geral*. Para outras edições, veja-se a nota de Rodolfo Garcia na 3.^a ed. da *História geral*, I, 102, n. 22. Utilizei o texto impresso na *HCP*, II, 343-347 (doravante abreviado para *Bretôa*).

(29) Lery, *Histoire d'un voyage...*; Thévet, *Les singularités...*

(30) Cf. Soares, *Tratado*; Hans Staden, *Warhafftige Historia...* (Francfort, 1557), por exemplo.

A historia da nau "Bretôa", preparada por Fernão de Noronha e um grupo de comerciantes (31), ilustra bem as praticas portuguezas em 1511. Era um navio mercante mandado ao Brasil para carregar pau-brasil (32). Os officiais eram um capitão, um mestre de navegação, um piloto, um comissario e um escrivão. A tripulação (33) constava de treze habéis marujos, quatorze grumetes e quatro pagens.

O capitão recebeu instruções para fazer uma travessia o mais rapidamente possível (34). A 22 de fevereiro de 1511 a "Bretôa" zarpou de Lisboa para Cabo Frio. A 15 de abril atingiu o rio São Francisco e dois dias depois entrou na Bahia. Depois de uma parada de vinte e sete dias, saiu a 12 de maio rumo a Cabo Frio, onde chegou a vinte e seis (35). Tomou ali cinco mil tóros de pau-brasil, trinta e cinco escravos e certo numero

(31) Veja acima, pags. 23-36.

(32) *Bretôa*, p. 344.

(33) *Ibid.* *Pagem* era um jovem que fazia sua primeira viagem, após a qual seria promovido a grumete. A diferença na terminologia da pratica de marinharia portugueza do sec. XVI pôde ser constatada nas ordenações relativas aos homens do mar, nas *Ordenações manuelinas*: O primeiro (— quinto) livro das ordenações. Com privilégio real De Sua Alteza (2 vols., Lisboa, 1521-1533), V, cxii, 16. Os *marinheiros* constituíam categoria á-parte porque manejavam o timão e manobravam a véla. Os *grumetes* executavam os outros trabalhos a bordo. Para maior conhecimento da terminologia nautica referente a essas tres categorias de marítimos, ver Samuel Eliot Morison, *Admiral of the Ocean Sea* (2 vols., Nova York, 1942), I, 185-192, 225-226, 231-232, II, 321-322.

(34) *Bretôa*, p. 345.

(35) *Ibid.*, p. 343. A róta era pelas Canarias, por onde passou a 2 de março.

de animais da terra (36). Saiu a 27 de julho e entrou em Lisboa em fins de outubro (37).

Esta a narrativa geral da viagem. As minúcias da conduta dos oficiais e da tripulação são mais elucidativas. A 5 de maio, quando a nau estava na Bahia, descobriu o escrivão, a bordo, um roubo de alguns facões e instrumentos cortantes. O capitão designou-o, e a um feitor, Joham de Braga, para investigar (38). O nome de Joham de Braga não figura na lista de oficiais e tripulantes que saíram de Lisboa. Mencionado a principio como feitor indicado para investigar o roubo, parece que foi com o navio até Cabo Frio (39), onde — tanto quanto se póde afirmar — permaneceu. Do aparecimento de Braga se infere que uma feitoria, da qual era ele o feitor, devia existir na Bahia. Essa conclusão explica a origem de Braga, e indica que a “Bretôa”, embora com ordens para não parar no caminho, arribou á Bahia para embarca-lo. Mas não explica porque Braga deixou a sua su-posta feitoria.

A feitoria em Cabo Frio ficava numa ilha (40). A sua frente estava um feitor que ali se encontrava á chegada da “Bretôa” (41) e não deve ser confundido com

(36) *Ibid.*, pags. 345, 346, 347.

(37) *Ibid.*, p. 344. O cabo Espichel, na foz do Tejo, foi avistado a 20 de outubro e dois dias depois entrava a nau na *carreyra de san gyan* (“carreira de São João”).

(38) *Ibid.*, p. 346. Braga tinha um escrivão para ajuda-lo, Jeronimo, mas si tinha ou não outro português com ele, não consta ali.

(39) *Ibid.*, p. 347.

(40) *Ibid.*, p. 345.

(41) “... que emboora chegardes ao cabo frio omde estiver no feitor lhe entregares todas as mercadorias que llevardes, ...” (*ibid.*)

Joham de Braga. Na terça-feira, dia 12, dezessete dias depois da chegada, começou o carregamento de madeira, fiscalizado pelo feitor da feitoria (42) e o escrivão de bordo. No sabado, 943 tóros estavam embarcados. Nada se embarcou no domingo. Na segunda-feira continuou o carregamento e no outro sabado, dia 21, já 2.249 tóros estavam a bordo. Só nesse dia de sabado foram carregados 490 tóros. Domingo foi novamente dia de descanso, mas na segunda-feira, 23, mais 340 tóros eram carregados para a nau. Terça-feira, 24, era dia de São João, santo de guarda, mas de 25 para 26 (quarta para quinta-feira), mais 1.160 tóros foram para bordo. Na quarta-feira, talvez para compensar o dia santo anterior, atingiu-se o total mais alto de todos esses dias, com 504 tóros embarcados. Depois de 27, houve um longo descanso até 10 de julho, quando apenas 140 tóros foram embarcados, seguido por outra pausa, até o dia 24. quando 176 tóros completaram a carga. O total atingia então 5.008 tóros (43).

(42) Não ha referencia expressa á sua fiscalização sobre o trabalho, mas, a julgar pelos poderes que lhe foram dados, parece certo que ele a exerceu.

(43) pags. 345-346. A relação completa é a seguinte:

| | <i>Datas</i> | <i>Numero de tóros</i> |
|----------|--------------|------------------------|
| junho... | 12 | 317 |
| | 13 | 328 |
| | 14 | 298 |
| | 16 | 363 |
| | 17 | 306 |
| | 18 | 339 |
| | 19 | 293 |
| | 20 | 458 |
| | 21 | 490 |
| | 23 | 340 |
| | 25 | 504 |
| | 26 | 347 |
| | 27 | 309 |

A distribuição do dia de trabalho interessa. Um longo periodo decorria (dezessete dias) entre a chegada e o primeiro carregamento. Isso se explica pela necessidade de aprontar o navio para receber a carga. A seguir vem um periodo de dezesseis dias (com tres dias santos de guarda excluidos, pois não houve embarque nesses dias), durante os quais o grosso da carga foi para bordo (4.592 de um total de 5.008 tóros). Nos dois dias restantes, até o da partida, o resto da carga estava pronto, e não nos dias consecutivos. Com esta distribuição do tempo em mente, pode-se examinar duas questões: o córte do pau-brasil e o carregamento da nau.

A tripulação da "Bretôa", unicos trabalhadores possíveis mencionados pelo escrivão de bordo, compunha-se de mais de trinta homens. Os marinheiros, assim classificados, eram treze. Destes, à-parte seus nomes e o das cidades de onde vinham, nada se sabe a não ser que sete

| | | |
|-----------|----|-----|
| julho ... | 10 | 140 |
| | 24 | 176 |

Utilizando todos os Algarismos dignos de crédito acerca dos pesos e medidas do pau-brasil, é possível dizer que cada tóro pesava cerca de 50 libras, ou 0,4166 de quintal. Por conseguinte, os 5.000 tóros da "Bretôa" constituíam um carregamento de 125 toneladas ou 2.082,5 quintais. (O quintal, medida da época, corresponde a 120 libras (inglezas) (e aproximadamente 60 quilos). A média de tóros carregados diariamente para bordo é de 333,86, pouco mais de 8 toneladas. E' impossível calcular o numero de tóros aparelhados de uma arvore. Jean de Léry diz que algumas arvores eram tão grandes que nem tres homens juntos podiam abarca-lhes os troncos. (*Histoire*, p. 194). E acrescenta: "Et parçe aussi qu'il y a des personnages pardeçá, qui pensent que les bûches rondes, qu'on voit ordinairement chez les marchans, soit la grosseur des arbres; pour mostrar que tels s'abusent outre que i'ay dit qu'il s'en trouue de fort, gros, i'ay encore adioustre que les sauuages, tant afin qu'il leur soit plus aisé à porter qu'aisé à manier dans la navire, l'arrondissent & accoustrent de ceste façon". (*Ibid.*, p. 196).

eram casados, cinco não eram e o estado civil de um é omissso (44). Os quatorze grumetes eram uma mistura. Um era casado e dez não. Um era ferreiro. Dois eram negros e dois (um deles era um dos negros) escravos dos donos da nau (45). Os quatro pagens eram servidores dos oficiais e do escrivão (46). Desses homens, os marinheiros provavelmente esperavam trabalhar apenas como marinheiros (47). Os pagens, por seu turno, contariam servir os oficiais em terra tal como no alto mar. Em vista do seu numero comparativamente avultado, é bem possível que todos os grumetes estivessem destinados a trabalhar com os tóros.

Seja ou não válida essa interpretação da divisão do trabalho entre a tripulação, a questão está em saber *quais* e si algum dos tripulantes cortou pau-brasil. Si o fizeram, então deveriam ter cortado madeira suficiente em dezessete dias para começar o carregamento á razão de cerca de tresentos tóros por dia. Mas das ordens trazidas pelos oficiais constavam instruções para vigiar os homens da nau e zelar para que nenhum se internasse ou ficasse para traz ao zarpar o navio (48). Essa ordem é facilmente compreensível, pois si grande parte da tripulação se fosse para fixar-se na terra ou tentar a fortuna no Novo Mundo, o navio ficaria impossibilitado de emprender a viagem de volta. Em complemento a essa provisão, houve ordem para que nenhum homem de bordo

(44) *Bretôa*, p. 345.

(45) *Ibid.*

(46) *Ibid.*

(47) *Ibid.* Veja acima, nota 33. Os marinheiros possivelmente nem tenham feito trabalho algum enquanto desembarcados. Em Sousa, *Navegação*, I, 345, diz-se que era bom para algumas naus partirem porque os marinheiros recebiam paga sem prestar nenhum serviço ao Rei e comiam todos os víveres existentes.

(48) *Bretôa*, p. 345.

fosse á praia (“na terra firme”) exceto á ilha onde estava situada a feitoria (49). A tripulação, portanto, teve acesso à ilha mas não ao continente; por conseguinte nada teve a ver com o córte do pau-brasil. Embora não se possa dizer quem, entre a tripulação, executou a tarefa, é evidente que a tripulação tinha de carregar o navio. Com a tripulação assim classificada em seu trabalho, a função do feitor de Cabo Frio exige exame. Ele assumiu o posto à chegada da nau (50). Juntamente com o escrivão da “Bretôa”, verificou e contou os tóros. O escrivão da nau levantou a relação de bordo e é muito provavel que o feitor tenha levantado outra, por sua conta, das mercadorias saídas da feitoria (51).

Todas as mercadorias que a “Bretôa” trazia foram desde logo entregues á feitoria (52). Só o feitor ou pessoas por ele autorizadas podiam commerciar com os índios (53). Ele recebeu da nau, logo á chegada, todas as mercadorias que nela estavam embarcadas. O carregamento constava, em parte, de facões e machados a serem permutados com os índios (54). A presença dessa ferra-

(49) *Ibid.*

(50) Tudo indica que Joham de Braga tenha atuado como auxiliar do feitor de Cabo Frio. A “Bretôa” chegou á feitoria a 26 de maio. A 29, Braga veiu ao navio, aparentemente da feitoria, em terra, para retirar a ferragem da carga. (“aos xxbiiij dias do mes de maio em quinta feira no cabo frio veo Joham de Braga a naoo bertoa a tirar a ferramêta darmaçam...”). *Ibid.*, p. 347.

(51) Também aqui não ha menção explicita desse trabalho de fiscalização. A relação do escrivão, evidentemente, é o proprio *Llyuro da naoo Bertoa*.

(52) *Ibid.*, p. 347. Essa a *ferramêta darmaçam* mencionada na nota 50, de cujo recebimento o feitor teve de dar recibo ao capitão.

(53) *Ibid.*

(54) *Ibid.*, p. 346. Ao mesmo tempo nenhuma arma ou instrumento de fogo de nenhuma espécie devia ser commerciado com os nativos. *Ibid.*, p. 347.

menta indica que se destinava aos índios para auxiliá-los a aparelhar a madeira. Em consequência, e em vista da ausência de quaisquer outros braços, parece claro que o comércio desses artigos pelo feitor tinha como compensação o suprimento de pau-brasil pelos indígenas.

O relato da "Bretôa" descreve como se obtinha o pau-brasil em 1511. Alguns detalhes de uma feitoria portuguesa em atividade em Pernambuco, em 1529, confirmam o relato (55). Um feitor e cinco outros portugue-

(55) A história dessa feitoria de Pernambuco decorre em grande parte do relato de sua captura por uma nau franceza, "La Pélérine". Os proprietários do navio protestaram perante o Rei português, depois que "La Pélérine" foi capturada por um guarda-costas português, e procuraram receber o preço do navio e da respectiva carga. Esse protesto é a "*Protestation de Bertrand d'Ormessan, baron de Saint-Blancard*", publicado em latim e francês in Guénin, pags. 43-47, 256-261; e em Sousa, *Navegação*, II, 19-31. O navio, armado e equipado por uma companhia armadora, zarpo de Marselha em dezembro de 1530 com 120 homens. Parte de sua carga constava de mercadorias para trocar com os índios, produtos muito procurados e de alto preço no Brasil, e de ferramentas necessárias á construção de um fortim e para o cultivo necessário ao sustento da respectiva guarnição. Atingiu Pernambuco em fevereiro ou março de 1531. Na feitoria portuguesa havia seis portugueses, que com muitos índios aliados resistiram ao desembarque dos francezes e finalmente celebraram paz com eles. Então os francezes, ajudados pelos portugueses e pelos índios, levantaram fortificação, trabalho pelo qual o comandante francês pagou cerca de quatrocentos ducados. Em junho, aproximadamente, "La Pélérine" velejou para a França, deixando quasi metade da guarnição em Pernambuco. Levou o seguinte carregamento: (cada quintal corresponde a 58 quilos 758 gramas)

| | |
|---|-------------------------|
| 300 quintais de algodão | a 10 ducados p/ quintal |
| 900 ducados, valor, de cereais . | 6 d. cada |
| 600 papagaios, 3600 ducados .. | 3 d. p/ quintal |
| 3.000 peles de onça, etc. | 3 d. p/ quintal |
| 5.000 quintais de pau-brasil ... | 8 d. p/ quintal |
| 3.000 ducados, valor, de <i>minerais d'or</i> | |
| 1.000 ducados, valor, de <i>húiles medicinaes</i> | |

zes viviam numa ilha onde dispunham de um grupo de construções (56). Nestas estavam armazenados alguns milhares de quintais de pau-brasil, várias centenas de algodão e cereais nativos e pequena quantidade de diversos produtos (57). Perto da ilha, no continente, amontoavam-se os índios (58). A historia dessa feitoria de Pernambuco concorda com a da "Bretôa", ao mostrar que as mercadorias eram acumuladas em armazens dirigidos por um feitor, embora não esclareça em que condições foram acumuladas essas mercadorias. Em 1546, no entanto, os índios de Pernambuco estavam ocupados em tirar pau-brasil para contratadores portugueses, que lhes pagavam, pelo seu trabalho, com bugigangas e ferramentas (59). Em todos os detalhes importantes, esse exemplo datado de 1546 indica a permanencia, até essa data avançada, do mesmo método de tirada do pau-brasil que se póde inferir da remota relação da nau "Bretôa".

Em resumo, todas as provas existentes sobre os traficantes portugueses mostram que os índios traziam o pau-brasil para uma feitoria, onde o feitor fazia a permuta por outros artigos e guardava a madeira até arribar uma nau portugueza.

Os proprietarios avaliaram o carregamento em 62,300 ducados, tudo incluido. "La Pélérine" caiu quando um guarda-costas português, depois de uma perseguição pelo Mediterraneo adentro, após um dia de viagem no seu encaicho, capturou-a por estratagemma. Sua feitoria em Pernambuco continuou até 31 de dezembro de 1531, quando Pero Lopes de Sousa sitiou-a. Após dezoito dias de tiroteio, os francezes foram vencidos e os portugueses tomaram posse do estabelecimento.

(56) Sousa, *Navegação*, I, 131-132, menciona as construções da feitoria destruidas durante a luta.

(57) "Protestation", in Sousa, *Navegação*, II, 19-20.

(58) Os índios eram aliados dos portugueses e os ajudaram contra o ataque francês. *Ibid.*, II, 19.

(59) Carta de Duarte Coelho a d. João III, Olinda, 20 de dezembro de 1546, *HCP*, III, 314.

Os francezes que andavam a carregar pau-brasil no litoral brasileiro deviam enfrentar, ao conduzir a carga para bordo, a mesma dificuldade dos portuguezes. Sua solução, porém, não incluiu feitorias. Tudo indica que os navios francezes ancoravam na costa, enquanto as tripulações pisavam terra em busca dos indios. Então conseguia tripulação que os indios dessem um carregamento de pau-brasil em troca de alguns artigos de comercio. Os navios permaneciam na costa até que se completasse o carregamento, mas não ha como saber quanto tempo durava essa espera. Entre os francezes, o unico possivel equivalente ao que era, entre os portuguezes, o feitor, seria o interprete francês, que viveu muitos anos com os indios (60). Deve-se notar que ele nada tinha de comum com a feitoria portugueza.

(60) J. Gomes de Carvalho, *D. João III e os francezes*, pags. 165-166. E' a seguinte a sua argumentação: Sem os recursos dos portuguezes, o francês não podia estabelecer feitorias. O lugar do feitor, consequentemente, era desempenhado pelo interprete, geralmente um normando, que com mais economia e menor risco fazia o trabalho correspondente ao do feitor. Além de agir como intérprete, reunia entre os indios mercadoria suficiente para constituir um carregamento. Quando chegavam os navios francezes, a carga estava pronta para embarque. (*Ibid.*, pags. 165-175). Assim Gomes de Carvalho dá ao interprete francês função identica ao do feitor português. Ele não acentúa suficientemente o fato de os francezes, fossem quais fossem seus recursos, serem visitantes tão frequentes, no litoral, quanto os portuguezes. Por exemplo, quasi toda narração de viagem dos portuguezes ao Brasil menciona um navio francês pelo menos entrevisto. Essa omissão é deveras curiosa, pois todo o livro é dedicado ao exame da ameaça franceza ao dominio português no Brasil. Mais ainda, ele caracteriza com sucesso a existencia e presença de interpretes francezes que durante longos periodos viveram no Brasil, mas ao mesmo tempo sobrestima a coleta de mercadorias pelos interpretes na ausencia dos navios. Os relatos de Léry e Thévet, por exemplo, mostram que grande parte da preparação dos carregamentos, especialmente os de pau-brasil, era feita quando os navios estavam

O método francês, que se acaba de expor, é o descrito pelos dois relatos francezes de Thévet e Lery (61). Thévet, que publicou sua narração da vida no Brasil em 1557, descreveu as arvores do pau-brasil e disse que para ganhar alguma bugiganga ou enfeite os proprios indios cortavam a madeira e transportavam-na aos navios, a uma distancia, ás vezes, de tres ou quatro léguas (62). Lery, que esteve no Brasil ao mesmo tempo que Thévet,

no litoral. Dir-se-ia, antes, que os francezes não usaram feitorias, não porque não dispuzessem de recursos suficientes, mas porque a feitoria fixa seria muito vulneravel ao ataque dos portuguezes. Em vez de feitorias, usavam os proprios navios, com eles ancorados na costa enquanto ultimavam grande parte do carregamento. O interprete, que vivêra entre os nativos, evidentemente comerciára com eles para assegurar a mercadoria necessária. Diz Carvalho: "Os interpretes... transportavam para os portos os tóros de brasil, colhiam pimenta, de que ás vezes faziam roça... e algodão, preparavam peles, penas e todos os produtos de escambo e ensinavam os papagaios a falar francês, para se fazer com presteza o carregamento da proxima embarcação..." (*ibid.*, p. 165). Com exceção do transporte de pau-brasil, que eu ponho em duvida, todas essas atividades estão muito mais ligadas á vida do interprete no Brasil do que o preparo de carregamentos na ausencia dos navios. A pimenta e o algodão, por exemplo, não precisavam estar prontos para embarque antes dos navios fundearem. E mais, a julgar por Thévet e Léry, o recolhimento de pau-brasil e outras mercadorias era feito pelos indios em troca de bugingangas; deste modo a afirmação de Gomes de Carvalho de que o interprete fazia isto e aquilo deve ser lida: ele pagava aos indios para fazerem isto e aquilo. E como o interprete não dispunha de feitoria ou armazem, por conseguinte tudo indica que ele pagasse aos indios para recolher produtos quando os navios estavam á mão para embarca-los sem demora.

(61) Veja a nota 24, pag. 41.

(62) Thévet, *Singularitez*, fol. 116-117. A propósito da dificuldade de transporte, ele acrescenta: "ie vou laisse à quelle peine, & ce pour appetit de gaigner quelque pauvre accoustrement de meschante doublure, ou quelque chemise". (*Ibid.*). Os indios permutavam tambem papagaios, pombos, e algodão, por quinçuilharia.

publicou seu relato em 1578. A madeira, diz ele, era tão dura que se tornava difícil corta-la. Como não havia cavalos ou outros animais de tração ou carga, cabia ao homem fazer esse trabalho. Não fôra a ajuda dos índios, portanto, e aqueles estranhos no país não conseguiriam carregar sequer um simples navio por ano. Em troca de camisas, chapéus, facas e outros artigos, e com ferramentas de metal que os francezes lhes davam, os índios cortavam, desbaratavam, serravam, falquejavam e toravam o pau-brasil. Depois levantavam nos ombros os tóros e os conduziam, duas ou tres léguas, por montanhas e terrenos acidentados, até beiramar, aos navios ali ancorados. Aí os marinheiros tomavam a carga e a embarcavam (63).

A descrição do método francês está completa com Lery e Thévet, mas pôde ser enfeitada, ainda que nem sempre rigorosamente confirmada, por alguns detalhes pictóricos encantadores. O mapa de Reinell, de 1504, antigo mapa francês do Brasil, mostra os indígenas abatendo arvores e transportando tóros (64). O mapa ilustrado do Brasil que ilustra a relação da viagem de Parmentier, no terceiro volume de Ramusio, dá-nos quasi a mesma cena (65). Em Rouen, cidade ligada ao trafico com o Brasil no sec. XVI, existe um baixo-relevo que mostra indígenas no trabalho. A julgar por essas esculturas, o córte das arvores e o transporte dos tóros pareciam corresponder inteiramente ao conceito dos índios sobre a boa vida (66). Entre as celebrações da entrada de

(63) Léry, *Histoire*, pags. 194-196. Cf. o ponto acentuado por Capistrano de Abreu, nota 25, acima.

(64) Reproduzido in J. Denucé, *Les origines de la cartographie portugaise* (Gand, 1908), apendice; cf., pags. 86, 91-92.

(65) Ramusio, *Delle navigazioni et viaggi*, III, 423-432.

(66) E. T. Hamy, "Le bas-relief de l'Hôtel du Brésil au Musée départemental d'antiquités de Rouen", *Journal de la société des américanistes de Paris*, IV (nouvelle série, 1907), 1-6.

Henrique II de França em Rouen, em 1550, constou a representação da vida no longinquo Brasil, com tupinambás de verdade fazendo de conta que viviam num bosque simulado e fingindo reproduzir os habitos de sua gente. No desenho então feito, todos os aspectos da vida indigena são exibidos em cada uma das partes da gravura. Aqui uma aldeia mostra o modo de construir as casas; além, a conflagração destróe outras casas; duas diferentes batalhas contra os tupiniquins aparecem, em plena efervescencia; mas a despeito dessas perturbações outros indigenas atravessam bosques ou atendem á paixão predominante, o transporte do pau-brasil das matas ao litoral (67).

Desnecessario dizer, os livros de Thévet e Lery tam-
bem são ilustrados. Lery tem estampas mostrando a vida dos tamoios que são simples e diretas informações. Embora os indios ali representados provavelmente não se tenham conformado por nenhuma medida antropologica dos tamoios do sec. XVI, os detalhes de ornatos, construção e vegetação são cuidadosamente apresentados, ainda que um tanto convencionais. As ilustrações em Thévet são muito exuberantes. O artista usou muito do mesmo material de pose, detalhes e decoração e até episódios, utilizados por Lery. Mas, vendo os selvagens do Brasil com olhos de um proto-Ruþens, semeou no Brasil florestas de arvores européias e povoou-o de semi-deuses cujos musculos inacreditaveis são do melhor sabor italianizante. A documentação ilustrada foi feita na Europa por artistas dirigidos por homens que haviam estado no Brasil. Mas, corroborando qualquer afirmação, essa documentação mostra principalmente aquelas fases da vida brasi-

(67) Ferdinand Denis, *Une fête brésilienne célébrée à Rouen en 1550* (Paris, 1850).

leira que mais interessaram aos europeus que aqui estiveram (68).

Seja qual for a jovialidade que suas obras possam acrescentar à historia do Brasil, o fato é que os francezes eram, do ponto de vista português, um inimigo perigoso, e a todo tempo prontos para atingir a vida e o commercio dos portuguezes. O Rei de Portugal, agindo em consequencia, mandou certo numero de navios armados para o Brasil, a partir de 1516, parte para proteger o tráfico de pau-brasil, parte para garantir o direito absoluto à terra, por ele reivindicado. De toda a atividade desses guarda-costas, e das outras naus velejando ao longo do litoral, pouco se sabe, pois quasi toda informação se limita aos dois relatos de Cristovam Jaques e de Pero Lopes de Sousa. Como haviam sido enviados para expulsar os francezes, os relatos de sua atividade são necessariamente absorvidos por emboscadas, subitas descobertas do inimigo atraz de um promontório protetor, afundamentos e perseguições dos seus navios.

Dos prosaicos detalhes da vida no intervalo das batalhas, quasi nada se fica sabendo. Por menos que sejam, no entanto bastam para demonstrar quanto os marujos portuguezes seguiram o modelo das feitorias de pau-brasil, ao tratarem com os selvicolas. E é em face do transito de navios abaixo e acima no litoral brasileiro que se evidencia a primeira prova definida da troca de produtos outros além do pau-brasil.

(68) A sensação que os índios brasileiros causou aos europeus é inteira e deliciosamente estudada por Afonso Arinos de Melo Franco, *O índio brasileiro e a revolução franceza* (Rio, 1937). Cf., tambem, Paul Gaffarel, *Histoire du Brésil français au seizième siècle*.

A historia de Cristovam Jaques, o primeiro guarda-costas, versa igualmente a guerra e o comércio (69). Ele estava no Brasil entre 1516 e 1519 e adquiriu fama por sua desapiedada luta contra o francês. Voltou em 1528 e reeditou seus primeiros sucessos. Ainda que sendo sobretudo guerreiro, teve outros interesses, pois o Rei pagou-lhe, em parte, pelo seu trabalho contra os francezes, mediante concessão de licença para traficar com pau-brasil. Para utilizar essa licença, seguiu o método português de comercio e estabeleceu uma feitoria. Faltam completamente pormenores para o estudo do seu funcionamento, mas sua existencia deve ser relacionada com o fato de ter ele ficado cerca de dois anos no Brasil em sua primeira expedição e quasi um ano, na segunda. Durante suas duas viagens, ia custeando a caça aos francezes. A feitoria, por isso mesmo, embora fosse essencialmente um posto de comercio de pau-brasil, surge tambem como base da qual ele agia no patrulhamento da costa.

O primeiro caso em que o escambo foi usado para obter alimento, no entanto, não vem das provas fornecidas pelos guarda-costas ou pelos traficantes de pau-brasil. Procede, de modo inteiramente accidental, do relato de um navio que arribou no Brasil ao afastar-se da Armada da India, em 1519. O "São Jeronimo", de nenhum modo ligado ao comercio ou à proteção do Brasil, enfrentando o mau tempo no Atlantico Sul, partiu o leme e tomou a direção do Brasil. Finalmente atingiu a costa, procurou uma angra onde pudesse obter madeira de porte suficiente para os necessarios reparos, e ancorou num lugar que se presume seja a Bahia de Todos os Santos. Os indios

(69) Embora curta a historia de sua vida, os documentos que se ocupam de Cristovam Jaques não são simples. O melhor estudo recente, acompanhado dos documentos pertinentes, é o de Antonio Baião e Carlos Malheiro Dias, *A expedição de Cristovam Jaques*, HCP, III, 59-94.

da região não eram inteiramente amigos, mas consentiram que alguns marinheiros fossem até um aldeamento do interior. E também deram aos portugueses todo o alimento que a terra oferecia, em troca de anzóis, alfinetes e outras miuçalhas (70).

A expedição de Pero Lopes de Sousa, em 1531, e 1532, em cujo relato se nota a primeira referência ao uso do escambo pelos guarda-costas, difere das de Cristovam Jaques porque pretendia muito mais explorar os pontos longínquos da costa do que exterminar francezes (71). Pero Lopes não estabeleceu desde logo uma base para agir, mas, levando avante sua dupla missão, empregou seu tempo velejando de Pernambuco até muito ao sul da região do pau-brasil, na altura do atual litoral uruguaio e sul do Brasil.

Num desembarque na costa do Uruguai, encontrou uma tribo caçadora que repartiu seu alimento com os portugueses. Os selvagens pareciam habituados a ver homens brancos, pois não se mostraram temerosos das armas de fogo (72). Noutro ponto, sua gente trocou muitas mer-

(70) A "São Jeronimo" foi precedida no Brasil pela "Piedade", em 1517, mas desta quasi nada se sabe. Para exame completo da visita da "São Jeronimo" em todos os seus aspectos, veja-se meu artigo "*Colonial Brazil as a Way Station for the Portuguese India Fleets*", pags. 454-465.

(71) Pero Lopes de Sousa veio ao Brasil no comando de uma nau da frota de seu irmão, Martim Afonso de Sousa. Às vezes agiu em comum com o irmão, mas geralmente velejou só-sinho em explorações pelo litoral. O relato dessas explorações constitue o Sousa, *Navegação*.

(72) Sousa, *Navegação*, I, 318-322. Esses indios eram sempre melancólicos, segundo pensavam os portugueses. "...com nenhuma cousa nossa folgavam, nem amostravam contentamento com nada. Se traziam pescado ou carne davam-no-lo de craça, e se lhe davam algũa mercaderia nam folgavam; mostrámos-lhe quanto trazíamos; nam se espantavam, nem haviam medo a artelharia;

cadorias por muito peixe (73). Noutro, ainda, foram à praia à procura de índios que lhes ensinassem onde obter água e comida. Obtiveram com eles produtos, por troca, mas tiveram de regressar sem água porque os índios não lhes quiseram dar nenhuma (74). Nesses e noutros casos semelhantes, parece que os portugueses consideraram necessária a entrega de mercadorias para obter alimento.

Pero Lopes não fundou feitorias de pau-brasil, como fez Cristovam Jaques em Pernambuco, mas creou postos de víveres e aprovisionamento de seus navios. Atingiu a baía de Guanabara, sitio da futura cidade do Rio de Janeiro, em abril de 1531, onde parte da tripulação construiu uma fortificação. Permaneceu na baía, reparando

senam suspiravam sempre; e nunca faziam modo senam de tristeza; nem me pareque que folgavam com outra cousa". À parte essa cena tocante, deve ser notado que os portugueses surpreenderam-se pelo fato desses índios não parecerem interessados em permuta.

(73) *Ibid.*, I, 305. Por carne de caça e peixe deram os portugueses matracas, objetos de vidro e missangas. (*Ibid.*, I, 281-282). Num encontro com os índios vestidos de peles, deram os portugueses objetos de vidro, missangas, matracas, barretes vermelhos, em troca de caça e peixe. (*Ibid.*, I, 299-301). De um grupo de índios que assim permutavam, disse o português "...ficaram tão contentes e mostraram tamanho prazer que parecia que queriam sair fora do seu siso". (*Ibid.*, I, 282).

(74) Os homens foram com "...o batel e com mercaderia, ver se poderia trazer algũa água, de que tinhamos muita necessidade; e se tornou sem trazer água, por lha nam querer dar a gente da terra". (*Ibid.*, I, 117-118). Além de obter comida dos índios, os portugueses conseguiram também, por conta própria, algum alimento. Ao ver exgotadas as suas provisões, Sousa pensou, a principio, em ir ao encontro do irmão, mas afinal resolveu viver ao largo. (*Ibid.*, I, 278. Cf. também I, 244-249, 283, 284, 293).

os navios e a seguir zarpou para o sul (75). Em maio de 1532, um ano depois, dois navios da expedição, de torna-viagem para Portugal, ancoraram na Guanabara. Tudo indica que o forte não só ainda existia como se convertera em posto de aprovisionamento dos navios, pois as duas naus, com seus numerosos marujos, ali estacionaram quarenta dias para fazer suprimentos para os tres mezes de torna-viagem (76). A estada de tão grande grupo de portuguezes nas visinhanças do fortim indica, com toda a probabilidade, que alguns portuguezes o estivessem ocupando desde sua construção, no ano anterior, e ali acumularam provisões para a frota.

Um rápido exame do comportamento dos dois grupos portuguezes, traficantes de pau-brasil e guarda-costas, no Brasil, mostra que em suas relações economicas com os indigenas as semelhanças entre os dois referidos grupos são mais profundas do que as diferenças. Dos dois, nenhum fundou estabelecimentos, no sentido de colonias, e, segundo parece, nenhum teve intenção de faze-lo. Embora o objetivo de um fosse economico, e o do outro, militar, ambos obtiveram mercadorias dos indios e ambos parecem ter compreendido que o escambo era necessario à obtenção dessas mercadorias. Ambos habituaram a tratar com europeus os indios que encontraram. Verifi-

(75) Ali esteve em companhia do irmão, Martim Afonso. A tripulação foi designada para organizar uma ferraria onde pudesse trabalhar o ferro afim de produzir utensilios de que necessitavam os navios. Empregaram os tres mezes em tomar viveres por um ano, para quatrocentos homens, e em construir duas embarcações. (*Ibid.*, I, 185-187). Enquanto ancorados os navios, quatro homens foram convidados em exploração ao interior e viajaram 115 léguas em dois mezes. (*Ibid.*, I, 186). A frota esteve no Rio de 30 de abril a 31 de julho e zarpou em 1 de agosto.

(76) "Neste rio de Janeiro estive tomando mantimento para 3 meses..." Chegaram os portuguezes a 24 de maio de 1532 e saíram a 2 de julho. (*Ibid.*, I, 349-350).

ca-se que eles crearam um padrão de conduta que os seus sucessores portuguezes poderiam seguir, em ultteriores contactos com os selvícolas.

* * *

São escassas as provas definitivas, relativamente ao periodo de 1500 a 1533. Mas as que existem indicam que os portuguezes usaram o escambo sempre que quizeram obter o braço indigena, víveres, pau-brasil ou outros artigos e serviços por parte dos nativos. Essas provas não indicam que eles tenham escravizado os indios para alcançar esse objetivo, e ainda mais, não existem referencias à escravização dos indios para trabalharem no Brasil sinão depois, em data ulterior. Por conseguinte, em face da prova apresentada, conclue-se que o escambo era o método usual pelo qual os europeus tratavam com os indigenas quando destes desejavam produtos ou trabalho.

O caso particular do trafico de pau-brasil ilustra bem como se processava o escambo. Os portuguezes queriam madeira entregue em suas feitorias. Entravam em entendimento com os indios para que estes a trouxessem e só depois de entregue a madeira entregavam-lhes, por sua vez, bugigangas e ferramentas. Assim os indios aprenderam que não podiam obter missangas ou camisas apenas por derrubarem e desgalharem uma arvore na mata, mas só ao entregarem a madeira na feitoria, em forma apropriada ao embarque. No que concerne aos indigenas, recebiam as cobiçadas bagatelas e miuçalhas em troca da entrega aos portuguezes de certos objetos materiais, pau-brasil ou (como no caso dos guarda-costas) víveres e outros produtos. E os europeus verificaram que recebiam duas coisas para cada pagamento em bugigangas. Uma, os objetos materiais propriamente ditos. Outra, o trabalho necessario, por exemplo, na derrubada das arvo-

res, no córte dos tóros e no transporte até a feitoria. Duas possibilidades assim se abriram diante dos portuguezes que vieram depois. A primeira era a continuação do escambo, no rigoroso sentido da palavra: simples troca de produto por produto. A segunda seria o uso do escambo para obter apenas trabalho. E esta viria a ter importancia crescente, quando os portuguezes começaram a dar artigos aos indigenas para induzi-los a cultivar as roças.

CAPITULO III

OS DONATARIOS

COMO os donatarios vieram para o Brasil formar lavouras afim de exportar produtos agricolas, e como seu empreendimento diferiu acentuadamente do dos traficantes de pau-brasil e dos guarda-costas, eles introduziram novos elementos no primitivo padrão economico. Em primeiro lugar, sua vinda para o Brasil, para aqui viver, distingue suas colonias daqueles postos mais ou menos transitórios, dos quais os traficantes conduziram sua exploração da terra. Em segundo, a existencia de suas lavouras implica na necessidade de trabalho abundante e disciplinado e indica que alguma outra relação, além do escambo fortuito, seria necessaria para garantir a satisfação dessa necessidade.

Para relacionar o periodo dos donatários (1) com aqueles que o precederam e os subsequentes, é necessario compreender que tentavam os donatários fazer no Brasil e quais os recursos de que podiam dispor. Ao mesmo

(1) Além do estudo contido em obras de carater geral como a *Historia geral* de Varnhagen, o periodo dos donatarios pôde ser estudado na historia geral de J. F. de Almeida Prado, em seis volumes. Ainda que subordinada a um titulo de conjunto, ele publicou dois volumes: *Pernambuco e as capitánias do norte — 1530-1630* (2 vols. Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1939, 1941). O segundo vol., sobre Pernambuco, leva o sub-titulo: "Historia da Formação da Sociedade Brasileira". Uma obra anterior, de sua lavra, *Os primeiros povoadores do Brasil — 1500-1530* (Cia. Edi-

tempo, não só eles mas também os índios devem ser mais detidamente examinados, pois para esses índios voltaram-se os donatários, em busca de auxílio. Suas necessidades, ampliadas pela sua geral procura de capital e braços, os forçaram a requerer dos índios braços e mais trabalho do que os primeiros portugueses haviam obtido com o escambo. Em muitas oportunidades, então, a escravização ocorreu quando as relações de escambo se tornaram inadequadas. E na desordem generalizada que adveiu com a continuação do contacto entre os dois povos, as guerras com os indígenas tornaram-se tão usualmente concomitantes do crescimento da colonização que se impõe a existencia de alguma ligação entre elas e a escravidão.

Os donatários não arribaram ao Brasil inteiramente desprovidos de modelos a seguir no estabelecimento de suas colônias. Um modelo, sobretudo, era o do método de trato com os indígenas, afeiçoado pelos traficantes de pau-brasil e guarda-costas. Nesse método, o escambo era o principal elemento utilizável. O outro era o modelo geral para o estabelecimento de colônias. Até certo ponto, eles nada mais tinham a fazer do que aplicar no Brasil as práticas que gerações de colonos portugueses haviam desenvolvido nas ilhas do Atlântico e no continente africano. Mais proximamente, tinham diante de si o exemplo de como projetar uma cidade e formar lavouras, exemplo que lhes dava Martim Afonso de Sousa (2).

tora Nacional, São Paulo, 1935) parece destinar-se a ser incorporada ao conjunto da obra. As extensas bibliografias que ele oferece, inclusive de obras recentes, constituem o melhor guia individual da literatura sobre a matéria. Em consequência, não se faz referência aqui a muitas obras que tratam do período e do mesmo tema, enviando-se em vez disso o leitor à consulta das listas bibliográficas de Almeida Prado.

(2) A vida e a obra de Martim Afonso de Sousa são devidamente estudadas por Jordão de Freitas, "*A expedição de Martim Afonso de Sousa*", HCP, III, 97-164. O relato de sua explora-

Martim Afonso de Sousa, da pequena nobreza de Portugal, conquistara a confiança de D. João por sua sagacidade e prudencia. Em consequencia, quando apreensivo com os ataques francezes no Brasil D. João procurou alguém para mandar, escolheu Martim Afonso de Sousa, a despeito de contar Martim, em 1530, apenas 30 anos de idade. D. João precisava de alguém que reunisse intelligencia à bravura. Suas negociações diplomaticas com o Rei francês, para excluir os francezes do Brasil, haviam malogrado. Seus navios guarda-costas só produziam resultados proporcionais a pequenas e intermitentes patrulhas na cobertura de tão extensa linha de costa. Convinco de que atos portuguezes eram então mais necessarios do que palavras francezas, preparou uma bem cuidada expedição para patrulhar as aguas brasileiras. Talvez influenciado pelo exemplo de Cristovam Jaques, projetou para a expedição a instalação de uma base da qual pudessem operar na expulsão dos francezes.

Martim Afonso assumiu o comando da expedição — duas naus, uma caravela, um galeão (*) — e zarpou de

ção pelo litoral encontra-se em Sousa, Navegação. Copiosa informação sobre os primeiros dias de seu estabelecimento de São Vicente encontra-se em frei Gaspar da Madre de Deus, *Memorias para a historia da capitania de São Vicente*, ed. Afonso d'Escrag-nolle Taunay (3.^a ed., S. Paulo, 1920), cuja primeira edição é de 1797. Também existe uma autobiografia intitulada *Brevissima, e sumaria relação que fez de sua Vida e obras o grande Martim Affonso de Sousa*, mencionada por Jordão de Freitas, acima citado. Publicada no *Arquivo bibliografico* (Coimbra, 1877), pags. 89-90, 105-108, 139-148, 168-172. Esta ultima eu não vi.

(*) J. F. de Almeida Prado, *Primeiros Povoadores do Brasil*, p. 87, registra duas caravelas, uma das quais — a Rosa — era comandada por Diogo Leite, que já estivera no Brasil com Cristovam Jaques, sendo a outra a "Prinzeza", comandada por Baltasar Gonçalves, "veterano de encontros com francezes". Da nau capitanea não se sabe o nome, "por silencio dos cronistas" (Jonatas Serrano).

E' excelente a parte descriptiva dessa expedição, em Almeida Prado, *passim*. (N. d. T.).

Lisboa em fins de 1530. Como agente do Rei, levou funcionarios da coroa, soldados e religiosos. Para ajuda-lo na fundação de sua base de operações tomou, além dos marinheiros dos seus navios, alguns gentis-homens, artifices, operarios e certo numero de colonos, alguns dos quais com suas mulheres. Ao todo, trazia cerca de quatrocentas pessoas. Atingiu a costa brasileira em janeiro de 1531 e com seu irmão Pero Lopes de Sousa passou um ano em explorações (3) e captura de todo navio francês que encontrou. Em janeiro de 1532, encerradas as

(3) Quando os portuguezes aportaram á Bahia, ali encontraram um "squawman" (**) portuguez, Diogo Alvares, cognominado Caramurú, pelos indios. Estava no Brasil desde 1510, mais ou menos, e aí continuou a viver por alguns anos mais, depois da vinda de Martim Afonso. Em São Vicente encontraram João Ramalho, cujo caso era semelhante ao de Caramurú. Os dois "squawmen" eram sobreviventes de antigas expedições incompletamente identificadas. Outros, como eles, viveram em varias partes do Brasil. Não os consideramos, aqui, como grupo separado de portuguezes no Brasil, porque eram casos excepcionais e eram verdadeiros indios, e não portuguezes, em seus costumes. Nos dois casos, no de Diogo Alvares e no de Ramalho, o que importa é que, no prazer que tiveram ao se encontrarem com portuguezes, induziram os indios a ajudar os recém-chegados. Mais tarde, quando as colonias se desenvolveram, assumindo um carater mais europeu, os descendentes de mães indígenas frequentemente resistiram ao governo e á igreja. Educados em grande parte livres das tradições e da fé portuguezas mostraram acentuada preferencia por aquilo que aos funcionarios portuguezes pareceu selvagem e barbaro estilo de vida. Para o Caramurú, veja-se o estudo que lhe dedicou Varnhagem, *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro*, X (1848), 129; e o de Candido Mendes, na mesma *Revista*, XXXIX (1876), 5. Para Ramalho, cf. *Revista*, II (1840), 529; XL (1877), parte ii, 277-293; *Revista do Instituto Historico de São Paulo*, VII (1902), 70-79, 80-85, 255-269, 299; IX (1904), 1-19, 444-484, 563-569.

(**) Squawman (de *squaw*, mulher no idioma dos indios algonquins, da America do Norte), expressão que designa o homem branco que, casado com india, adota os costumes da tribu e vive como um dos seus. (N. d. T.).

explorações preliminares, aproximou-se do litoral do atual Estado de São Paulo, onde no dia 22 desse mês fundou São Vicente. Seu irmão, Pero Lopes, assim descreveu, em síntese, os trabalhos da fundação:

“A todos nos pareceu tam bem esta terra, que o capitam Martim Afonso determinou de a povoar, e deu a todos los homês terras para fazerem fazendas: e fez hũa villa na ilha de Sam Vicente e outra 9 leguas dentro pelo sartam, á borda d’ hum rio que se chama Piratininga: e repartiu a gente nestas 2 villas e fez nellas officiaes: e poz tudo em boa obra de justiça, de que a gente toda tomou muita consolaçam, com verem povoar villas e ter leis e sacreficios e celebrar matrimonios e viverem em comunicaçam das artes; e ser cada um senhor do seu: e vestir as enjurias particulares; e ter todos los outros bens da vida sigura e conversavel” (4).

A instalação de um governo civil era apenas parte do trabalho de Martim Afonso. Embora deixasse a colonia em 1534, para passar o resto da vida na Índia e em Portugal (5), deixou os colonos providos dos meios necessarios para adquirirem riquezas. Em 1533, foi introduzida na colonia a cana de assucar, plântada em algumas das terras que ele distribuira (6). Possivelmente nesse ano, ou antes, talvez, ele trouxera do Velho Mundo

(4) Sousa, *Navegação*, I, 340-342.

(5) Voltou para Portugal em 1534 e foi á Índia como comandante da Armada daquele ano, e, novamente como comandante, em 1541. Luis de Figueiredo Falcão, *Livro em que se contém toda a fazenda* (Lisboa, 1859), pags. 156, 159. No Oriente, vale-ram-lhe seus trabalhos um lugar nos *Lusiadas*, canto X, 1xviii, 1xvii.

(6) Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memorias*, pags. 153-169; Soares, *Tratado*, pags. 105-106.

o gado (7), e assim, pela primeira vez, os portugueses tiveram animais de carga no Brasil (*). Embora não haja prova direta de sua ação, também lhe atribuem a importação, em 1535, de escravos negros para trabalhar nas lavouras de cana de assucar (8).

Os relatórios de Martim Afonso ao Rei, descrevendo entre outras coisas os constantes e vigorosos ataques dos francezes, tornaram claro aos olhos de D. João que para conservar o Brasil precisava intensificar a ação. E já não era um problema apenas de defesa, embora fosse esta de necessidade imediata e urgente. Devia também tornar o Brasil mais produtivo, no sentido econômico, a fim de custear ao menos parte dos gastos com a defesa, numa época em que o seu império das Índias se tornava cada vez mais dispendioso. A solução do problema, aplicável a toda a costa, foi sugerida pelo que Martim Afonso fezera no caso particular de São Vicente. A agricultura, é claro, afigurou-se possível, especialmente culturas lucrativas como a da cana de assucar, e a defesa pareceu viável, quando baseada numa colonização permanente. Eis por que D. João resolveu aplicar ao Brasil o sistema de donatários, já adotado pelos portugueses nas colônias das ilhas do Atlântico, ao largo da costa d'África.

(7) Soares, *Tratado*, pag. 106.

(8) Simonsen, *Historia economica do Brasil*, I, 196; Paulo Merêa, "A solução tradicional da colonização do Brasil", *HCP*, III, 180, não menciona nenhuma importação dessa natureza. Levando em conta que já durante anos usavam os portugueses escravos negros nas ilhas do Atlântico, escreve: "Como nosso país estava cheio de escravos africanos, naturalíssimo era que os levassem daqui para o Brasil e com razão tem sido observado por varios autores que muitos desses escravos terão ido logo com seus senhores a bordo dos primeiros navios".

(*) Alguns autores afirmam que o gado bovino veio para o Brasil (Bahia) na caravela "Galga", que de torna-viagem levou pau-brasil, em 1550. (N. d. T.).

Aplicado entre 1534 e 1536 (9), o sistema de donatários significa a divisão da terra em amplas faixas, denominadas capitánias, alongando-se do Atlântico até a Linha de Tordesilhas, então aceita mas vagamente defi-

(9) *Donatario* (de *donare, donatus*) é a pessoa a quem é doada a terra. A terra assim doada chama-se *capitania* ou *donataria*.

As doações de terras e direitos foram feitas em *cartas de doação* e *forais* nas seguintes datas, pessoas e condições:

| DONATARIO | CAPITANIA | CARTA DE DOAÇÃO |
|------------------------------|-----------------|----------------------|
| Duarte Coelho | Pernambuco | 10 de março 1534 * |
| Francisco Pereira Coutinho | Bahia | 5 de abril |
| Pedro do Campo Tourinho | Porto Seguro | 27 de maio * |
| Vasco Fernandes Coutinho | Espirito Santo | 1 de junho * |
| Pero Lopes de Sousa | Tamaracá | 1 de setembro 1535 |
| Antonio Cardoso de Barros | sem nome | 28 de janeiro 1536 |
| Pedro de Góes | Parahyba do Sul | data desconhecida |
| Aires da Cunha | sem nome | data desconhecida |
| Francisco Alvares de Andrade | sem nome | data desconhecida |
| João de Barros | sem nome | data desconhecida |
| Jorge de Figueiredo Corrêa | Ilhéos | data desconhecida * |
| Martim Affonso de Sousa | São Vicente | data desconhecida * |
| | | FORAL |
| Francisco Pereira Coutinho | | 26 de agosto 1534 * |
| Pedro do Campo Tourinho | | 23 de setembro * |
| Duarte Coelho | | 24 de setembro * |
| Martim Affonso de Sousa | | 6 de outubro * |
| Pero Lopes de Sousa | | 6 de outubro |
| Vasco Fernandes Coutinho | | 7 de outubro |
| Aires da Cunha | | 11 de março 1535 |
| João de Barros | | 11 de março |
| Jorge de Figueiredo Corrêa | | 1 de abril |
| Antonio Cardoso de Barros | | 20 de novembro |
| Pedro de Góes | | 29 de fevereiro 1536 |
| Francisco Alvares de Andrade | | data desconhecida |

As *cartas* e os *forais* assinalados (*) estão reproduzidos em *Documentos Historicos* (41 vols. até esta data, Rio, 1928; doravante abreviados para *DH*), XIII, 68, 178, e o exame dos seus direitos e deveres baseiam-se nesses textos.

O quadro acima baseia-se em um que se encontra em *HCP*, III, 174. Veja-se também o mapa das capitánias, in *HCP*, III, 222.

Para a diferença entre *carta de doação* e *floral*, veja-se adiante, nota 35.

nida, algures no interior do continente. Cada capitania era doada pelo Rei a um donatário, pessoa de fortuna e posição que também recebia extensos poderes civis e criminais para habilitá-lo a se manter à frente dos seus colonos. Para acompanhar o donatário, mas independente dele, designou o Rei certos funcionarios reais, feitores e homens do tesouro, para fiscalizarem a arrecadação dos impostos do Rei, pagos pelo donatário e seus colonos.

Não foram os grandes de Portugal os beneficiarios das primeiras doações de terras no Brasil, como iguais de Martim Afonso. Sua falta de interesse pelo Brasil pode ser contrastada com os dias de outrora, quando infantes e duques receberam doações de ilhas ao largo da costa d'África (10). No seu lugar, os homens que pediram as terras brasileiras, embora praticos nas coisas de guerra ou de governação, eram apenas gente da *pequena nobreza* ou classe média. Sua posição social parece ter pesado menos na consideração do Rei do que o haver lutado na Índia ou servido ao seu governo em Portugal.

Os futuros donatários podem ser agrupados em dois tipos gerais. O primeiro, composto de homens que haviam adquirido experiencia militar em alguma parte do Império português. Duarte Coelho, de boa familia, estivera no Brasil com o pai, Gonçalo Coelho, em 1503 numa expedição de exploração. Depois, entre 1509 e 1531, servira na Índia e na Africa e, em 1533, comandara uma frota enviada aos Açores para proteger a rota de retorno

(10) Só depois da instituição do governo geral da coroa, representada por Tomé de Sousa, é que o Duque de Aveiro adquiriu dos herdeiros de Pedro do Campo Tourinho a capitania de Porto Seguro. (Varnhagen, *Historia Geral*, I, 388). Para as doações nas ilhas mencionadas, cf. *Alguns documentos*, pags. 14, 26, 27, 31, 32, abrangendo de 1453 a 1462. As doações também eram feitas a outros, além dos nobres. (Veja-se, adiante, nota 35).

da Armada da Índia (11). Francisco Pereira Coutinho (12) e Vasco Fernandes Coutinho (13), ambos de sangue bom, haviam também lutado na Índia. Antonio Cardoso de Barros era um soldado feito cavaleiro (*cavaleiro fidalgo*) (14) por serviços prestados na Índia (15). Aires da Cunha, tendo servido na Índia, comandava então uma frota nos Açores (16). Um dos indigitados donatários, Pero de Góes, não estivera no Oriente, mas servira com Pero Lopes de Sousa em sua exploração do litoral brasileiro (17).

(11) O mais completo trabalho sobre Duarte Coelho é o primeiro volume de J. F. de Almeida Prado, *Pernambuco e as capitânicas do norte*. Nele se encontra um exame completo do material relativo a Duarte Coelho, usado adiante neste estudo; mas apresentado, em Almeida Prado, de um ponto de vista mais puramente político e psicológico do que aquele que aqui nos interessa. Cf. também Pedro de Azevedo, *Os primeiros donatários, HCP*, III, 194-200.

(12) Azevedo, *HCP*, III, 214-215. Era filho do alcaide-mór da vila de Santarém. Nas andanças da Índia, adquirira o cognome de Rusticão, o labrêgo. Veja-se a impressão que ele produziu em Soares: "Quem quizer saber quem foi Francisco Pereira Coutinho, lê os livros da Índia, e sabel-o-ha; e verão seu grande valor e heroicos feitos dignos de diferente descanso do que teve na conquista do Brasil..." Soares, *Tratado*, p. 50.

(13) Azevedo, *HCP*, III, 200-203. Azevedo diz que ele lutou na Índia "sem ter demonstrado qualidades de administrador e apenas as de valentia". Gabriel Soares, por sua vez, diz: "Razão tinha Vasco Fernandes Coutinho de se contentar com os grandes e heroicos feitos que tinha com as armas acabado nas partes da Índia, onde nos primeiros tempos de sua conquista se achou, no que gastou o melhor de sua idade..." Soares, *Tratado*, p. 76.

(14) *Cavaleiro fidalgo* era a pessoa do povo que era feita cavaleiro e elevada em honraria por serviços prestados ao rei; *Fidalgo cavaleiro* era o cavaleiro de sangue bom, ou nobre.

(15) Azevedo, *HCP*, III, 211.

(16) *Ibid.* p. 207.

(17) *Ibid.* pags. 212-214.

O segundo tipo abrange homens que eram, de certo modo, criaturas do Rei. João de Barros, que veio a ser o mais ilustre de todos, em virtude de seu *Décadas da Asia*, era comissario da Casa da India (18). Jorge de Figueiredo Corrêa, embora não fosse de velha estirpe, provinha de bom nascimento e ocupou o posto de secretario do tesouro real (19). Fernando Alvares de Andrade foi tesoureiro geral do Reino (20). Nem todos esses homens haviam lutado pelo Império das Indias, mas estavam ligados às suas riquezas e suas despesas. Varnhagen insinúa, em relação a Corrêa, que a posição por este ocupada habilitava-o a estar bem informado acerca de tudo o que acontecia no ultramar, e suas opiniões se guiavam pelo que ele via em torno de si (21). Seja qual for o fundamento dessa assertiva, não ha duvida que esses homens estavam em excelente situação para inteirar-se das novas instruções sobre os negocios ultramarinos (22).

(18) João de Barros era conhecido, ao tempo em que recebeu a doação, como feitor da Casa da India. Com esse titulo menciona-o Soares ("feitor que foi da Casa da India"). Soares, *Tratado*, p. 18.

(19) Azevedo, *HCP*, III, 205-206. Acrescenta: "Não era, portanto, de nobreza muito aprimorada o novo donatario, mas a sua familia serviu A Casa Real com toda a intimidade...".

(20) *Ibid.*, pags. 207-208.

(21) Varnhagen, *Historia geral*, I, 170.

(22) De todos os donatarios, apenas quatro tiveram contacto pessoal com a terra á qual se dirigiam. Martim Afonso escolheu seu estabelecimento já existente e simplesmente mudou o seu estado para o de capitania. Seu irmão Pero Lopes de Sousa, tambem com o conhecimento pessoal decorrente de suas explorações pelo litoral, escolheu terra em dois lugares, uma junto á do irmão e outra muito ao norte. Pero de Góes, lugar-tenente de Pero Lopes em suas explorações, escolheu a região em torno do rio Paraíba do Sul. Duarte Coelho escolheu Pernambuco, a região mais proxima da Europa.

Resta um donatário, Pero de Campos Tourinho. A falta de informações impede que se diga si ele pertencia ao grupo militar ou ao administrativo. Tudo o que se sabe é que ele era grande latifundiário em Portugal (23).

Com toda a sua experiencia, nem por isso esses homens possuíam necessariamente recursos financeiros correspondentes às exigencias impostas pela colonização. Arrostraram com as despesas do empreendimento porque o Rei, interessado em colonizar a terra pelo menor custo possível para si mesmo, não lhes deu mais do que benefícios de terras e de poderes. Em consequencia, os donatários pagaram pelo equipamento dos navios, a compra de provisões para consumo no Brasil e os soldos dos homens d'armas, artifices e colonos (24). O destino da maioria deles mostra bem quanto era insufficiente o seu capital. Duarte Coelho, com a fortuna que reunira na India, esmerou-se em gastar milhares de cruzados no estabelecimento de sua colonia (25). Vasco Fernandes Coutinho e Francisco Pereira Coutinho venderam ambos suas propriedades em Portugal para aumentar a fortuna feita, como a de Duarte Coelho, na India. Ainda assim, tendo andado para traz o estabelecimento de Vasco Fernandes, "voltou ele a pedir comida pelo amor de Deus e... e não tinha de seu uma mortalha com que fosse sepultado" (26). Francisco Pereira perdeu tudo no Bra-

(23) Azevedo, *HCP*, III, 203-205. Soares atribue-lhe grande experiencia na arte da navegação. Soares, *Tratado*, p. 66.

(24) *Cf.* Soares, *Tratado*, pags. 18, 25, 51, 56, 66, 77, 81.

(25) Soares faz o seguinte comentario: "Nestes trabalhos gastou Duarte o velho muitos mil cruzados que adquiriu na India, a qual despeza foi bem empregada, pois dela resultou ter hoje seu filho Jorge de Albuquerque Coelho dez mil cruzados de renda..." Soares, *Tratado*, pgs. 28-29.

(26) *Ibid.*, pag. 79. Em 1555 Duarte da Costa informou ao Rei que Vasco Fernandes Coutinho chegára á Bahia "velho, pobre

sil, até a vida, e deixou sem um real a viuva e os filhos (27). Pedro do Campo Tourinho e Pedro de Góes, não possuindo fortuna indiana, arranjaram como puderam o dinheiro. Pedro do Campo vendeu seu latifúndio em Portugal (28) e Góes associou-se a Martim Ferreira, capitalista com alguns milhares de cruzados prontos para serem aplicados. Góes veio para o Brasil e Ferreira ficou em Portugal, daí acompanhando a especulação (29).

Os donatários foram contemplados com doze capitánias (30), trinta léguas de beiramar por cem léguas de profundidade, demarcadas pelo Rei para ocupação de toda a linha da costa no lado português da Linha de Tor-

e cansado". Duarte da Costa a D. João III, 10 de maio de 1555, *HCP*, III, 375.

(27) Soares, *Tratado*, pag. 52. Soares assim encerra seu ensaio sobre a vida de Coutinho: "Destá maneira acabou ás mãos dos tupinambás o esforço cavaleiro Francisco Pereira Coutinho, cujo esforço não puderam render os Rumes e Malabares da Índia, e foi rendido destes barbaros; o qual não sómente gastou a vida nesta pretensão, mas quanto em muitos anos ganhou na Índia com tantas lançadas e espingardadas, e o que tinha em Portugal, com o que deixou sua mulher e filhos postos no hospital".

(28) *Ibid.*, p. 66.

(29) *Ibid.*, p. 80. Cf. também a carta de Pero Góes a Martim Ferreira, 18 de agosto de 1545, *HCP*, III, 262, que descreve as relações entre os dois homens.

(30) A distribuição das terras de Pero Lopes de Sousa complica a relação das capitánias. Ele não tomou o que lhe foi doado tudo de uma vez, mas, como já se disse, partiu em dois. Uma parte de suas terras fica ao norte (Itamaracá, no rio Paraíba do Norte); o resto, denominado Santo Amaro, fica parte ao sul de São Vicente e parte entremeiada nas terras de São Vicente. Para todos os efeitos, a parte de Santo Amaro póde ser considerada parte de São Vicente, pois assim o era pelos ocupantes de ambas, Santo Amaro e São Vicente. Si Santo Amaro for considerada á parte, como ás vezes se tem considerado, a relação das capitánias chegará a treze, embora o numero de donatários continue a ser doze.

desilhas. Quatro capitâneas no extremo norte, entre os rios Paraíba (do Norte) e Amazonas, nunca foram ocupadas, embora os donatários tentassem colonizá-las (31). As outras oito, do Paraíba do Norte ao atual Estado de São Paulo, abrangiam as regiões norte e sul do resto da costa. De norte para sul, vinham na seguinte ordem:

Itamaracá, ocupada por Pero Lopes de Sousa;
Pernambuco, ocupada por Duarte Coelho;
Bahia, ocupada por Francisco Pereira Coutinho;
Ilheus, ocupada por Jorge de Figueiredo Corrêa (32);
Porto Seguro, ocupada por Pedro do Campo
Tourinho;
Espírito Santo, ocupada por Vasco Fernandes
Coutinho;
Paraíba do Sul, ocupada por Pedro de Góes;
São Vicente, ocupada por Martim Afonso de
Sousa (juntamente com Santo Amaro, per-
tencente a Pero Lopes de Sousa).

Um olhar pelo mapa mostra que Pernambuco, Bahia e Porto Seguro abrangiam a mais extensa parte da planície costeira da região norte, embora em Porto Seguro,

(31) Essas quatro haviam sido doadas a João de Barros, Aires da Cunha, Antonio Cardoso de Barros e Fernando Alvares de Andrade. João de Barros mandou seus dois filhos e seus colonos. Primeiro perdeu-se a frota nos baixios do Maranhão, mas muitos naufragos atingiram a praia. Mas a seguir os índios exterminaram muitos dos sobreviventes. Os restantes, privados de meios de comunicação com as outras capitâneas, e, portanto, de auxílio, finalmente desistiram e voltaram para Portugal. Soares, *Tratado*, pags. 18-19.

(32) Jorge de Figueiredo Corrêa, não querendo abandonar seu cargo em Portugal, mandou sua expedição de colonos sob as ordens de um Francisco Romeiro, um espanhol. *Ibid.*, p. 56.

mais para o sul, fosse o terreno erichado pela quêda do planalto central deslizando em direção ao mar. O Espírito Santo e a Paraíba do Sul ocupavam precisamente aquêlas regiões em que o planalto atinge o mar, e suas terras, ainda que planas em algumas zonas, eram interrompidas por pequenas serras. São Vicente, separada de Paraíba do Sul, pelo vulto das serras de beiramar, em torno do Rio de Janeiro, incluía algumas ilhas e linguas de terra aos pés das escarpas do planalto, mas a maior parte de sua terra aproveitavel era um pouco mais para o interior, no proprio planalto.

Dentro de sua capitania, cada donatário conduziu-se de modo muito semelhante ao dos outros, no lançamento da colonia. O principal grupo de colonos ficava numa vila diretamente na costa. Para a proteção dos navios quê chegavam, plantava-se a vila sempre numa enseada ou porto, como na Bahia, ou um pouco para dentro de um rio cujo estuario oferecesse abrigo contra as tempestades. Na região abrigada, escolhia-se o local pela existência de boas nascentes dagua. Geralmente era a vila levantada numa faixa de terra plana, na qual fossem fa- ceis as comunicações. O lugar-tenente de Corrêa, ao dar inicio à colonização da capitania de Ilhéus, escolheu primeiro um sitio na ilha de Tinharé, na encosta de uma montanha abrupta. Possivelmente atraiu-o a defensibilidade do local, mas cedo, com seus colonos, abandonou a ilha e se transferiu para campo raso, no continente, na embocadura do rio Ilhéus (33).

Para dirigir as colonias que haviam lançado, receberam os donatários amplos poderes do Rei. Esses poderes eram-lhes conferidos de acordo com a premissa segundo a qual o Rei era o dono e o donatário, ocupante

(33) "...do qual sitio se não satisfez". *Ibid.*, *South America Pilot*, p. 280.

das terras, seria o delegado do Rei. No entanto, não era o donatário um funcionario da coroa e nada tinha a ver com o andamento das ordens régias no Brasil: Funcionarios do Rei, um feitor, um coletor de impostos e escriptães eram mandados pelo Rei para administrar os monopolios mantidos sobre certos artigos (34) (*).

Executados os limites fixados pelos monopolios do Rei e pela presença de seus funcionarios, tinha o donatário as mãos livres. Toda a sua terra e os seus poderes eram-lhe dados numa *carta de doação*, que lhe dava autoridade politica e direção sobre os assuntos economicos. Dava-lhe o direito de impor a pena capital, sem apelação aos escravos, indios, peões cristãos e homens livres e podia agir como juiz de apelação em casos de menor importancia. Poderia fundar vilas e conceder-lhes direitos municipais, assim como nomear todos os funcionarios, exceto aqueles encarregados da administração régia. E ainda mais, ficava habilitado a impor certas taxas sobre os colonos, para seu sustento. (**).

(34) Max Fleiuss, *Historia administrativa do Brasil* (2.^a ed., São Paulo, 1926), pags. 9-13, excelente sumario dos direitos e poderes do Rei e dos donatarios. A liberdade de ação dos funcionarios régios está contida na *carta de doação*.

(*) "...a metropole reservava-se apenas o quinto dos metais e pedras preciosas, o monopolio do pau brasil, das drogas e especiarias, os pequenos direitos alfandegarios, o direito de cunhar moeda e o dizimo de todos os produtos", escreve Jonatas Serrano, *A Colonização — Capitanias*, tese official do 1.^o Congresso de Historia Nacional, Rev. Inst. Hist., tomo especial, parte I, p. 200. (N. d. T.).

(**) Constitue esse trecho um resumo de Capistrano de Abreu, *Capitulos de Historia Colonial*, pags. 36-37: "O donatarios seriam de jure e herdade senhores de suas terras: teriam jurisdicção civil e criminal, com alçada até cem mil réis na primeira, com alçada no crime até morte natural para escravos, indios, peões e homens livres, para pessoas de mór qualidade até dez anos de degredo ou cem cruzados de pena; na heresia (si o herege fosse entregue pelo eclesiástico), traição, sodomia, a alçada iria até morte natural, qualquer que fosse a qualidade do réu, dando-se apelação ou agravo sómente si a pena não fosse capital. Os donatarios poderiam fundar vilas, com termo, jurisdicção, insignias, ao longo das costas e rios navegaveis; seriam senhores das ilhas adjacentes até distancia de dez léguas

Além de toda a terra doada, recebia o donatário uma faixa de terra, de dez léguas de extensão, como sua propriedade pessoal. Sua renda deveria vir desta terra e o que recebesse dos colonos em forma de taxas seria um acréscimo a essa renda. Dentro do seu territorio, podia ceder determinados lotes, com a ressalva de recupera-los sempre que, a seu juizo, os colonos não estivessem fazendo bom uso deles. Em troca da cessão de lotes, recebia o dizimo do possuidor da terra. E tambem recebia o dizimo de certos artigos, como o peixe. Mais importante ainda era o seu poder de conceder licenças para certos trabalhos. Nenhum engenho e nenhuma salina poderiam existir sem sua licença. Os negociantes entre os colonos, ou os proprios colonos, embora podendo commerciar livremente entre si, não podiam, sem licença do donatário, traficar com os indios (35).

(35) Este sumário de uma *carta de doação* baseia-se nas *cartas* de Duarte Coelho, *HCP*, III, 309-312; e de Martim Afonso de Sousa, *DH*, XXX, 136-149. Veja-se tambem as *Cartas Regias* a Martim Afonso, atribuindo ao donatario poderes para nomear escravães e outros funcionarios da justiça (*HCP*, III, 160), e de conceder *sesmarias* (*ibid.*).

Além dos economicos e politicos, os outros poderes concedidos aos donatarios seguem, até certo ponto, as velhas fórmulas adotadas pelos portuguezes em outras partes do mundo. Àquele tempo o Rei, ainda mesmo ante os relatorios de Martim Afonso, não tinha uma idéia clara de como era a terra ou que havia de melhor a fazer. Em consequencia, muitas das provisões de suas *cartas de doação* eram extraordinariamente amplas e abrangiam praticamente todas as circunstancias.

A antiguidade dos modelos seguidos pelo Rei na concessão de terras no Brasil é illustrada pelas doações de seus antecessores aos portuguezes que foram colonizar as ilhas. Na doação a Bartolo-

da costa; os ouvidores, os tabeliães do publico e judicial seriam nomeados pelos respectivos donatarios, que poderiam livremente dar terras de sesmarias, exceto á propria mulher ou ao filho herdeiro... Representantes do poder real só havia feitores, almoxarifes e escravães, incumbidos de arrecadar as rendas da coroa". (N. d. T.).

O aspecto das colonias evidencia como os donatários pretendiam reduzir suas grandes despesas e usar os poderes que lhes eram dados pelo Rei. Ao desembarcar, eles e seus colonos (36) levantavam a vila. Levando em conta tantos materiais de construção desconhecidos e a necessidade de defesa, que aqui superava tudo o mais,

meu Perestrelo, dono da ilha de Porto Santo, Perestrelo recebia do doador, Príncipe Henrique o Navegador, ordens para assegurar a ilha ao Príncipe e nela exercer a justiça e as leis do Príncipe. Como agente do Príncipe, Perestrelo gozaria de plena jurisdição civil e criminal. A concessão tornava hereditaria, na família Perestrelo ou em pessoa por ele designada, a posse da ilha. Dava-lhe monopólio de todos os *moinhos de pão* e *foornos de pão*. Nenhum engenho podia ser construído sem sua licença. O sal era monopólio seu. Os colonos deviam pagar certas taxas estipuladas e dizimos e, por sua vez, ele teria de pagar outras ao Príncipe. Tinha poderes para conceder aos colonos, em prazos de cinco anos, com a reserva de que as terras reverteriam para ele si não tivessem sido convenientemente trabalhadas nesse prazo. Essa concessão tem a data de 1 de novembro de 1446. *Alguns documentos*, pags. 10-11.

A concessão a Perestrelo, note-se, combinava num só instrumento a concessão de terras e de poderes (*carta de doação* propriamente dita) com a discriminação das obrigações do donatário e dos colonos (o *foral*). A julgar pelos documentos, *in ibid.*, pouco antes de 1450 a coroa começara a separar os dois instrumentos. A *carta de doação* dada em 1462 a João Vegado concede-lhe todos os direitos políticos e judiciais, e, é claro, aqueles direitos claramente estabelecidos, capazes de atrair colonos para as ilhas que Vegado devia colonizar. (*Ibid.*, 19 de fevereiro de 1462, pags. 28-30). A que foi dada a Fernão Telles, por sua vez, também lhe atribue direitos políticos e judiciais. (*Ibid.*, 28 de janeiro de 1474, pags. 38-40). Nenhuma — é o que se verifica — nenhuma inclúe declaração das obrigações do donatário para com a coroa ou dos colonos para com o donatário. A forma da concessão ao donatário brasileiro segue este último modelo de divisão da concessão em *carta* propriamente dita e em *foral*.

(36) Das quatrocentas pessoas, aproximadamente, que vieram com Martim Afonso, apenas nove eram fidalgos. Apenas sete eram *cavaleiros fidalgos*, isto é, homens que não sendo nobres

procuraram, em suas construções, esquecer Portugal, do qual já de muito se haviam separado a si mesmos ao venderem as propriedades que ali possuíam. Construíam um fortim, a principio quasi sempre de tóros de madeira e palha, apenas suficiente para enfrentar as flexas dos índios. Visto em conjunto, não havia construção pretensiosa. ^xUma muralha era levantada em torno do forte, cercando o espaço estritamente necessario às habitações

de nascimento foram feitos cavaleiros por seus serviços á coroa. Desses sete, dois haviam servido na Armada. Além desses, havia dois *moços da camara* do Rei. Essas dezoito pessoas de categoria, onze nobres, não possuíam fortuna necessariamente pelo simples fato do seu nascimento. Um deles era tão pobre que sua origem era desconhecida. Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memorias*, pags. 145-166.

Compare-se essa informação com o que diz Soares dos fundadores do Espirito Santo. Na frota do donatario embarcaram "...entre fidalgos e criados d'El-Rey, sessenta pessoas, entre as quais foi D. Jorge de Menezes, o de Maluco, e D. Simão de Castelo Branco, que por mandado de S. A. iam cumprir suas penitencias a estas partes. (Soares, *Tratado*, p. 77). Comparado com São Vicente, o numero de sessenta parece excessivo. Os colonos do Espirito Santo incluíam, como está indicado pela frase "...que... iam cumprir suas penitencias", alguns *degredados*. A expressão, que significa estritamente a pessoa rebaixada como punição por algum crime, não poderia ser equiparada á expressão *condenado*. Os súditos portugueses que desfrutavam certos privilégios tinham o direito de ter certas sentenças comutadas para banimento para o ultramar português. Esses privilegiados eram os prelados, fidalgos, cavaleiros, comerciantes com capital superior a cem mil reais, e outros (*Ordenações Manuelinas*, V, x 1). Como a comutação era para banimento, o termo *degredados* é tambem usado como sinonimo de *banidos*, embora nem sempre seja correta essa acepção. Não se sabem ao certo quantos desses degredados foram para o Espirito Santo, nem se conhecem ao certo quais os "criados d'El-Rey" referidos por Soares. E' de presumir que fossem fiscaes da coroa ou funcionarios de justiça. A enorme disparidade entre os relatos de frei Gaspar da Madre de Deus e de Gabriel Soares mostra a dificuldade que existe na descrição das classes (categorias) de colonos.

dos colonos. E' bem provavel que algumas dessas casas fossem construidas fora da muralha, pois o espaço cercado seria pequeno demais para conter toda a população. Construíam-se as casas com tudo o que constituia o material da região — madeira, palha, barro ou, em certos casos, pedra. Protegidos da agua, estariam os paiões onde seria armazenado tudo o que os colonos exportassem ou importassem. Algumas construções, em nada diferenciadas das outras, em arquitetura e ornamentação, seriam destinadas ao uso dos funcionarios reais ou dos que trabalhassem para o donatário. O padre tinha sua igreja; a câmara, sua casa de reunião; os funcionarios de toda espécie, seu tesouro e casa de arrecadação; e a cadeia tornava efetiva a autoridade do Rei e do donatário (37).

Fora de muros estendiam-se as terras da colonia, imensas, a serem concedidas a quem as requeresse. O donatário, dotado de poderes para assim agir, dava terras medidas a toda pessoa respeitavel que as pedisse, e em troca recebia o dizimo. Os fáceis termos da posse de terras consistem essencialmente no pagamento do dizimo. Não era estipulada soma fixa, e sim uma escala de pagamento variavel, modificada de acordo com o fruto da terra (38). Livres do pagamento de aluguel fixo e one-

(37) Baseia-se a descrição de uma vila e seus arredores em Soares, *Tratado, passim*. A mais completa descrição de uma vila no Brasil, no sec. XVI, é da Bahia, construída por Tomé de Souza, em 1549. Não constitue, propriamente, uma vila, de donatario, mas seus detalhes são identicos aos das primeiras vilas. Grande cópia de informação sobre os materias usados na construção de casas e sobre o seu uso pôde ser encontrada no *Registo dos mandados de pagamentos e de outras despesas*, DH, XXXVII-XXXVIII.

(38) Cf., por exemplo, a carta régia concedendo a Martim Afonso de Sousa poderes para concessão de sesmarias. HCP, III, 160.

roso pelas terras, no início do cultivo dos lotes, os colônos constituíram duas espécies de fazenda. Uma, a de gêneros de alimentação, as chamadas *roças*, dedicadas principalmente ao cultivo da mandioca. As outras eram grandes plantações, as *fazendas*, onde a cana de açúcar era a principal cultura (39), embora também fosse cul-

(39) Veja-se no pé da página, a diferença entre *roça* e *fazenda*. Na fala seiscentista no Brasil, a palavra *roça* indicava um trato de terra onde se cultivavam gêneros alimentícios, especialmente mandioca, além de designar também uma clareira na mata, desmoitada e queimada para preparar terra de plantação. Essa acepção é diferente da que lhe é dada em Portugal, e, de certo modo, também do sentido que modernamente adquiriu no Brasil. As mudanças no sentido dessa palavra podem ser acompanhadas em Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino* (10 vols., Lisboa, 1712-27); Francisco Solano Constancio, *Novo dicionário crítico e etimológico da língua portuguesa* (Paris, 1843); Carlos Teschauer S. J., *Novo dicionário nacional* (2.^a ed., Porto Alegre, 1928); Chermont Miranda, *Glossário paraense ou coleção de vocabulos peculiares á Amazonia e especialmente á ilha de Marajó* (Pará, 1906); Beaurepaire Rohan, *Dicionário de vocabulos brasileiros* (Rio, 1889); Rodolfo Garcia, *Dicionário de brasileirismos* (Peculiaridades pernambucanas), Rio, 1915; e Bernardino José de Souza, *Dicionário da terra e gente do Brasil* (4.^a ed., São Paulo, 1939; originalmente intitulado *Onomástica geral da geografia brasileira*). (*)

(*) Uma definição precisa é a que dá Aulete, *Dicionário português*: "Sementeira plantada entre o mato". Por extensão, como se sabe, aplica-se hoje o termo, no Brasil, ao que é do campo, chamando "a roça" tudo o que não é "da cidade". Quanto ao vocábulo *fazenda*, era usado então para designar, como define Ant.^o Ma. do Couto, em seu *Dicionário de termos homônimos e sinônimos* (Lisboa, 1842), "toda a espécie de efeito, que se vende, e se faz para o mesmo fim, é se negociar com ela; bens, dinheiros, joias, propriedades, prédios rústicos, urbanos, quintas, casas; tecidos de lã, algodão; todos os objetos, em suma, que entram no comércio se chamam fazendas, ou fazenda". Daí a expressão *fazenda* para as plantações. Hoje designa, no Brasil, além do tecido, mais raramente os bens e haveres, as propriedades da nação e, restringindo o sentido que tinha a palavra na época a que se refere o autor, designa apenas um conjunto de lavouras, pastos, prédios, benfeitorias várias, que constituem, a partir de certo número de alqueires (variável de acordo com a região) uma propriedade agrícola definida. (N. d. T.).

tivado um pouco de algodão (40). Em locais que servissem a varias fazendas, levantavam-se engenhos para fazer assucar. Em São Vicente, Martim Afonso desde logo ordenou a montagem de engenhos para tratar da cana de assucar que importara. Os outros donatários mandaram pedir-lhe alguma cana com a qual pudessem

(40) Cf. *Dialogos das grandesas do Brasil*, edição organizada e anotada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia ("Publicações da Academia Brasileira — Historia", Rio), 1930, p. 152; Pero de Magalhães Gandavo, *Tratado da terra do Brasil e historia da provincia de Santa Cruz*, edição organizada e anotada por Afranio Peixoto, Rodolfo Garcia e Capistrano de Abreu (Rio, 1924), pag. 38-40; Manuel da Nobrega, *Cartas do Brasil, 1549-1560*, edição organizada e anotada por Vale Cabral e Rodolfo Garcia (Publicações da Academia Brasileira: *Cartas Jesuíticas* — I, Rio, 1931, doravante abreviadas para Nobrega), pag. 85.

São frequentes as referencias ao algodão na historia dos primeiros anos do Brasil. Segundo Watt, a planta em questão é a *Gossypium brasiliense*, Macf. o chamado *kidney cotton* (algodão-rim), devido á forma das sementes. E' nativo na America do Sul, especialmente no Brasil e nas Guianas. Não deve ser confundido com o chamado *tree cotton* (*Gossypium arboreum*). O *Gossypium brasiliense* é um vegetal arbustivo, de folhas muito largas. Atinge cerca de dois metros de altura, mas ás vezes chega a ser uma pequena arvore. Sir George Watt, *The Wild and Cultivated Plants of the World: a Revision of the Genus Gossypium* (Londres, 1907), pag. 17, 295-315.

E' muito provavel que as primeiras colheitas de algodão no Brasil tenham sido de plantas selvagens. Basta lembrar que na carga do "Pélerine" e em seu fortim de Pernambuco havia cerca de 300 quintais de algodão. Veja-se adiante, nota 35. Mais tarde, a planta foi cultivada, como se depreende da descrição que Gabriel Soares, segundo a qual os algodoeiros eram dispostos como marmeleiros num pomar. (Soares, *Tratado*, p. 234). Não esclarece, porém, si os algodoeiros assim tratados eram o nativo *Gossypium brasiliense* ou outra variedade importada.

O cultivo do algodão, como adiante se verá, era feito por indios catecúmenos, sob a direção dos jesuitas, para suprir de pano para roupas que mitigassem a nudez dos indios. Watt (p. 303) informa que o primeiro carregamento regular de algodão para a Europa talvez tenha sido feito em 1565, de Pernambuco. Mesmo

dar início aos seus próprios canaviais (41). Pernambuco tinha muita cana plantada e por volta de 1542 já possuía um engenho quasi concluído (42). Dois engenhos estavam em funcionamento na Bahia (43), e varios em Porto Seguro (44) e Ilhéus (45). Na Paraíba construíram-se dois antes de 1545 e, uma vez destruídos estes, construiu-se um novo para substituí-los (46). Espírito Santo parece ter prosperado. Em 1545, possuía cinco engenhos d'água e dois de força animal. Além disso, veio a possuir mais dois engenhos d'água e mais um de força animal, em construção. Todos estavam prontos no fim do ano, ainda que aqui as coisas fossem feitas mais lentamente do que em Portugal. Ainda assim, os engenhos faziam cerca de tresentas arrobas de assucar (cerca de quatrocentos e cincoenta quilos) por ano, nem todos, é

depois de cultivado em muitos pontos da costa, o algodão ainda não produzia grandes colheitas. Raramente o mencionam as descrições dos produtos do Brasil, onde se dá mais atenção ás espectaculares colheitas de cana e fumo. Para esse produto, comparativamente escassas informações se encontram em *Dialogos das grandezas do Brasil*, pags. 32, 52, 152, 153, 191.

(41) Soares, *Tratado*, p. 106.

(42) Duarte Coelho a D. João III, 27 de abril de 1542, *HCP*, III, 313.

(43) E' possível que aí houvesse mais. "...uma povoação e fortaleza sobre o mar, onde... os moradores fizeram suas roças e lavouras. Desta povoação para dentro fizeram uns homens poderosos, que com ele foram, dois engenhos de assucar..." Soares, *Tratado*, p. 51.

(44) *Ibid.*, p. 66. Mais tarde, depois de 1550, no tempo do Duque de Aveiro, que adquirira a capitania, houve sete ou oito engenhos. *Ibid.*, 67.

(45) *Ibid.*, p. 57.

(46) Esses dois engenhos eram movidos por força animal. (Carta de Pero de Góes a Martim Ferreira, 18 de agosto de 1545, *HCP*, III, 262). O engenho depois construído era movido a agua. (Carta de Pero de Góes a D. João III, 29 de abril de 1546, *HCP*, III, p. 263).

claro, da melhor qualidade, mas tendo o melhor da produção igualado o da ilha da Madeira (47). Os algarismos do numero de engenhos de assucar não fornecem um quadro completo de como funcionavam as fazendas, pois havia muito mais fazendas do que engenhos. Raramente um colono construiria um engenho para suas proprias lavouras (48). Em resumo, as colonias que os donatários e seus seguidores organizaram pretendiam obter produtos agricolas para exportação, sendo a cana de assucar a principal deles.

- Assim abrindo caminho à agricultura, reduzida ao simples objetivo de produzir matéria prima para um mercado português, evidencia-se quanto deviam os donatários arcar com grande consumo de dinheiro e de materiais. Contudo, de certo modo essa despesa se tornava inteiramente justificada, pois o mercado existia, os navios podiam ser obtidos (49) e o sólo mostrava-se geralmente apto para o cultivo. O que faltava, no entanto, à vista do pequeno numero de portugueses no Brasil, era um grande numero de trabalhadores agricolas.

✕ Como trabalhadores agricolas apareceram, para prestar o auxilio de que necessitavam os portugueses, os indios das proximidades de cada colônia. Os meios para

(47) Carta de Ambrosio de Meira a D. João III, Espirito Santo, 26 de setembro de 1545, *Noticias antigas do Brasil*, 1531-1551 (Separata dos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, LVII, 1940), p. 12; Soares, *Tratado*, p. 77, menciona quatro engenhos, acrescentando que a cana de assucar crescia bem na região.

(48) Carta de Pero de Góes a D. João III, 18 de agosto de 1545, *HCP*, III, 262.

(49) Via de regra o transporte das colheitas para Portugal não parece ter sido feito pelos donatarios e sim por armadores que mandavam seus navios a frete. Cf. carta de Ambrosio de Meira a D. João III, Espirito Santo, 26 de setembro de 1545, *Noticias antigas do Brasil*, 1531-1551, p. 13.

obter essa ajuda enquadravam-se a principio no padrão costumeiro, no qual o escambo desempenhava tão grande papel e que antes habilitara uns poucos portuguezes a obter o auxilio de tantos indios. Agora, embora os indios tivessem sempre muito daquilo que os portuguezes necessitavam de modo immediato — comida, por exemplo — é especificamente o seu trabalho o de que necessitavam para converter as incipientes colonias em centros de produção agrícola.

Esses indios aos quais se dirigiam os portuguezes, eram uma gente simples em sua economia e em sua governação, com poucas e facilmente satisfeitas necessidades. Uma simples colheita e uma não menos simples divisão do trabalho atendiam a primeira dessas necessidades; guerras esporádicas e o rito antropofágico acrescentavam interesse à outra. Eram todos povos na idade da pedra. Muitos anos antes de os portuguezes atingirem o Brasil, esses povos migravam ao longo da costa, de sul para norte. Algumas tribus eram inteiramente nomades, mas a maioria costumava fixar-se numa região por algum tempo, até que se deslocava para outra. As tribus inteiramente nomades erravam em busca de caça para se alimentarem, mas as outras, mais sedentárias, assim como comiam peixe e carne tambem cultivavam periodicamente roças de mandioca nas clareiras da mata. As mulheres cuidavam da roça e faziam farinha das raizes enquanto os homens caçavam ou pescavam. A aldeia, consistindo em choças para dormir cercadas por uma palissada, ficava em outra clareira junto às roças.

A mandioca (50) merece menção especial, como alimento basico dos indios, pois o seu uso não só era uni-

(50) Chamavam-na "farinha-de-pau", por causa da raiz de que é feita a farinha. Geralmente chamam-na mandioca, ou, simplesmente, "farinha". Quando não ha maiores especificações, como por exemplo, "farinha de trigo", a palavra farinha, usada nas

versal entre eles como também se tornou assim para os portugueses. A mandioca (*Manihot utilisima Pohl*) cresce rapidamente e em menos de um ano produz raízes que são venenosas, si comidas cruas. Para prepara-las para alimentação, a raiz é arrancada e posta de molho por algum tempo. A substancia venenosa passa para a agua e quando a mistura é espremida vai na agua que passa pela expressão. O restante, uma grossa e branca farinha, é depois secado ao fogo e fica pronto para o consumo. A mais fina, peneirada, torna-se tapioca, o resto é mandioca propriamente dita. Uma variedade especialmente duravel e resistente, denominava-se *farinha de guerra*, à semelhança do milho ressecado no fogo, usado pelos indios norte-americanos em campanha. A farinha comum, seja para este ou para outro uso mais pacifico, podia ser armazenada durante mezes, talvez mesmo durante anos (*).

regiões em que se produz mandioca, significa ser essa farinha feita da raiz de mandioca.

São frequentes, nos escritos do séc. XVI, acerca do Brasil, as descrições e referencias á mandioca. Uma das melhores é a do trabalho do sec. XVII, *Dialogos das grandezas do Brasil*, pags. 175-179. No *Boletim da União Pan-Americana*, XLII, n.º 4 (abril de 1940), 217, encontra-se a fotografia de um moderno mandioca. No sul do Brasil, onde o milho é alimento básico em lugar da mandioca, a palavra farinha é aplicada á farinha de milho. (*)

Cf., também, para um esboço dos metodos agricolas usados no Brasil para a mandioca, milho, etc., A. Gomes Carmo, *Considerações historicas sobre a agricultura no Brasil* ("Serviço de publicações agricolas", Ministerio da Agricultura, Rio, 1939), pags. 1-7. De acordo com os prospectos da HCP, o volume final deveria conter um artigo, pelo almirante Almeida d'Eça, intitulado "O comercio e a agricultura brasileira no sec. XVI". A publicação desse e de outros artigos foi impedida pela falta de fundos. Não pude verificar si esse artigo foi depois publicado em alguma parte.

(*) As fontes em que o autor colheu essas informações sobre a mandioca com seu esforço de compreensão que a cada passo o leitor pôde verificar, não devem ter sido, neste ponto, muito explicitas. Ha na descrição da man-

Em cada tribo, via de regra, um guerreiro era investido de poderes especiais em tempo de guerra; fora daí, dividia a influencia sobre a tribo com o curandeiro, o pagé. Em harmonia com tão pequeno desenvolvimentos interno, não havia mais que ligeira conexão politica entre as tribus. Por isto mesmo, a classificação pela linguagem como Tupí-Guaraní, invadiram o litoral do Brasil e fizeram recuar para o norte e para o interior tribus pertencentes a outro grupo de linguagens. Entre os Tupí-Guaraní, que dominavam o litoral ao tempo da chegada dos portuguezes, a principal divisão era entre Carijós, Tupinambás e Tupiniquins, subdivididos em varios grupos menores.

A inclinação guerreira das tribus refletia uma franca, estavel e tradicional inimizade que dividia os tupinambás dos tupiniquins e ambos dos carijós. Viviam os carijós nas proximidades e ao sul de São Vicente. Os tupinambás, mais fortes em torno do Rio de Janeiro, viviam tambem na costa do nordeste entre o rio São Francisco e o Rio Grande do Norte. Os tupiniquins ocupa-

dioca certas confusões que, embora bastante facéis de distinguir pelo leitor brasileiro, devem ser esclarecidas para não deslustrar a exatidão que o autor procurou, e conseguiu, dar a este livro.

A mandioca é tambem classificada como *Jatropha manihot*, da familia das euforbiaceas. Teve e ainda tem no Brasil os mais diversos nomes, conforme a região, por exemplo: macachera, aipí, aipim, manduba, manjuba, maniva. Tambem a farinha de mandioca tem diversas designações, como "farinha de pau", "farinha de guerra" (antigamente). Não é de acreditar que houvesse qualidade especial para uma "farinha de guerra" da mandioca, como pensa o autor. Esse nome se deve apenas á duração da farinha comum que por muito tempo se conserva.

A mandioca de que se serviam os indios para fazer farinha era a "mandioca brava", assim chamada por ser venenosa quando crúa. A que serve de alimento em estado natural, apenas cozida, é uma variedade não venenosa. Para fazer a farinha, a mandioca era (e é) posta de molho ou (como faziam os indios de certas zonas) "enfiada no tijuco (barro)", e depois dessa operação a mandioca passa a ser chamada "mandioca puba".

Finalmente não é exato que no sul do Brasil a expressão "farinha" designe farinha de milho e não de mandioca. Fubá, como se sabe, é a expressão geralmente usada no Brasil para o milho moído, além das outras designações para os diferentes tipos de milho. Farinha, simplesmente, significa sempre farinha de mandioca. (N. d. T.).

vam o resto do litoral — entre os carijós de São Vicente e os tupinambás do Rio de Janeiro, com grande numero em torno da Bahia. Essas regiões gerais não eram fixas, pois ocasionalmente tribus de uma invadiam outra região, mantendo-se por algum tempo encravadas ali. Embora a luta, ajudada pela contiguidade das regiões, fosse frequente, os objetivos, assim como as causas originais dessas lutas, permanecem obscuros. Parece não ter havido nenhuma tentativa de exterminar ou dominar inteiramente um inimigo na guerra. Segundo parece, algumas tribus, dentre as tres grandes divisões gerais, só perseguiram dois objetivos. Um, a captura de um prisioneiro inimigo, para os objetivos do rito antropofágico. Um código detalhado constituiu-se entre as tribus, acerca do tratamento dado ao prisioneiro, desde o momento da batalha até aquele em que outro guerreiro, dentre os seus vencedores, lhe arreventava o craneo. A outra parece ter sido a escravidão de cativos que por qualquer motivo, não eram comidos pelos vencedores. Muito compreensivelmente impressionados, e profundamente, por essa fase da vida indigena no Brasil, os europeus desde logo conheceram muita coisa sobre o rito antropofágico de algumas tribus. Logo depois se soube da escravidão entre os indios.

Quando chegaram os portugueses e outros europeus, andavam os indios em guerras movidas por esses dois objetivos. A principio, foi indiferente aos indigenas de qualquer grupo saber si tratavam com francezes ou com portugueses. Mas dentro de algum tempo, estabeleceu-se a deferenciação. Os tupinambás escolheram os francezes para amigos e aliados e os tupiniquins, os portugueses. A razão da escolha está longe de ser compreensível, mas uma vez feita, era notavel e imediatamente cumprida por ambas as tribus (51).

(51) Este panorama da situação dos indios do Brasil baseia-se profundamente em Capistrano de Abreu, *Capitulos de historia*

Esses índios de diversas tribus, com os quais tinham os portugueses de tratar, então, estavam em alguns casos já habituados ao escambo. Os portugueses, sobretudo em relação à construção de casas e fortificações e derrubadas para formação de lavouras, utilisaram-se deles para obter braços e comida nos primeiros dias da colonização. Pero do Campo Tourinho, lançando sua vila de Porto Seguro entre os tupiniquins, celebrou a paz com eles, depois de uma série de escaramuças. Os índios, então, por meio de escambo, ajudaram os portugueses a traçar as roças e lavoura (52). Em Pernambuco, a capitania de Duarte Coelho, os índios locais, depois de algumas lu-

colonial, pags. 11-14, seus prolegomenos, em Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 1500-1627 (São Paulo, 1918), pags. 8-12; suas notas, a Varnhagen, *Historia geral*, I, 14-60, *passim*; e Estevão Pinto, *Os Indígenas do Nordeste* (2 vols., Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1935, 1938). Inclue também Lery, *Histoire*; Thévet, *Singularitez*; Soares, *Tratado*; Hans Staden, *Warhafftige Historia*. Sobre os Tupís especialmente, recorreu-se a Alfred Métraux, *La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani* (Paris, 1928); *Migrations historiques des Tupi-Guarani*, *Journal de la société des américanistes de Paris*, XIX, (1927), 1-45.

E' importante ter em vista que os detalhes da vida indígena não eram necessariamente conhecidos pelos portugueses, a despeito do fato dos traficantes de pau-brasil e guarda-costas terem precedido os donatários. Estes, por exemplo, lançaram suas colonias em terras que lhes haviam sido doadas pelo Rei de Portugal... num mapa. Escolheram o local de suas vilas de acordo com bom abrigo para as naus, defensibilidade geral, boa aguada, ou boa terra de plantação e não pelo conhecimento que tivessem dos índios nos arredores. Francisco Pereira Coutinho, por exemplo, fundou sua vila da Bahia entre os tupinambás, tradicionalmente aliados dos francezes, e por isto muito sofreu. O mesmo se pôde dizer do estabelecimento de Pero Lopes de Sousa em Itamaracá.

(52) "...mas como assentaram pazes, ficou o gentio quieto, e daí por diante ajudou aos moradores fazerem suas roças e fazenda, a troco de resgate, que por isso lhe davam". Soares, *Tratado*, pags. 66-67.

tas também ajudaram os portugueses, em troca de ferramentas, fazendo pesados transportes e outros rudes trabalhos na construção de engenhos (53).

Na Paraíba, Pero de Góes fundou sua vila e depois conseguiu que os índios plantassem cana de assucar numa ilha do rio. Afim de preparar caminho para a construção e funcionamento de um engenho na ilha, mandou depois buscar quatro homens de fora para dirigir os índios na derrubada e preparação de um terreno, o mais extenso possível, para fazer lavouras (54). Neste terceiro caso, não ha prova do método de pagamento, mas a semelhança com os dois primeiros milita em favor do escambo.

O escambo também era usado para obter alimento com os índios. Os colonos no Espírito Santo começaram, com esse objetivo, a tratar com os índios. Uma tribo que vivia quatorze léguas distante, na foz do rio Reis Magos, cultivava muito alimento na terra fértil do vale e em torno da embocadura do rio. E' possível que o commercio entre portugueses e indígenas tenha contribuido para desenvolver a plantação destes, que começaram uma espécie de super-produção para exportar (55). Em Pernambuco os colonos estavam normalmente na dependencia dos indígenas que vinham até eles permutar comida (56). Os colonos da Bahia também estavam dependendo dos

(53) Duarte Coelho a D. João III, 20 de dezembro de 1546, *HCP*, III, 314. Cf. adiante nota 92, sobre novas escaramuças em 1548.

(54) Pero de Goes a Martim Ferreira, 18 de agosto de 1545, *HCP*, III, 262.

(55) Comentarios de Soares sobre a fertilidade do sólo e abundancia de peixe no rio: "...e no tempo que estava povoado de gente, havia nele muitos mantimentos que aqui iam resgatar os moradores do Espírito Santo, o que causava grande fertilidade". Soares, *Tratado*, p. 75.

(56) "...e nos vinham a vender os mantimentos de que temos assás necessidade..." Duarte Coelho a D. João III, 20 de dezembro de 1546, *HCP*, III, 314.

indigenas das visinhanças. O caso da Bahia é muito interessante, porque ilustra bem a atitude dos indigenas, assim como a dos portuguezes, em relação ao escambo. Os indios que estavam fornecendo alimento, presumivelmente em permuta, zangaram-se com os portuguezes e, levantando-se contra estes, cercaram-nos nas fortificações. Quando após sete ou oito dias de luta intermitente os portuguezes abandonavam o campo por falta de comida e de segurança, os indios prometeram paz, porque “si os portuguezes se fossem, faltariam aos indios as mercadorias que aqueles lhes davam em troca de alimento” (57). A promessa parece ter sido um ardil, pois quando os portuguezes voltaram foram atacados e quasi todos, inclusive o proprio donatário, foram exterminados. Além de confirmar o uso do escambo naquele tempo, na Bahia, o incidente, com sua apparencia de estratagema, mostra bem quanto era forte para os portuguezes a sugestão contida na promessa de continuação do escambo (58).

À parte essas referencias especificadas, é extremamente provavel que os portuguezes, em todas as capitánias, tenham comerciado com os indios para obter alimento. Os indios entre os quais foram estabelecidas as colonias, eram todos gentes sedentárias varios graus de pericia agricola. Os tupinambás, em torno de Pernam-

(57) “...E vendo este capitão sua gente, que já era mui pouca, tão determinada, ordenou de a por em salvo e passou-se por mar com ela em uns caravelões que tinha, para a capitania dos Ilhéus: do que se espantou o gentio muito, e arrependido da ruim visinhança que tinha feito, movido tambem de seu interesse, vendo, que como se foram os portuguezes, lhes ia faltando os resgates, que lhes davam a troco de mantimentos, ordenaram de mandar chamar Francisco Pereira mandando-lhe prometer toda a paz e boa amizade, o qual recado foi deles festejado...” Soares, *Tratado*, p. 52.

(58) Para maior desenvolvimento desse incidente, ver nota 85.

buco e Bahia, tinham talvez a mais desenvolvida agricultura de seu grupo (59). Os tupiniquins, em torno das colonias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, eram menos dotados para agricultura, mas tornavam-se conhecidos por sua habilidade na caça e na pesca (60). O resto das tribus do litoral, os goitacazes, ramo dos tupinambás, estavam em torno do Paraíba. Não tinham muita agricultura e parece que só plantavam mandioca. Em resumo, todas as tribus produziam alimentos e não ha razão para supor que eles não chegassem a produzir um excesso para permutar com os portugueses (61).

Além de induzir os indios a trabalhar e a fornecer mantimentos, o escambo continuou a ser o meio para obtenção de pau-brasil. Os indios de Pernambuco continuavam a ser os lenhadores de pau-brasil, mesmo em 1546. Por volta desse ano, doze anos depois do desembarque dos donatários, os traficantes portugueses de pau-brasil haviam alcançado tamanho sucesso no emprego dos indios para o córte do pau-brasil que a floresta que circundava a vila já estava a vinte léguas de distancia das habitações. O proprio donatário calculou que seis ou sete carregamentos de madeira tivessem ido de Pernambuco em menos de tres anos (62). Mais: ele ouvira que os traficantes de pau-brasil pretendiam carregar do Brasil

(59) Soares, *Tratado*, págs. 376-378, tem uma descrição detalhada dos costumes dos tupinambás.

(60) Soares, *Tratado*, p. 72, dá a impressão de que eles nada cultivavam. Não é exato.

(61) Provas ulteriores, usadas retrospectivamente, mostram que os mantimentos abundavam nas aldeias indígenas. Ver adiante, Capitulo V.

(62) Calculados á razão de cinco mil toros para cada carregamento, entre trinta a trinta e cinco mil tóros foram cortados e levados para bórdo. Esse calculo se baseia no carregamento da "Bretôa", como padrão. As cargas poderiam bem ter sido maiores.

ainda mais madeira, trinta mil quintais (63). Todo esse córte para os carregamentos, antes, e os trinta mil quintais, depois, foram e deviam ser feitos pelos indios. Todos os milhãres de tóros foram cortados e transportados por eles em troca de ferramentas, roupa e mercadoria de vária espécie.

Embora o escambo continuasse, muito depois da chegada dos donatários, começou a mostrar-se cada vez mais insatisfatório, do ponto de vista dos portuguezes. O caso de Pernambuco, em 1546, ilustra muito claramente esse ponto. Como vimos, Duarte Coelho estabeleceu sua colonia no centro da região do pau-brasil. A principal queixa de Coelho ao Rei era que ele não tinha poderes para regular o trafico do pau-brasil dentro de sua capitania. O pau-brasil era monopólio régio e os contratos para o córte eram regulados pelo Rei. Os agentes dos contratadores estavam, portanto, sob sua jurisdição. A razão pela qual Duarte Coelho queria controlar os agentes era a perturbação causada “pela sua maneira de obter pau-brasil”. Como vimos, os agentes dos contratadores de pau-brasil, utilizando o braço indigena, cortaram tão intensivamente que já então o suprimento mais proximo ficava a vinte léguas da vila de Olinda. Assim, portanto, a madeira se tornava a um só tempo difícil e perigosa de obter. Para conseguí-la, os agentes importunavam os indios afim de que fossem abater as árvores, prometendo-lhes muitas coisas de recompensa. O resultado era que os indios tornavam-se cheios de si e cubiçosos e recusavam acéitar os utensilios de ferro que antes constituíam a sua paga. Os agentes andavam a oferecer misangas, roupas coloridas e carapuças de pena, coisas que nem todos os portuguezes tinham possibilidade de fazer.

(63) Duarte Coelho a D. João III, 20 de dezembro de 1546, *HCP*, III, 314.

Peor ainda: os índios começavam a ganhar espadas e mosquetes (64).

Não é difícil compreender por que Duarte Coelho considerou insatisfatória a permuta por mercadorias mais valiosas. Antes, quando os índios se contentavam com artigos baratos, custava muito pouco aos portugueses obter, da parte deles, mantimentos e braços. Agora, para obter o mesmo, só com artigos mais caros, de modo que isso não só encarecia mantimentos e braços como os tornava mais difíceis de obter. Realmente, a recusa dos índios em trabalhar sinão em troca de outros e mais valiosos objetos determinou uma alta no custo da vida para os portugueses. Com essa alta do custo da vida sobreveiu uma diminuição de prestígio, desconcertante para os portugueses. Antes os índios, para eles, mostravam-se muito mais dispostos a trabalhar em troca de bugigangas que eles permutavam. Agora os tempos eram outros. Os índios eram livres de fornecer mantimento e braços em troca de mercadorias; por conseguinte eram livres de recusar fornecer aos portugueses.

Como evidencia o caso de Pernambuco, os índios podiam bem chegar à saciedade em relação ao que os portugueses tinham a oferecer. E assim já os próprios portugueses não constituíam mais uma novidade fascinante para os índios. Muitíssimos portugueses, com muitíssimos objetivos diferentes, disputavam-se uns aos outros o favor dos índios. Os contratadores de pau-brasil que queriam uma forma de trabalho, cobriam o lance dos colonos, que necessitavam de trabalho diverso. Nessas condições, até o índio mais tardinho poderia escolher. E à medida que se tornava insatisfatório, o escambo começou a se mostrar inadequado como meio de os portugueses obterem dos indígenas aquilo que queriam.

(64) *Ibid.*

Reduzidos a enfrentar um sistema de permuta que já ia falindo, os portugueses, mais do que nunca necessitados de braços, encontram uma alternativa na escravização. E com o andar do tempo, tornou-se cada vez mais desejável a escravização dos índios para a lavoura. A escravidão não era novidade para os índios, pois muito antes dos donatários já uma tribo vitoriosa na guerra podia escravizar alguns cativos da tribo vencida (65). Também para os portugueses não era novidade, pois desde os dias do Príncipe Henrique, o Navegador, em Lagos, já eles levavam escravos da África para Portugal (66). Note-se — as primeiras tentativas portuguesas para escravização não visavam fazer escravos para usa-los no Brasil. A “Bretôa”, por exemplo, levou de Cabo Frio, em 1511, trinta e cinco escravos indígenas (67). Martim Afonso de Sousa recebeu o direito de mandar quarenta e oito índios escravos, por ano, do Brasil para Portugal (68). Duarte Coelho e outros donatários tinham o direito de mandar para o Reino vinte e quatro, além de utilizar outros para completar a guarnição de navios na travessia para Portugal (69).

(65) Paulo Merêa, *A solução tradicional da colonização do Brasil*, HCP, III, 180.

(66) Gomes Eannes de Azurara, *Cronica do Descobrimento e Conquista da Guiné* (The Chronicle of the Discovery and Conquest of Guines), edição organizada por C. R. Beazley e E. Prestage (Hakluyt Society, 1.^a série, XCV, Londres, 1896), pags. 79-86.

(67) Veja-se acima, Cap. II, pag. 45. Nenhum dano se causava aos outros índios, e só esses escravos eram carregados. Parece que tudo era feito de modo a evitar irritação ou alarme entre os índios. *Bretôa*, p. 346.

(68) *Carta de doação* de Martim Afonso de Sousa, *DH*, XII, 144.

(69) *Carta de doação* de Duarte Coelho, *HCP*, III, 310. Pero do Campo Tourinho, Vasco Fernandes Coutinho e Jorge de Figueiredo Corrêa, cujas *cartas* eu examinei, receberam direitos

São escassos os documentos acerca da escravização de índios para uso no próprio Brasil, nos anos anteriores a 1549. Não ha menção do uso de índios escravos pelos traficantes de pau-brasil, e a julgar pelo que se conhece do trafico, esse uso não era desejado. Mas em 1545 Pero de Góes tinha índios a trabalhar em lavouras e tambem possuia suficientes escravos e gente para os engenhos (70). No mesmo ano, tambem São Vicente, a capitania de Martim Afonso de Sousa, possuia mais de tres mil escravos distribuidos por seis engenhos de assucar e respectivas lavouras (71). Provas ulteriores, applicadas retrospectivamente, indicam a presença de escravos índios em algumas capitancias antes de 1549. Em 1547 foi feita uma grande expedição entre os índios carijós, muitos dos quais foram aprisionados e vendidos em varias capitancias (72). Apontam-se numerosos índios escravos em Porto Seguro (73), Pernambuco (74) e São Vicente (75).

Ainda quando não se possa provar a existencia de escravidão de índios, a existencia de portuguezes traficantes

semelhantes aos de Coelho. (*DH*, XII, 77, 99, 130, 165). O serem estereotipadas essas *cartas* parece demonstrar que todos receberam esses direitos.

(70) Pero de Góes a D. João III, pub. por Augusto Carvalho, *Apontamentos para a historia da Capitania de São Tomé*, p. 56; mencionada por Merêa, *HCP*, III, 181.

(71) Luis de Góes ao Rei, 12 de maio de 1548, *HCP*, III, 256. Não ha prova sobre si alguns desses escravos eram ou não negros. Veja adiante, nota 80.

(72) Nobrega, pags. 81-82.

(73) *Ibid.*, pags. 109-110.

(74) *Ibid.*, p. 125.

(75) Coletanea org. por Afranio Peixoto, *Cartas avulsas de Jesuitas*, 1550-1568 ("Publicações da Academia: Cartas Jesuiticas II", Rio, 1931), pags. 60-61, 63. (Doravante abreviado para *CA*).

tes de escravos evidentemente implica na confirmação de que a escravidão progredia. A expedição contra os carijós é um exemplo da sua atividade. Estavam também suprindo São Vicente (76) e Porto Seguro (77).

Um colono, escrevendo em 1550, não duvida que a causa das guerras dos índios contra todos os brancos em Porto Seguro fosse os assaltos aos índios praticados pelos caçadores de escravos desembarcados de navios que seguiam a linha da costa (78) e o Rei, quando chegou a projetar um governo geral e unico para todo o Brasil, reconheceu na caça de escravos a principal causa das guerras dos índios (79).

A alternativa da escravização dos índios no Brasil era a importação de escravos negros. Mas deve ser notado que não existe nenhuma prova direta da escravidão negra no Brasil ao tempo dos donatários (80). Duarte

(76) CA, p. 63.

(77) Nobrega, pags. 109-110. Esse caso se complica pelo fato de os índios andarem a vender seus filhos aos portugueses, pratica que indica um modelo de comportamento desenvolvido pelos primeiros traficantes de escravos.

(78) Pedro Borges a D. João III, Porto Seguro, 7 de fevereiro de 1550, HCP, III, 268.

(79) Em suas ordens a Tomé de Sousa, HCP, III, 348.

(80) Capistrano de Abreu, *O descobrimento do Brasil*, pags. 79-80, 136, refere-se ao trafico de escravos durante esse periodo, tema do qual muito pouco se sabe. Cita Herrera (dec. I., liv. x, cap. xvi), e o caso do Bacharel de Cananéa, e acrescenta: "Eis tudo que se sabe" (p. 80). O governo, acrescenta, favorece o trafico de escravos; e os governos português e espanhol favoreceram-no mais que o francês. Depois, á guiza de conclusão, afirma: "O Brasil exportou escravos antes de importa-los. A importação de africanos é posterior á criação das donatarias e anterior á criação do governo geral" (p. 136). Paulo Merêa, "*A solução tradicional da colonização do Brasil*", HCP, III, p. 182, diz: "Não resta dúvida porém de que neste primeiro periodo a classe escrava era principalmente representada pelos indígenas e

Coelho tentou importar alguns para Pernambuco em 1543, mas, tanto quanto se sabe, sem sucesso (81). Pero de Góes, em 1545, tentava obter seis escravos da Guiné para seus engenhos de assucar (82). Assim se pode concluir que os escravos negros não eram muitos, no Brasil, até a instituição do governo geral, em 1549. Em consequência, quando se menciona a escravidão no Brasil durante o período dos donatários, entendá-se que os escravos eram quasi todos índios e que sua escravização para utilizar seu trabalho no proprio Brasil data de 1549 (83).

O incitamento dos francezes ou a intromissão em guerras entre as tribus têm sido citados como causas das guerras contra os portuguezes, tão características do pe-

que só mais tarde, quando triunfaram as doutrinas favoráveis á liberdade destes, ao mesmo que se foram reconhecendo os seus defeitos como agricultores, o recrutamento da mão de obra entre a população africana se tornou de regra". Outras observações suas, relativamente ao uso de negros em Portugal e nos navios portuguezes podem ser comparadas com o caso da "Bretôa", em cuja tripulação, repita-se, havia dois negros.

(81) Duarte Coelho a D. João III, 27 de abril de 1542, *HCP*, III, 314.

(82) Pero de Góes a Martim Ferreira, 18 de agosto de 1545, *HCP*, III, 262.

(83) Para um exame geral da escravidão no Brasil, veja-se Simonsen I, cap. VI, "A mão de obra servil no período colonial". (*)

(*) E' curioso que o autor não cite a obra mais completa sobre a escravidão no Brasil, "*A Escravidão no Brasil, ensaio historico-juridico-social*", de Perdígão Malheiro (3 vols., Rio, 1867). No 1.º vol. examina a questão juridica da escravidão. Mas no 2.º vol. estuda toda a legislação e seus efeitos historicos relativamente á escravidão dos índios e no 3.º faz o mesmo exame em relação á escravidão dos negros. Aliás esse estudo, que tem servido de fonte a muitos dos que comumente escrevem sobre a escravidão, tem ficado em silencio, e raros são os escritores que modernamente o têm citado. Eis o que provavelmente explica que o autor americano, tão cioso de sua documentação, não tenha conhecido essa obra por tantos motivos merecedora de uma reedição. (N. d. T.).

riodo das donatárias (84). Ao mesmo tempo, as vigorosas tentativas portuguesas para escravizar os índios afim de utiliza-los no trabalho das lavouras não devem ser menosprezadas como possível causa. Onde as colonias se instalavam em terras então em mãos dos tupinambás, aliados dos francezes, como na Bahia, Espirito Santo, Paraíba do Sul e Pernambuco, concorriam as tres causas. Na Bahia, os colonizadores construíram uma vila e um forte num ponto da terra separando a bahia do mar. Estavam em paz com os índios locais, uma tribu de tupinambás, durante os primeiros anos. Não só abriram suas roças e lavouras perto da vila, como até alguns colonos de maiores recursos dirigiram-se um pouco mais longe e aí construíram dois engenhos. Então os índios levantaram-se, queimaram os engenhos e mataram muitos homens, destruíram as lavouras e fizeram recuar os portuguezes para dentro de suas fortificações. A luta, en-

(84) Outra causa que tambem pôde ter sido poderosa é a sugerida por Varnhagen, a que já nos referimos na Introdução do presente estudo. Sua teoria é a de que a disparidade entre as civilizações dos portuguezes e dos índios, combinada com a baixa natureza dos índios levou a um desprezo reciproco, e daí, á guerra. Como simples opinião não precisa ser examinada aqui, mas não deve ser omitida. Na historia dos Estados Unidos, por exemplo, uma desculpa muito frequente para a guerra contra os índios norte-americanos, ou explicação sobre sua atitude hostile, era encontrada pelos colonos no "mau carater" dos índios. Essa interpretação, rica em sugestões subjetivas, assemelha-se muito á situação que Vernhagen descreve.

A essas variadas interpretações acrescenta-se que não se deve supor alguma novidade no uso dos indigenas pelos portuguezes. Muito do seu sucesso das Índias, observe-se, veiu do uso que fizeram da guerra civil entre indús e maometanos. E embora não estabeleça relação causal entre espanhoes e portuguezes, o principal da tese de Friederici sobre a conquista espanhola da America baseia-se no uso pelos espanhoes de aliados índios. Georg Friederici, *Der Charakter der Entdeckung und Eroberung Amerikas durch die Europäer* (2 vols., Stuttgart, 1925, 1926) passim.

FAC. N. FILOSOFIA - BIBLIOTECA

trecortada de tréguas, durou sete ou oito dias, até que os portugueses ou retiraram ou foram mortos (85). A historia do Espirito Santo e especialmente a da Paraiba do Sul segue as mesmas linhas gerais. No Espirito Santo os colonos desembarcaram entre aimorés, goitacazes e tamoios, todas tribus dos tupinambás, depois aliados dos francezes. Levantaram sua vila e, em torno, sete ou mais engenhos com suas lavouras. Enquanto estavam construindo, foram perturbados por escaramuças com os indigenas, mas logo cessaram as hostilidades, internando-se os indios na mata. Vendo tudo em paz e seus engenhos e lavouras crescendo, o donatário voltou para Portugal, a fim de acumular recursos para maior expansão de sua capitania. Na sua ausencia, voltaram os indios, destruíram a vila e os engenhos e compeliram os portugueses a buscar refugio numa ilha no mar (86). Em Paraiba, tambem entre os tupinambás, os colonos levantaram vila e lavouras nos primeiros anos de paz. Os cinco ou seis anos subsequentes de ataques dos indios, no entanto, foram demais para eles, a despeito das tréguas ocasionais, e o donatário abandonou a colonia e procurou refugio entre os sobreviventes da vizinha capitania do Espirito Santo (87).

Duarte Coelho lançou sua vila em Pernambuco, local que parece ter sido territorio encravado entre os tu-

(85) Soares, *Tratado*, pags. 51-52. Já fizemos, acima, referencias a outros aspectos desse confuso incidente. Os portugueses, voltando para sua vila, naufragaram na ilha de Itaparica, na Bahia de Todos os Santos e ali foram atacados pelos indios. Alguns portugueses sobreviveram e parece terem celebrado nova paz com os indios, ou vivido entre os indios, não mais como colonos, mas como "squawmen". Sousa, *Regimento, HCP*, III, 345 (veja-se Capitulo IV, nota 1, para descrição dessa fonte).

(86) Soares, *Tratado*, pags. 77-78.

(87) Soares, *Tratado*, pags. 81-82.

pinambás. Torna-se evidente que os índios em torno de Pernambuco não estavam muito contra os portugueses, pois enquanto uns combatiam os colonos (88), outros permutavam mantimentos e braços com eles (89). A despeito das lutas, expandiu-se a colônia, segundo parece, pois Duarte Coelho dispunha de recursos para pagar soldados que defendessem os colonos. Em 1548, acuada pelos índios agressivos, resistiu com sucesso aos ataques, graças aos seus soldados mercenários. Defendeu as proximidades e até as terras mais distantes dos colonos, e seu filho concluiu-lhe a obra apossando os indígenas da costa até que nenhum mais se encontrasse a cinquenta léguas da vila principal (90). A causa dos constantes ataques em Pernambuco não ficou clara. Eles sucederam no decorrer dos primeiros anos, quando os colonos lançavam suas vilas e lavouras. Continuaram também, com redobrado vigor depois que as lavouras e engenhos já haviam começado a produzir. Tem-se apresentado como causa para o ataque o fato de os índios hostis serem aliados dos francezes, que os incitaram a investir sobre Pernambuco e sobre a vizinha capitania de Itamaracá (91). Outra causa aventada é que os índios se tornaram hostis depois que os portugueses começaram a escravizá-los (92).

(88) *Ibid.*, p. 28; Hans Staden, *Warhafftige Historia* (Marburgo, 1557), caps. iii-iv.

(89) Veja-se acima, neste capítulo, pags. 89-96.

(90) Staden, caps. iii-iv; Soares, *Tratado*, p. 28.

(91) Duarte Coelho a D. João III, 27 de abril de 1542, *HCP*, III, 314. De Coelho em Pernambuco, diz Soares que "...teve grandes trabalhos de guerra com o gentio e francezes que em sua companhia andavam..." (Soares, *Tratado*, p. 28). Parece claro que esses ataques em Pernambuco, incitados pelos francezes, constituíam parte do mesmo movimento contra Itamaracá.

(92) A fonte desta opinião está em algumas interpretações do *caput* iii de Hans Staden, *Warhafftige Historia*, no qual ele

Na base desses quatro exemplos pode-se apontar uma relação entre as escravização e as guerras (isolando estas, por enquanto, da questão da hostilidade franceza e indígena e outras questões). Elas surgem com o desenvolvimento de dois fatos: primeiro, a formação e exploração de lavouras, como se vê pelo funcionamento de engenhos de cana; segundo, os ataques dos índios aos portugueses e seus engenhos e lavouras. Pode-se apresen-

conta seus serviços em Pernambuco sob Duarte Coelho, em 1548. As versões do texto requerem cuidado e revisão. De acordo com algumas traduções do *caput iii*, os portugueses tentaram escravizar os índios de Pernambuco e em seguida vieram as guerras. "It so happened that the savages of the place had become rebellious against the Portuguese; they had not been so before, but they began to be so on account of the Portuguese having enslaved them". (*The Captivity of Hans Staden*, edição de Richard F. Burton, Hakluyt Society, 1.^a série, LI, Londres, 1874). "Es begeb sich, dass die Wilden des Ortes gegen die Portugalesen aufrührerisch geworden waren, was sie vorder nicht gewesen; das hatte durch die Schuld der Portugaleser angefangen". (R. Lehmann Nitsche, *Hans Staden, ein deutscher Landsknecht in der neuen Welt* (Leipzig, 1929). "Aconteceu que os selvagens do lugar se tinham revoltado contra os portugueses, o que nunca antes tinham feito; mas que fizeram agora por terem sido escravizados". (*HCP*, III, 317).

Todas as tres traduções baseiam-se na edição de Marburgo, 1557, mas esse texto não concorda com elas. Na edição de Marburgo, 1557, a passagem em questão resa: "So begab es sich das die wilden des orts waren auffrührisch worden gegen die Portugalesen welche sie vormals nicht waren welches nun der Portugaleser halben sich angefangen hatte...". A edição de Malburgo, 1557, é idêntica, nesse ponto, á de Francforte, 1557, por mim utilizada. Devo ao D. Lawrence Wroth, da Biblioteca John Carter Brown, a comparação dos textos com a edição Marburgo, de 1557, existente na Biblioteca John Carter Brown.

Em resumo, a logica da situação em Pernambuco indica que a escravidão tomava corpo. Por questão de coerencia, deve-se observar que o documento não apoia a afirmativa.

tar, então, uma hipótese (93). Os portugueses formaram lavouras e construíram engenhos com braço indígena obtido por meio de escambo. A princípio os índios trabalharam os campos, também, nos mesmos termos. Mas depois acumularam tais estoques de artigos portugueses que perderam todo incentivo para continuar aquele trabalho. Em face da ruína causada pela falta de braços nessas lavouras, das quais dependiam para toda riqueza futura, os portugueses começaram a escravizar os índios para obter esse trabalho. Seguiram-se guerras de represália.

Uma desproporção entre a escravização, o incitamento dos franceses, a intromissão nas guerras entre as tribus, impede que essa hipótese seja aplicada, com igual verossimilhança, às condições das demais capitanias. Itamaracá, por exemplo, foi estabelecida numa região em que o pau-brasil e os tupinambás hostis eram igualmente abundantes, e além do mais era zona muito frequentada por franceses. Suas guerras incessantes, que afinal fizeram desaparecer os colonos, podem ser razoavelmente atribuídas, na quasi completa falta de provas, aos franceses (94).

Por outro lado, os colonos de Ilhéus instalaram-se entre os tupiniquins e, depois de alguns primeiros recon-

(93) Esta hipótese é construída a despeito da falta de prova direta mostrando que os índios trabalhassem de modo regular, nas lavouras, por permuta. (Cf. Varnhagen, *Historia geral*, mencionada na pag. 89). Contudo, a conexão, já indicada, entre a expansão das lavouras e o começo das guerras indica que até a introdução da escravidão o escambo era usado para obter trabalho nas lavouras.

(94) Pero Lopes de Sousa, donatário de Itamaracá, "... gastou alguns anos e muitos mil cruzados com muitos trabalhos e perigos, em que se viu, assim no mar pelejando com algumas naus francezas que encontrava (do que os franceses nunca saíram bem), como em terra em brigas que com eles teve de mistura com os Pitiguares..." Soares, *Tratado*, p. 25.

tros, viveram em paz com eles (95). Os de Porto Seguro fizeram mais ou menos o mesmo. Também aí a instalação da vila e dos engenhos foi acompanhada de lutas, mas seguiu-se a paz. E os índios não só sustentaram a paz como desde então trabalharam para os portugueses, por permuta, ajudando-os a formar suas roças e lavouras (96). São Vicente, a capitania de Martim Afonso, instalada entre tupiniquins de boa paz, assemelha-se a Ilhéus e Porto Seguro pois aí os índios conservaram-se em paz. Ao desembarcar na ilha em que levantou a primeira vila, tocou dali os indígenas e poucas perturbações teve com eles. Talvez isto se deva a que eles fossem pusilâmines (97) embora também se explique pelo fato de que Martim Afonso estava habilitado a defender sua capitania. E mesmo quando se foi a ganhar fama na Índia, forneceu soldados mercenários para apoiar seus sucessores (98).

Nesses casos, não se conhece a causa das escaramuças dos primeiros dias. Mas possivelmente também te-

(95) Soares, *Tratado*, p. 57.

(96) *Ibid.*, pags. 67-68. Esses dois, assim como alguns outros estabelecimentos ulteriores, foram atacados e quasi inteiramente destruídos, durante as guerras de tamoios e aimorés, por volta de 1560. Os francezes comandados por Villegaignon, ao retirar-se do Rio de Janeiro, incitaram muitos aliados dessas tribus ao ataque. Após a luta inicial, os portugueses podiam firmar-se nos seus postos, mas, como diz Soares, os colonos, embora possuidores de terras férteis, estavam confinados ás suas vilas e imediações, simplesmente, pelas tribus hostis que os circundavam.

(97) *Ibid.*, p. 106.

(98) O mais conhecido desses mercenários foi Hans Staden, bombardeiro da colonia de São Vicente, ao tempo de sua captura e aprisionamento pelos índios hostis aos portugueses. Seu relato indica como era consideravel a força mantida pela capitania e quanto era rico Martim Afonso. Seus serviços em São Vicente seguiram-se aos que prestou a Duarte Coelho, em Pernambuco

nham sido causadas por tentativas de escravização. A cessação da luta, juntamente com a prosperidade das capitâneas, indica que fôra encontrada outra fonte de trabalho. Os índios que cercavam essas capitâneas eram tupiniquins, em muitos casos em guerra com os tupinambás. Em São Vicente, por exemplo, parece que a luta foi entre os tupiniquins de São Vicente e os tupinambás, localizados principalmente na Baía de Guanabara (atual Rio de Janeiro) (99). E' muito provavel que os tupiniquins andassem a entregar aos portuguezes os tupinambás cativos de guerra. Em Porto Seguro, na altura de 1549, por exemplo, alguns índios andavam a vender outros aos portuguezes, embora nesse exemplo não haja indício de guerra recém-terminada (100). Os carijós, embora não pertencessem ao grupo tupinambá, eram inimigos dos tupiniquins e foram vitimados nas incursões de 1547 (101). Na própria vila de São Vicente, já em 1554 eram numerosos os índios escravos (102).

Tomadas em conjunto, as guerras que acompanhavam a colonização no Brasil assumem um aspecto de dupla relação com a necessidade de braços por parte do colono. Primeiro, algumas se afiguram guerras de represália, iniciadas pelos indigenas contra colonos que, em face da necessidade de trabalho nas lavouras e com a quêda do sistema de escambo, recorreram à escravização. Segundo, outras guerras entre os indigenas, inter-tribais, com maior ou menor participação dos portuguezes e francezes, produzindo cativos para a escravidão. Em todos

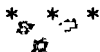
(99) Os aimorés e os tamoios eram as principais tribus dos tupinambás, nessa região. Foram esses que mais tarde ajudaram os francezes de Villegaignon. Cf., pag. 102.

(100) Nobrega, p. 81.

(101) *Ibid.*, p. 81-82. Ver tambem nota 72.

(102) Staden, caps. xvii, xix, xxv, xxix.

os casos, porém, as guerras indicam mais agressão contra os índios para o fim de obter trabalho do que se pode demonstrar por meio de outras provas.



Os colonos das donatárias, acrescentando plantações à primitiva exploração extrativa, introduziram duas modificações na vida dos portugueses no Brasil. Primeiro porque essas plantações fixaram os portugueses durante o ano inteiro em certos pontos da costa. Nisso diferem os estabelecimentos portugueses mais ou menos permanentes dos casuais e transitórios contactos com o Brasil, mantidos pelos traficantes de pau-brasil e guarda-costas. A distribuição de seus estabelecimentos alteraram o sistema anterior, pois desde então, além da região do pau-brasil, com a qual já se haviam familiarizado os portugueses, o estabelecimento de São Vicente começou a valorizar as regiões litoreanas do sul. Juntamente com o advento da permanência, efetuou-se a instalação de certo numero de governos locais, descentralizados, para agirem no Brasil. Os donatários, como senhores num sistema adotado depois de usado nos estabelecimentos das ilhas africanas, governavam seus colonos e eram parcialmente sustentados por estes. Os colonos pagavam taxas a esses senhores e esperavam fazer dinheiro com suas plantações. Ainda assim, nem donatários nem seus colonos podiam ter certeza, naqueles difíceis dias da colonização, de qualquer apoio. A ida para o Brasil consumira, em muitos casos, grande parte do dinheiro disponível dos donatários; e a defesa das terras, depois, levára alguns deles à bancarrota. Por isso mesmo era necessário, para mantê-los e restaurar-lhes as perdas, que donatários e colonos fizessem produzir as plantações o mais cedo possível.

Suas tentativas nesse sentido produziram a segunda modificação, agora na relação do escambo entre colonos e os indígenas. Seguindo o modelo dos traficantes de pau-brasil e os guarda-costas, os colonos nas plantações começaram por permutar com os índios, mas não tardaram em notar que o escambo era inadequado às suas necessidades. Essa relação já não era mais capaz, no seu funcionamento, de obter dos índios objetivos tão diversos como pau-brasil, trabalho e alimentos em troca das quinilhas e ferramentas portuguesas. O advento da escravidão e das lavouras ao sistema economico demonstrou a praticabilidade das colonias agricolas no Brasil. E tambem levou os portuguezes a começar, embora em muito pequena escala, e em competição com os numerosos índios, a preço modico, disponiveis, a importação de escravos negros. Ao mesmo tempo que teve esse efeito, a escravidão, juntamente com o incitamento pelos francezes e a intromissão nas guerras inter-tribais, pôde tambem explicar, de certo modo, as guerras que caracterizaram esse periodo. As continuas guerras que destruíram Itamaracá, Bahia, Espirito Santo e Paraiba do Sul, e conservaram Pernambuco em estado de sitio, estabeleceram em compensação uma politica indigena rudimentar, desenvolvida pelos portuguezes que vieram depois, consistindo, ao tempo, em alianças dos portuguezes com os tupiniquins, contra francezes e tupinambás. Em matéria politica, essas guerras impediram os donatarios de preencherem os objetivos do Rei, o povoamento da terra e a proteção contra os francezes. Ilhéus e Porto Seguro, embora em paz, não se expandiram, e até as fortes capitánias de Pernambuco e São Vicente, capazes de vencer os índios hostis, não o foram bastante para ajudar outras colonias mal sucedidas. O malogro geral dos donatarios forçou o Rei a encarar o estabelecimento de um governo real. Não ha melhor declaração sobre o fim do periodo dos donatarios

do que o lamento de um portuguez que se refugiára em São Vicente:

“...Si Vossa Magestade não assistir logo essas capitánias”, escreveu Luis de Góes ao Rei, em 1548, “não só perderemos nossas vidas e mercadorias como tambem perderá Vossa Magestade á terra...” (103)

(103) Luis de Goes a D. João III, 12 de maio de 1548, *HCP*, III, 259.

CAPITULO IV

O GOVERNO REAL:

TOMÉ DE SOUSA, OS JESUITAS E O SISTEMA DE ESCAMBO

TOMÉ DE SOUSA, como primeiro dos governadores reais (1), veio para o Brasil em 1549, precisamente ao tempo em que o sistema de escambo se desfazia. Os irresolutos começos sob os donatarios haviam prejudicado toda a questão de colonização, pois embora os estabelecimentos nas capitanias houvessem mostrado que a agricultura era viavel, haviam tambem demonstrado que o desastre era possivel. A principal tarefa que lhe dera o Rei foi restabelecer os portuguezes no Brasil e defender os seus estabelecimentos contra os indios hostis e os francezes. O que ele tinha a fazer, portanto, era claro e assim, de modo geral, seus métodos de atingir seus objetivos foram tambem claros. As lutas dos donatarios haviam produzido o arcabouço de uma politica indigena que ele poderia usar. O sistema de escambo, embora abalado, ainda podia funcionar, sob circunstancias ligeiramente alteradas. A aplicação detalhada dos seus métodos gerais

(1) Para um relato da vida e obras de Tomé de Sousa, veja-se Pedro de Azevedo, *A Instituição do governo geral*, HCP, III, 327-383. O exame que se faz da politica do Rei e da execução que lhe deu Tomé de Sousa baseia-se no *regimento* que o Rei lhe deu. Essas ordens (doravante mencionadas como *Sousa, Regimento*), estão reproduzidas em HCP, III, 345-349 e sumariadas em Fleiuss, *Historia administrativa do Brasil*, pags. 14-24.

não era facil e póde-se ter a certeza de que ele não obteve igual successo na pratica desses dois principios. Contudo, o successo que obteve reparou as perdas dos donatarios e, no encorajar a agricultura dos colonos, fixou o padrão economico do Brasil, pelos séculos vindouros.

Tendo sido enviado para garantir a posse portugueza na terra, Sousa não poderia sentir-se animado pelo que viu ao desembarcar. Em muitos pontos da costa os portuguezes haviam sido derrotados ou estavam circunscritos em sua ação, pelos indios hostis e pelos francezes. Mesmo depois de acrescidos daqueles que Tomé de Souza trouxera, os portuguezes, por si sós, eram poucos. Sua tropa era a mais numerosa força européia no Brasil, mas, ainda mesmo com o apoio de alguns navios de patrulhamento, estava em desproporção com a tarefa de dominar milhares de quilometros de terras interiores e de litoral. Por isso mesmo, tornava-se imperativa a ajuda para atender a sua necessidade de elemento humano. A pressão economica das lavouras continuou e, em algumas zonas, aumentou. E ainda que a procura de braços, em alguns casos, fosse atendida pela escravidão, nem os indigenas amigos estavam garantidos contra os colonos.

A politica que o Rei o incumbira de executar no Brasil pareceu, a principio, oferecer solução parcial ao problema da obtenção de tropas auxiliares indigenas, pois o Rei ordenou-lhe a proibição de novas escravizações de indios pelos colonos. Mas, ao mesmo tempo, através das instruções do Rei ressalta a ordem urgente para promover o progresso da região, ampliar os estabelecimentos portuguezes, fazer a terra pagar. Era difficil a escolha. Si Tomé de Sousa permitisse aos colonos continuarem, como queriam, a obter trabalho onde pudessem, teria de enfrentar mais guerras e a destruição da tranquillidade dos portuguezes — ou da tranquillidade dos indios. Si, por outro lado, ele conseguisse de certo modo fazer ces-

sar as incursões dos colonos para conquista ou resgate de escravos, cessaria o suprimento de braços e assim viria pôr em perigo as lavouras e os engenhos. Mais ainda, mesmo que parcialmente ele obtivesse sucesso em refrear os colonos, leva-los-ia a resistir à sua autoridade para obter braços. E assim teria nas mãos os colonos como inimigos ativos, assim como os índios.

A solução, para Tomé de Sousa, foi um compromisso entre os desejos e necessidades dos índios, dos colonos e do Rei. Primeiro, ordenou que só os índios que se houvessem mostrado hostis aos portugueses poderiam ser assaltados e, ainda assim, só pelas forças do governador ou pelos colonos por ele devidamente autorizados. Os cativos feitos no que se poderia chamar "guerra licita" (*), podiam ser legitimamente escravizados. Sua ordem pretendia ganhar a lealdade e gratidão dos índios amigos, assim como o apoio dos colonos, pois não só protegia os indígenas de indiscriminadas incursões de escravização, como, provendo meios de obter braços para a lavoura, abriu caminho à destruição sistemática das tribus hostis. Mais ainda, fixando-se em torno dos estabelecimentos portugueses, os indígenas amigos podiam oferecer proteção, como aliados, contra outros índios; e uma vez pacificados e conciliados, podiam compensar a desvantagem do pequeno numero de braços com que contavam os portugueses. Mas, reconhecendo a "guerra justa", reconheceu também que não bastava preservar os índios amigos de serem molestados. Os índios possuíam alimentos e generos que os portugueses podiam usar e os portugueses possuíam artigos que eles desejavam. Em consequencia, a segunda providencia de Tomé de Sousa foi para regular o commercio dos indígenas com os portugueses, usando, quando possível, o escambo como método e, como agentes, os jesuitas.

(*) *Guerra justa*, segundo a expressão da época. (N. d. T.).

Um desejo comum de fixar as tribus errantes em aldeamentos proximos aos estabelecimentos portuguezes foi o ponto de partida do trabalho do governador e dos jesuitas. O que Tomé de Sousa queria fazer envolvia o uso do sistema de escambo mais para fornecer alimentos do que braços, e nesse uso consistia a diferença essencial da destinação que lhes haviam dado os seus predecessores portuguezes. Para facilitar a aplicação do sistema (como veremos depois), encorajou os indios livres a permanecerem juntos aos estabelecimentos dos brancos. Um meio de assim agir foi a doação, aos indios livres, de terras proximas aos estabelecimentos dos brancos, em troca da ajuda que eles lhes dessem na guerra (2). Ao mesmo tempo, proibiu os colonos de maltratar e alarçar os indigenas e exigiu de todos os portuguezes a obtenção de licença do governo para commerciar com os indios (3). Em cada aldeia concedeu honras e favores a um *principal*, um chefe indio que se tornava responsavel pelo comportamento dos proprios indigenas. Além disso, mandou homens sobrios e discretos para fiscalizar as relações entre indios e colonos (4).

(2) Sousa, *Regimento, HCP*, III, 346; Anchieta, p. 380; *CA*, p. 186. Essas aldeias são aquelas mencionadas adiante (pag. 125).

(3) Sousa, *Regimento, HCP*, III, 347. Exemplo dessas licenças é um "*Alvará do Bispo para resgatar*", de 7 de maio de 1560, *DH*, XXXVI, 85-87. Muitos regulamentos e ordens expedidos por Sousa no Brasil foram reproduzidos nas séries *DH*, especialmente nos vols. XIII (*Forais, doações, regimentos e mandados, 1534-1551*); XIV (*Mandados, provisões, doações, 1551-1625*); XXXV (*Provimientos seculares e ecclesiasticos, 1559-1577*); XXXVII (*Mandados, 1549-1552*); XXXVIII (*Mandados, alvarás, provisões, sesmarias, 1549-1553*). A série de *mandados* é repetida nos vols. XIII, XIV, XXXVII, XXXVIII.

(4) Nobrega, pags. 207-208. Mais tarde, Duarte da Costa a D. João III, 10 de junho de 1555, *HCP*, III, 378.

Os jesuitas (5) tinham seus próprios objetivos, ao virem para o Brasil com Tomé de Sousa, inteiramente á-parte de qualquer utilização que deles tenha feito o governador. Embora desejassem conduzir a uma vida mais cristã a população branca do Brasil, que contrairia os hábitos dos nativos entre os quais viviam, sua tarefa principal era a conversão do gentio. Os portugueses podiam ser assistidos nas vilas e lavouras. Mas os indigenas, estes, estavam hoje num lugar e amanhã noutro. Deviam ser antes de mais nada fixados em determinadas localidades, pois a disciplina cristã e o culto poderiam ser melhor conduzidos em aldeamentos do que por padres solitários viajando em toda a extensão do Brasil com tribus erradias (6). A premissa do trabalho dos jesuitas era, portanto, a insistencia em que os índios se aldeassem. E assim, tendo em vista objetivos diferentes, os jesuitas e o governador concordaram em que esses fins eram melhor servidos pelo expediente de estabelecer índios livres como amigos e vizinhos junto às colonias portuguesas.

Antes de proceder a um estudo das provas das relações economicas dos índios sob Tomé de Sousa, obter-se-á,

(5) Obra indispensavel ao estudo dos jesuitas no Brasil é a de Serafim Leite, S. J., *Historia da Companhia de Jesus* (2 vols., Lisboa — Rio, 1938). As *Paginas de Historia do Brasil*, do mesmo autor, (São Paulo, 1940), contêm varios tópicos relativos á historia dos jesuitas. Para a história de ordem no tempo, especialmente em Portugal e Brasil, veja-se Francisco Rodrigues, *Historia da Cia. de Jesus na Assistencia de Portugal* (2 vols., Porto, 1931).

(6) Cf. Anchieta, pags. 316-317; Leite, *Historia da Companhia*, II, 42. Até mesmo em 1557, Luis de Grã queixava-se de que os índios em torno de Piratininga, em São Vicente, ainda eram nomades. Coletanea organizada por Serafim Leite, *Novas Cartas Jesuíticas* (São Paulo, 1940; doravante mencionada como *Nov. C. Jes.*), pags. 182-183.

com um exame geral desse ponto, as linhas fundamentais a serem seguidas em seus detalhes. De 1549 a 1553 Tomé de Souza, com o auxilio dos jesuitas, tentou desenvolver relações pacificas com grande numero de indios em torno da Baía, sua cidade-capital. Usando o sistema de escambo, o governador e os jesuitas conseguiriam para os colonos, pacificamente, todo o alimento e o trabalho desses indios, exatamente quando a colonia desandava. Manter o escambo, como se disse, significava para ele e para os jesuitas a manutenção dos indios livres, da gente necessaria para produzir generos e fazer a permuta. Enquanto progredia o trabalho na Bahia, o governador andava tambem a percorrer a costa, para inspecionar o estado dos portuguezes fóra da Bahia. Qualquer que tenha sido o sucesso de Tomé de Sousa na tentativa de uso do sistema do escambo na Bahia, seu sucessor, Duarte da Costa, nada conseguiu, de 1553 a 1557. Os colonos quizeram mais braços para suas lavouras, algo que não se conseguia mais com o escambo; e incapazes ou indispostos a obter-lo pelo escambo, continuaram a fazer escravos. Duarte da Costa, não interessado em proteger os indios livres, tambem foi incapaz de controlar os colonos e os religiosos, e deixou escorregar de suas mãos o poder de governador. Na desordem de seu dominio, na propria Bahia os jesuitas viram-se forçados a concentrar suas energias na proteção aos indios livres. Em outras partes do Brasil seu governo fraco fe-lo perder a posse de varios trechos da costa, pois os francezes tornavam-se mais ativos e, sob Villegaignon, desembarcaram e se fortificaram no Rio de Janeiro. A falta de autoridade do governador foi reparada por Mem de Sá, quando se tornou governador, em 1557. Nesse posto permaneceu até 1572; e sendo na politica e na ação um segundo Tomé de Sousa, forta-

leceu o poder pelo controle dos seus governados. Expulsou os francezes do Rio de Janeiro e dirigiu a guerra contra seus aliados, os tamoios e os aimorés. Na propria Bahia, onde encontrou certo numero de indios livres descrecente ao tempo de sua chegada, restaurou ao mesmo tempo os indios livres e o sistema de escambo, contendo os colonos e apoiando os jesuitas. Mas durante sua administração sobrevieram, entre 1562 e 1563 o desastre de uma "guerra justa" e a irrupção de epidemias que destruíram rudemente grande numero de indios, livres e escravos, na Bahia. O decréscimo no numero de indios livres forçou uma mudança na extensão em que era aplicado o escambo na Bahia, mas não mudou o sistema em si mesmo. Abalado, às vezes, e abrindo caminho sob os ataques dos colonos que desejavam braços disciplinados, foi finalmente restaurado pelos jesuitas e na década de 1580 era o principal meio pelo qual os portuguezes podiam obter alimento e braços dos indios livres.

Para traçar o estabelecimento, declínio, quêda e restauração do sistema de escambo na Bahia entre 1549 e 1580, e observa-lo por outras partes do Brasil, é necessario examinar não só a politica declarada mas tambem as praticas do governador e dos jesuitas e as ações dos colonos e dos indios. Grande parte do material a ser aqui examinado, concernente ao governo central, refere se à capital, Bahia, e os acontecimentos nessa cidade, por isso mesmo, ficarão em destaque. Isto não significa que a Bahia ocupasse posição inteiramente diferente da de qualquer outra cidade do Brasil. Como era a séde do governo e tudo o que ali acontecia foi especialmente levado ao seu conhecimento, o material referente ao governo real versa principalmente o centro da Bahia. Não era o unico centro populoso do Brasil, pois ao norte já a vi-

gorosa capitania de Pernambuco vencera as primeiras dificuldades dos índios hostis e estava em marcha. Até mesmo em fins do século a Bahia ainda não pudera igual Pernambuco na quantidade de assucar produzido, na riqueza de seus habitantes e no esplendor de suas construções. Muito para o sul, florescia São Vicente, embora não fosse muito longe por não consentir o seu clima o bom cultivo da cana. Até certo ponto desprezada pelos comerciantes europeus, essa capitania passou por um período de relativa obscuridade até que começou seu formidável avanço no interior do continente. De nenhum modo se deve inferir que as conclusões encontradas no caso da Bahia sejam invalidas para outros pontos do Brasil. Como veremos adiante, o circunstanciado exemplo da Bahia é corroborado, como o permite a escassa informação, pela historia das outras colônias no Brasil.

Desde o começo de seu governo na Bahia, Tomé de Sousa tivéra de recorrer ao escambo e à importação de alimento afim de suprir os colonos até que se pudesse armazenar as colheitas. Levantou a sua cidade da Bahia, feita de uma muralha de pau a pique e barro, com umas poucas casas numas poucas ruas, um forte e alguns desembarcadouros (*). Vivendo nas casas estavam os funcionarios do governo, os soldados, os artifices e comerciantes, com seus dependentes, seus criados e seus escri-

(*) Ainda aí verifica-se a existencia do trabalho indigena, segundo acentúa Freire de Carvalho: "Assentada a escolha do local da nova cidade, meteu-se logo mãos á obra e dentro de quatro mezes estava construido um cento de casas, *tijupás*, e feitas muitas plantações de cana de assucar, tendo para isso muito concorrido o braço indigena, tanto pela influencia de Diogo Alvares, como pela confiança e estima que Tomé de Sousa inspirava aos índios, pois nessas obras era dos primeiros a lançar mão do pilão, conduzir caibros e outras madeiras". José Eduardo Freire de Carvalho Filho, *Estabelecimento de um governo geral. Os Primeiros Jesuitas. (1.º Congresso de Hist. Nac. 1914, R.I.H.G.B., tomo especial, parte I, Rio, 1915). (N. d. T.)*.

vos (7). Fóra de muros estava o *termo* da cidade, uma área de seis léguas em cujo raio tinham jurisdição as autoridades municipais (8). Fóra do *termo*, aquilo que se pôde chamar região da Bahia, para diferençá-la da cidade e do *termo*; uma faixa de terra entre dez e vinte milhas de extensão, (16 a 32 quilómetros, aproximadamente), em torno de toda a grande e bela bahia que deu nome à colonia. Na região da Bahia estavam os colonos que primeiro receberam terras e depois levantaram ali suas fazendas. Em seus campos levantaram as *casas grandes* (9). e os engenhos, verdadeiras aldeias sob um só tétó, rodeadas de choças dos escravos de lavoura e de engenho. Cada fazenda era separada da outra e da cidade pela extensão de seus campos e ligada com eles por pobres caminhos ou pelo esplendido caminho da bahia. As fazendas, propriedades auto-suficientes, obtinham alimento do trabalho de escravos que cultivavam roças e lavouras. Possuindo uma fonte de alimentação independente, eram perfeitamente distintas da cidade. Por elas o sistema de escambo, via de regra, como meio de obter alimento, era perfeitamente dispensavel.

Para ajudar a alimentar o povo na cidade, Tomé de Sousa, pouco depois de desembarcado, começou a impor-

(7) Sobre o povo e as construções da Bahia muito se pôde aprender nos *mandados* de Tomé de Sousa, *DH*, XXXVII-XXXVIII, *passim*. Veja-se também carta de Tomé de Sousa a D. João III, em 18 de julho de 1551, *HCP*, III, 361-362. Cf. Sousa, *Tratado*, pags. 128-130.

(8) Sousa, *Regimento*, *HCP*, II, 346.

(9) Para a estrutura e funcionamento das *casas grandes* nada melhor do que Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala* (2.^a ed., Rio de Janeiro, 1936). Para referencias específicas á produção de alimento, cf. a descrição do engenho de Mem de Sá em Soares, *Tratado*, pags. 159-160.

tar farinha. Por intermédio do seu tesoureiro, ordenou que certas somas fossem unicamente desembolsadas para comprar generos de alimentação (10). Em setembro de 1549 mandou um navio a buscar viveres por meio de co-

(10) Importação de farinha:

| Data | Total importado (em alqueires) | Procedencia |
|-------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| 3 de setembro de 1549 | — | |
| 8 de outubro de 1549* | — | costas de Pernambuco |
| 18 de novembro de 1549 | 392 | Nova Lusitania** |
| 13 de janeiro de 1550 | 95 | Sergipe |
| 26 de janeiro de 1550 | 365 | Tutuapara |
| 20 de março de 1550 | 117 | Tutuapara |
| 8 de agosto de 1550 | 140,5 | — — — *** |
| 4 de outubro de 1550 | 35 | Aldeia de Caram |
| 18 de outubro, de 1550 | 117 | Tutuapara |
| 10 de fevereiro de 1551 | 435 | Tutuapara |
| 8 de abril de 1551 | —**** | costas de Pernambuco |
| 8 de abril de 1551 | 169 | Tutuapara |
| 12 de outubro de 1551 | 383 | Tutuapara |
| 8 de março de 1552 | 13 | Povoação de Pereira |
| 30 de abril de 1552 | 320 | Tutuapara |
| 26 de junho de 1552 | 245***** | Tutuapara |
| 23 de julho de 1552 | 13,5 | Povoação de Pereira |
| 16 de agosto de 1552 | 470 | Tutuapara |
| 17 de setembro de 1552 | 465 | Tutuapara |
| 10 de outubro de 1552 | 301 | Tutuapara |
| 14 de julho de 1553 | 450 | Tutuapara |
| 19 de julho de 1553 | 17 | Caramurú |

* — O navio foi e veio, mas não trouxe farinha.

** — Pernambuco.

*** — Procedencia não declarada.

**** — Navio perdido, com todo o carregamento, em viagem para o estrangeiro.

***** — Total dado em *sirios*, 241 *sirios*, medida pouco maior do que o alqueire.

mercio (11) e em novembro recebeu de outro navio 392 alqueires (12) de farinha da colonia de Pernambuco (13). No decorrer do ano de 1550, importou de pontos proximos um total de 869,5 alqueires de farinha (14) e no ano seguinte, um total de 987 alqueires (15). Em 1552

Totais anuais:

| Ano | N.º de embarques | Total anual |
|-------|------------------|-----------------|
| 1549* | 1 | 392 |
| 1550 | 6 | 869,5 |
| 1551 | 3 | 987 |
| 1552 | 7 | 1.827,5 |
| 1553* | 2 | 467 |
| | | 4.543 alqueires |

As táboas acima baseiam-se em *DH*, mandados. Cf. notas 11-24.

O navio dos dois primeiros carregamentos de 8 de abril de 1551 é provavelmente aquele mencionado por Tomé-de Sousa em sua carta ao Rei, de 18 de julho de 1551. Ele construiu o "Guallaç e mandou-o a Pernambuco "...e que em qualquer rio que mais geytoso que achase carreguase de mantimentos e entrase pelos rios dentro..."; esse navio, por falta de noticias foi por ele considerado perdido. *HCP*, III, 361. "...esto soubemos por pesoas que as vyrão e de dentro desta Baya lhes vay resguate porque este ano vyerão as suas pataxas á Tatuapara que e doze leguas desta Baya e pedindo lheu como anima tenho dito follguamdo e fazendo gasto á Vossa Alteza sem lhe fizer nenhum serviço Sómente yrem a Tynhaem e a Peroaso e Cyguaripe a resguatar galinhas porcos e peças para quatro ou sinco pesoas, sómente elle mos não quis dar pedindo lhe muitas vezes em secreto e em pubryco." Cf. também Sousa, *Regimento*, *HCP*, III, 345.

(11) *DH*, XXXVII, 25-26.

(12) Entre 122 e 132 toneladas.

(13) *DH*, XXXVII, 120.

(14) *Ibid.*, pags. 150, 157, 387, 390, 391, 392.

(15) *Ibid.*, pags. 223-224, 224, 348, 410-411.

* — Menos de um ano inteiro.

as importações duplicaram e foram recebidos 1.827,5 alqueires (16). O registro de 1553 é incompleto. Mostra o recebimento de 467 alqueires em julho (17), que, presumivelmente, seriam a metade do suprimento anual de 800 a 900 alqueires.

Os métodos pelos quais esse alimento era adquirido e os locais de onde o conduziam indicam a presença de índios livres produzindo alimento. Num total de vinte carregamentos, cinco constituem exceção por virem de lugares ocupados pelos portugueses. Um de Pernambuco (18), e dois da Povoação de Pereira (19), próximo à cidade da Bahia e junto à baía. Em 1550 e novamente em 1553, pequenos carregamentos vieram do estabelecimento à margem da baía do *squawman* Caramurú (20). Nos quinze carregamentos restantes, doze, ou um total de 3.837 alqueires vieram de um só lugar, Tutuapara, situado no litoral, cerca de doze leguas ao norte da cidade da Bahia (21). O carregamento de Pernambuco

(16) *Ibid.*, p. 420; *DH*, XXXVIII, 5-6, 14, 69, 81-82, 84-85, 231.

(17) *Ibid.*, pags. 167-168, 178.

(18) *Ibid.*, XXXVII, 120.

(19) *Ibid.*, p. 420; *ibid.*, XXXVIII, 231. Cf. Soares, *Tratado*, pags. 126-127, para a descrição da Povoação, que era a vila do donatário.

(20) *DH*, XXXVIII, 178; *ibid.*, XXXVII, 391. "...dezesete alqueires de farinha da terra feita entre os brancos para Sua Alteza..." (*DH*, XXXVIII, 178). O carregamento em 1550 vem de Aldeia de Caram; embora não seja certa a identidade, este parece ter sido o mesmo Caramurú. O estabelecimento de Caramurú era em, ou próximo, Povoação, pois que o mencionam como "diogo Alvares Caramurú, morador na Povoação de Pereira termo desta Cidade". (*Ibid.*). Não ha provas para apurar si Caramurú apenas comerciou com farinha ou si também cultivou mandioca.

(21) *Ibid.*, XXXVII, 157, 224, 348, 387, 410-411; XXXVIII, 5-6, 14, 69, 81-82, 167-168. Tutuapara (tambem chamado Tutuapara, Tutuapera, etc.) é descrita em Soares, *Tratado*, pags. 45-47.

custou 21\$398½ e foi pago com dinheiro e 68 cunhas (22). Os dois carregamentos da Povoação custaram 1\$400 e 1\$350. O primeiro foi pago em dinheiro e o segundo em mercadorias (23). O carregamento adquirido de Caramurú custou 1\$700 e foi pago em mercadorias (24). Assim, tratando com outros portugueses, Tomé de Sousa efetuou pagamentos em dinheiro e em mercadorias. Os carregamentos de Tutuapara, por outro lado, nunca foram pagos em dinheiro e apenas em mercadorias. Um sortimento de mercadorias, quasi sempre as mesmas, era enviado para ser trocado por farinha. Foices, podadeiras, enxadas, facas, machados, machadinhas, cunhas de ferro e anzoes faziam quasi sempre parte dessas cargas, e às vezes tesouras e pentes (25).

Embora o governador confiasse no escambo para obter essa farinha de fóra da cidade, não esperava depender dessas importações para a obtenção de alimentos (26).

Dos tres restantes, um veiu de Sergipe (*DH*, XXXVII, 150; cf. mapa, *HCP*, III, 256, *hors texte*); um das costas de Pernambuco (*DH*, XXXVII, 25-26); e um de lugar não especificado (*ibid.*, p. 392).

(22) *Ibid.*, p. 120.

(23) "...treze alqueires de farinha da terra, que lhes foram comprados para mantimento dos escravos, que Sua Alteza mandou a esta Cidade..." (*ibid.*, XXXVII, 420; XXXVIII, 231).

(24) *Ibid.*, p. 178. A carga da Aldeia de Caram foi paga com "...cinco machados, seis foices, cinco machadinhas, tres enxadas, dezesseis facas, tres pentes, tresentos e vinte azoes de dois a real..." *Ibid.*, XXXVII, 391.

(25) Ver nota 21.

(26) Ele ordenou aos restantes donatarios que mandassem "...toda ajuda que poderem de jemte e mantimentos e as mais cousas que na terra tiverem das que vos podem ser necessarias..." Mais ainda, os indios que sujeitára deviam dar "...em cada hum ano allguns mantimentos pera a jemte da povoação". Sousa, *Regimento*, *HCP*, III, 345.

Por exemplo, o total de 2.142 alqueires importado à razão de um alqueire para cada homem em um mês (27), teria alimentado noventa e dois homens nos quarenta e cinco mezes em exame (novembro de 1549 a julho de 1553). Como a principio tinha a cidade uma população de cerca de mil pessoas, evidentemente essa população necessitaria mais de cem alqueires por mês. Verifica-se, portanto, que os carregamentos de generos que ele mandou pagar não poderiam ter sido a fonte de toda a alimentação da população bahiana. E a disparidade entre o volume da população e a quantidade de generos alimenticios torna bem claro que o alimento importado era apenas suplemento de outros suprimentos.

O modo comumente adotado para suprir de comida o povo da Bahia assemelhava-se a um mercado no qual essa população podia obter alimento dos indigenas. Tomé de Sousa recebera ordem do Rei para designar um dia na semana, ou mais, si necessario, para dia de mercado. Nesse dia os indigenas deviam vir aos portuguezes para vender-lhes o que tinham e receber dos portuguezes, em troca, aquilo de que necessitassem (28). Ainda que não haja prova direta acerca do funcionamento desse mercado, a existencia desse meio pelo qual portuguezes e indios trocavam mercadorias por mercadorias está implicita nas ordens e atos do governador. Os portuguezes, por

(27) Base para os calculos nos *mandados*, DH, XXXVII, 1.

(28) "E asy ordenareis que nas ditas vilas e povoações se faça em hum dia de cada somana ou mais se vos parecerem necesarios feira a que os jemtios posão vir vender o que tiverem e quizerem e comprar o que ouverem mester e asy ordenareys que os christãos não vão as aldeas dos jemtios a tratar com eles salvo os senhorios e jemte dos emjenhos porque estes poderão em todo o tempo tratar com os jemtios das alldeas que estiverem nas terras e limites dos ditos emjenhos e porem parecendo vos que fara inconveniente poderem todos os de cada emjenho ter liberdade pera tratarem com os ditos jemtios segundo forma deste capitolo

exemplo, não podiam ir às aldeias indigenas comprar generos, mas deviam tratar com os indigenas apenas no mercado (29). Do mesmo modo os indios eram proibidos de mercadejar em promiscuidade na cidade. A unica exceção permitida era a de ir apenas às aldeias situadas nos limites das terras dos *fazendeiros*. Outras pessoas não podiam tratar com as aldeias sinão com licença do governador, e ainda assim apenas em circunstancias excepcionais (30).

Dois pontos devem ser considerados, acerca da oportunidade e desejo dos indios em apoiar um tal mercado. Como ficou dito, Tomé de Souza estimulou os indigenas a estabelecerem suas aldeias proximo à cidade. Aos que o haviam ajudado na guerra, deu terras, situadas o mais perto possivel da cidade, nas quais deveriam viver (31). Também tinha ordens para mandar cultivar terras não só a gente que com eles viera, mas também os nativos (32) e, presumivelmente, cumpriu essas ordens logo depois de desembarcar. Assim acumulou em torno da cidade muitos indios livres ocupados em lavoura, desse modo habili-

e que sera melhor ordenarse que hua so pesoa em cada emjenho o faça, asy se fará.

“E temdo allguns christãos necessidade de em allguns outros dias que não forem de feira comprar allguas cousas dos dytos jemtios o dirão ao capitão e ele dara licença pera as irem comprar quomdo e omde lhe bem parecer.” Sousa, *Regimento, HCP*, III, 347.

(29) *Ibid.* Para a violação dessas ordens, veja-se notas 2 e 3 acima.

(30) *Ibid.*

(31) *Ibid.*, pags. 345-346.

(32) Completado o forte, resa o regimento, “dareis ordem como vos provejais de mantimentos da terra mandando os pramtar asy pela jemte que levais como pela da terra e por qualquer outra maneira por que se melhor poderem aver...” *Ibid.*, p. 345.

tados a fornecer generos no mercado. O segundo ponto reflete no uso do escambo. Os indios, é de presumir, ofereceram generos de alimentação e os portuguezes ferramentas e quinquilharia (33). A sugestão de que se usava o escambo é reforçada por um estudo da espécie de mercadorias em mãos de portuguezes que pudessem usar o mercado. Cerca de quinhentas pessoas, na população, eram pagas pelo governador por seus serviços ou trabalho braçal durante os primeiros quarenta e cinco mezes desse governo. Eram na maioria pessoas sob sua autoridade, como funcionarios, soldados, marinheiros, e artifices que trabalhavam nas fortificações da cidade. Ao todo, 1.201 pagamentos lhes foram feitos entre 1549 e 1553. Dos 1.201 pagamentos, só 345, entre um terço e um quarto, foram efetuados em dinheiro. O resto, 856 pagamentos, foram efetuados em mercadoria. Essa mercadoria, quando dela não se dava nenhuma especificação, constava principalmente de instrumentos de ferro (34) e geralmente similares à espécie de artigos mandados fóra da cidade pelo governador quando importava farinha de Tutuapara e outros pontos. De uma análise do método de pagamento (35), decorre que esses portuguezes, afi-

(33) "...faquas, cunhas tizoiros contas da terra e anzalhes e allguas roupas e podões fosses machados..." Carta de Duarte de Lemos a D. João III, 14 de julho de 1550, *HCP*, III, 267.

(34) Além das ferramentas, a gente pobre da Bahia era paga em ferro velho "como ho que se vemde na feira em Lisboa..." Carta de Luis Dias a Miguel de Arruda, em Lisboa, Bahia, 13 de julho de 1551, *Noticias antigas do Brasil 1531-1551*, p. 18.

(35) Entre 12 de maio de 1549 e 30 de agosto de 1553, o tesoureiro do governador, por ordem deste, pagou pessoas a quem se devia dinheiro desde 1 de abril de 1549. No total, registraram-se 1.427 operações distintas. Algumas eram simples registros de transferencia de stock de um para outro funcionario; 1.201

nal, eram pagos em mercadorias que podiam oferecer aos indios — e que os indios achariam desejavel.

Si bem que, tanto quanto se póde verificar, Tomé de Sousa usava o escambo para obter generos de alimentação, não se deve supor que ele houvesse abandonado o velho uso do escambo para obter braços e materiais outros. Nos dois mezes seguintes ao seu desembarque, permutou uma quantidade de produtos por madeira para levantar sua muralha (36). No mês seguinte, permutou mais mercadorias por folhas de palmeira, mais madeira e outros materiais para construção de casas (37). A espécie do material obtido — madeira e folhas de palmeira — indica poderosamente que era material obtido dos indios

eram registros de pagamentos a pessoas, por serviços prestados. Desses 1.201 pagamentos, só um terço era em dinheiro:

| | |
|---------------------------------------|-----|
| Pagamentos <i>em mercadoria</i> | 700 |
| Pagamentos <i>em resgate</i> | 156 |
| Pagamentos <i>em dinheiro</i> | 345 |

1.201

Os dois termos, *mercadoria* e *resgate*, significam ambos mercadorias ou efeitos, embora literalmente o primeiro signifique artigo de commercio e o segundo, escambo. Às vezes são usados como sinonimos (DH, XXXVII, 61). E' possível que para os escrivães do governador esses dois termos tivessem diferentes sentidos, embora não se possa saber exatamente quais fossem.

(36) DH, XXXVII, 1. "vinte, e duas foices, seis machados, cinco duzias, e dez peças de espelhos, treze duzias, e quatro peças de pentes, quarenta, e duas facas de forma, e duas peças de dez em tara, vinte e seis duzias e duas peças de tesouros, nove mil duzentos, e dez anzoos, e quatro enxadas, que tudo dispendeu na compra da madeira, que se gastou na Cerca da Cidade...."

(37) Ver tambem outros exemplos, *ibid.*, pags. 87, 170, 416, 432-433. "...noventa e uma cunhas, setenta, e uma de quarenta reis peça, e vinte de vinte reis peça, e trinta, e sete facas de dez

locais. O escambo continuou, também, no tráfico existente de pau-brasil, embora fosse agora sujeito à supervisão do governador. Competia-lhe limitar a quantidade e o valor dos produtos entregues pelos contratadores de pau-brasil aos índios (38), reduzindo desse modo o preço do pau-brasil, que chegara a ser tão alto, no caso de Pernambuco.

Enquanto Tomé de Souza assim usava o escambo em sua regulamentação do intercâmbio de portugueses e índios sediados em torno da Bahia, o uso do escambo continuava também em outros pontos do Brasil. Embora Martim Afonso de Sousa, primeiro donatário, houvesse passado apenas poucos meses em São Vicente, acompanhava de Portugal e da Índia o progresso da capitania e mandara navios e gente a ajuda-lo. Mais ainda, convidara ricos comerciantes a aplicar dinheiro na capitania, e graças a isto eles ali levantaram engenhos e grandes

em tara, e nove tesouros, vinte e quatro pentes, duas foices, setecentos anzoës de dois a real, e duzentos, e cincoenta de quatro a real, cento, e noventa foradores, o que tudo se gastou e dispendeu em tinharé na Caravella Leoa por compra de cento e oitenta, e quatro rolos, que se resgataram para as Obras desta Cidade de Salvador...." *Ibid.*, p. 416.

(38) Sousa, *Regimento*, HCP, III, 349. "...pratiqueis a maneira que se deve de ter pera que as pessoas a que asy tenho dado as ditas licenças posão aver o dito paaõ com o menos prejuizo da terra que poder ser e lhes limiteis os preços que por elle ouverem de dar nas mercadorias que corerem na terra en lugar de dinheiro e o que sobre yso se assemtar se spreverá no livro da camara pera dahy em diante se comprir."

Esta clausula das instruções apresenta um interesse especial, pois indica como a corte, em Portugal, aceitou o uso do escambo em vez do dinheiro nas colonias ultramarinas.

plantações (39). Como a capitania estivesse cercada de perto pelos tupiniquins, que eram amigos dos colonos, suas plantações e aldeias estavam livres de ataque, mesmo quando continuassem, incitadas pelos francezes, as guerras entre as tribus, longe de suas fronteiras. Eles simplesmente permutaram com os indígenas (como fôra antes o caso de Porto Seguro) afim de obter como escravos os cativos que estes fizessem na guerra (40). Não se sabe ao certo si em Pernambuco se obtinha do mesmo modo os seus cativos. Duarte Coelho, o donatario, e seu filho, defenderam ambos vigorosamente suas possessões, lutando até com o indio e finalmente empurrando-o para o interior. Esse constante ambiente de guerra poderia assim fornecer muitos escravos que os portuguezes ali poderiam obter diretamente, em vez de faze-lo por meio do escambo. Ao mesmo tempo, tendo finalmente o donatario desaconselhado seus colonos de continuarem a atacar os indígenas depois da derrota destes (41), parece viavel a possibilidade de que o escambo tenha sido usado para obter escravos depois da cessação da luta.

Além do seu uso na obtenção de escravos, os colonos de São Vicente usaram-no tambem para aumentar o suprimento de víveres da capitania. Para alimentar seus escravos, importaram farinha do litoral, onde certas tribus tupinambás, normalmente inimigas dos portuguezes, cultivavam muita mandioca. Os portuguezes chegavam

(39) Soares, *Tratado*, p. 106. Para uma illustração da applicação de capitais europeus no Brasil, cf. os documentos relativos ao assucar em São Vicente, depois em poder da familia Schwetz, de Antuerpia, de cerca de 1565 a 1590. Coligidos por Alcibiades Furtado, *Os Schetz da capitania de S. Vicente* ("Publicações do Arquivo Nacional", XIV, Rio, 1914), pags. 9-31.

(40) Soares, *Tratado*, p. 106. Staden, cap. xxv.

(41) Nobrega, p. 124; cf. *CA*, p. 123. A data parece ser de 1551.

em navios bem armados, pois a inimizade entre os dois povos tornava o commercio perigoso. Ofereciam facas e foices (note-se a similaridade com as mercadorias oferecidas na Bahia) e recebiam, em troca, a farinha (42).

É evidente a semelhança entre o uso que os portugueses fizeram dos indios na Bahia e em São Vicente. Em ambos os casos, o escambo teve papel definido. Utilizaram-no para obter, de indios livres, alimento e materiais, até certo ponto trabalho e, no caso de São Vicente, escravos tambem. Não se póde provar si na Bahia tambem era usado para obter escravos, mas é bem possivel. Não era usado, no entanto, para induzir os indios a trabalhar nas lavouras. O trabalho nos campos e nos engenhos era obtido, em ambos os lugares, pela escravização de cativos feitos em guerras. Na Bahia esses cativos eram obtidos na conquista do governador, na região bahiana. Em São Vicente, por outro lado, os colonos obtinham seus escravos dos tupiñiquiñs amigos que andavam sempre em guerra com seus inimigos.

Tomé de Sousa alcançou, assim, algum sucesso apreciavel no fortalecimento do sistema de escambo na Bahia, em face dos colonos. Seu sucesso no decréscimo da escravização é menos limitado. Seus colonos, que vinham para o Brasil para construir fazendas, podiam bem usar braço indio obtido por permuta na construção de casas e abertura de roças, mas, como se verifica pelo destino dos donatarios, o trabalho obtido por escambo não era coisa com que se pudesse contar muito, nem era suficiente. Em consequencia, os colonos preferiram o braço escravo, por ser mais facilmente disciplinavel. Seu pouco caso, sempre que possivel, pela politica de Tomé de Sousa no trato e conciliação com os indios, levou a constantes atritos entre eles e o governador. Mesmo assim a conciliação de Tomé

(42) Staden, cap. xxxviii.

de Sousa com o indígena foi, quanto ao principal, bem sucedida. Ele consolidou sua posição construindo sua cidade e o forte da Bahia e depois começou a usar alguns tupiniquins em torno da Bahia como seus aliados contra os índios hostis (43).

Na pacificação e conciliação dos indígenas, teve Tomé de Sousa, além do mais, a já mencionada ajuda dos jesuítas. Embora os jesuítas se tenham eventualmente convertido nos mais vigorosos sustentáculos de Mem de Sá, quando este procurou restabelecer o sistema de escambo, não se deve julgar que eles tivessem uma política já permanentemente fixada, ao desembarcarem no Brasil com Tomé de Sousa. Seu objetivo, ao virem para o Brasil, era claro, mas parece que de 1549 a 1553 andaram a experimentar métodos de leva-lo avante. Nunca advogaram que os jesuítas adquirissem suas mercadorias dos índios pelo sistema de escambo; esse sistema, eles o pregaram para uso dos portugueses laicos. Embora ardendo em zelo e capitaneados pelo corajoso Nobrega, os jesuítas na Bahia, em 1549, eram apenas seis (44). Pouco numerosos, não tinham em mente, apenas, em matéria econômica, o seu próprio sustento. Cuidavam dos seus suprimentos de víveres e trataram de assegurar-lo por causa dos muitos dependentes que cedo adquiriram enquanto trabalhavam pela conversão do gentio.

Converter o gentio significava que os índios deviam saber o que era o cristianismo e isso não seria possível sem doutrinação. As dificuldades no caminho de um esforço consciencioso para a conversão eram, no entanto, muito grandes. Os jesuítas e os índios deviam, antes de

(43) Tomé de Sousa a D. João III, 18 de julho de 1551, *HCP*, III, 362.

(44) *CA*, p. 21. Em 1548 esse numero chegou a 142, contando todos os membros da Companhia.

mais nada, entenderem-se em sua linguagem, o que significa que os jesuitas tinham de aprender as linguas indigenas ou, os indios, o português. Com o contrapeso da dificuldade de linguagem, os jesuitas deviam levar avante a instrução religiosa para preparar os nativos para o batismo. A educação, incluindo o idioma, indispensavel à conversão, não podia ser um assunto casual, tratado ao acaso. Nobrega teve dois caminhos a escolher, indo ao encontro dos indios para educa-los. Um seria ir para as aldeias indigenas e ali instrui-los (45). Outro, compellir os indigenas da região a se concentrarem num determinado ponto onde os jesuitas podessem ensinar a todos. A espécie de estabelecimento nesse determinado ponto dependia da modalidade da instrução considerada necessaria. Para a instrução religiosa geral, usavam casas. Para dar a alguns indios e portuguezes uma educação mais completa tambem sobre outros assuntos, crearam os jesuitas colégios. A mais precisa diferenciação entre casas e collegios está em que casa era para instrução dos não-batizados, enquanto o collegio destinava-se à educação dos cristãos (46). Logo depois de desembarcar na Bahia, já Nobrega reunia numa casa duzentos indigenas (47), e depois, ao crear o primeiro collegio, mais de vinte submetidos a esse regime de instrução (48). Os jovens indios eram arrolados nos collegios, destacados dentre os conversos e ali aprendiam ao mesmo tempo o idioma e as idéias — o idioma, para habilita-los a viver entre os portuguezes, as idéias, para prepara-los a ajudar os jesuitas na con-

(45) Veja-se, p. ex., João de Azpilcueta Navarro, *CA*, pags. 49-53; Nobrega, p. 73.

(46) Nobrega definiu esplendidamente essa diferença. Nobrega, p. 137.

(47) *Ibid.*, p. 84.

(48) *Ibid.*, p. 126 (a D. João III).

versão de outros tantos pagãos (49). Juntamente com eles estavam alguns jovens portugueses de Portugal e do Brasil, e, dentro de pouco tempo, alguns mestiços. Alguns desses meninos (como eram chamados os jovens dos collegios) obtinham licença para entrar na Companhia. Viviam nos collegios e, estudando verbos com sua Vulgata, devassavam, sob as farfalhantes folhas de palmeira, os intrincados segredos do latim (50).

O sustento dos dependentes, em suas casas e collegios, não era facil tarefa para os jesuitas. O seu proprio sustento poderia ser facilmente provido pela esmola de uns poucos colonos (51). As casas e collegios eram sustentados principalmente pelas esmolas dos colonos (52), por doações (53) e por pagamentos feitos pelo Rei, mas nem com essa diversidade de fontes de renda o sustento estava garantido. O Rei deu coisas importantes — gado, roupas, escravos (54) — mas não o pão de cada dia. Para as mais substanciais esportulas de alimento para os dependentes, confiaram os jesuitas nos colonos (55), embora essa fonte, segundo disseram os proprios jesuitas, não fosse muito satisfatoria. Quando, por exemplo, os colonos passaram a reprovar os preceitos morais e a pregação dos jesuitas, declinaram, em sinal de hostilidade, de dar esportu-

(49) *Ibid.*, p. 129 (ao Padre Provincial de Portugal).

(50) A expressão *meninos* era ás vezes aplicada aos estudantes das casas. (Nobrega, pags. 126, 137; Anchieta, pags. 325-326). Em 1564 os estudantes do collegio da Bahia haviam chegado ao Livro VI da *Eneida* de Virgilio (*CA*, p. 428).

(51) Nobrega, pags. 139-140.

(52) *Ibid.*, p. 129; *CA*, p. 271.

(53) Leite, *Historia da Companhia*, I, 107-186, Livro II, "Meios de subsistencia".

(54) Nobrega, pags. 129-130, 138, 150-153; *CA*, pags. 338-339.

(55) Nobrega, pag. 130; Anchieta, p. 326,

las (56). Nobrega estava demasiado interessado na conversão do gentio para permitir que a fragilidade de uma pedra do seu edificio pudesse ameaçar a estabilidade do conjunto. Si os collegios e as casas deviam ser instrumentos de conversão, deviam então estar seguros contra o malogro. Por isto, logo depois de estabelecer sua primeira casa, em 1549, comprava pequeno numero de escravos para produzir generos, destinando alguns à caça e pesca (57).

Quando após a fundação do seu colégio, entre 1550 e 1551, verificou quanto era incerta a esmola dos colonos, pediu ao Rei alguns escravos da Guiné (58) e, com o trabalho destes, sustentou os seus *meninos* (59).

(56) "Com os cristãos fazemos cá pouco, porque aos mais temos cerradas as portas das confissões, e de milagre achamos um, que seja capaz de absolvição..." (Nobrega, p. 172). Nobrega tem outro comentario elucidativo, quando descreve como os jesuitas procuraram tornar bem claro perante os colonos a diferença entre a Companhia e os seus *meninos*, afim de obter desses colonos esmolos para os meninos: "...nós vivemos de esmolos, e comemos pelas casas com os criados desta gente principal, o que fazemos por que se não escandalizem de fazermos roças e termos escravos, e para saberem que tudo é dos meninos".

(57) *Ibid.*, p. 84.

(58) *Ibid.*, p. 126; *Nov. C. Jes.*, p. 25 (10 de julho de 1552). Depois Nobrega chegou a preferir o escravo negro aos escravos da terra. Estando mortos quasi todos os antigos escravos, desejou outros para substitui-los. Nobrega, in *Nov. C. Jes.*, pags. 67-68. (2 de setembro de 1557). Cf. tambem p. 83 (8 de maio de 1558).

(59) Nobrega, pags. 129-130. Nobrega dá uma expressiva descrição do trabalho dos escravos da Guiné que o Rei lhe mandou: "Alguns escravos destes, que fiz mercar para a casa, são femeas, as quaes eu casei com os machos e estão nas roças apartados todos em suas casas, e busquei um homem leigo, que delles todos tem cuidado e os rege e governa, e nós com elles não temos conta, e com o homem nos entendemos, e os homem com elles. A causa por que se tomaram femeas é porque d'outra maneira não se pôde ter roças nesta terra, porque as femeas

O que faziam na Bahia, fizeram também, em parte, em outras regiões do Brasil. Pouco depois de chegados à Bahia, alguns deles foram para São Vicente. Outros, entre 1550 e 1553, dirigiram-se a Porto Seguro e ao Espírito Santo, e, mais tarde, a Ilhéus, Pernambuco e Rio de Janeiro (60). Eram estorvados, no Espírito Santo, pelas guerras contínuas entre os indígenas e os colonos e ali encontraram o maior número de seus catecúmenos entre os índios escravos dos colonos (61). Em Pernambuco, uma de suas principais dificuldades foi o combate à arrogância e orgulho dos fazendeiros, que, tendo ganho a terra dos indígenas, não suportavam críticas à sua conduta moral. No interesse da paz, o donatário enfrentara os colonos nas caças que estes faziam ao escravo entre os indígenas vencidos; mas não podia evitar as faltas de maneiras européias, num grau que impressionou profundamente os jesuítas. Em Pernambuco, como no Espírito Santo, fizeram os jesuítas quanto podiam entre o gentio livre, mas verificaram que, faceis de converter, não o eram tanto para se manterem em estado de graça. Para sustentar a obra da catequese eram necessários muitos jesuítas mais. O maior volume do seu trabalho, por isso mesmo, dirigia-se aos escravos dos fazendeiros (62).

A obra dos jesuítas no sul tornou-se consideravelmente mais fácil do que na Bahia, em virtude da paz existente entre os indígenas e os colonos de São Vicente. Em grande parte os jesuítas mantiveram o indígena em seus aldeamentos, quando a maioria da população desses

fazem a farinha, e todo o principal serviço e trabalho é dellas; os machos sómente roçam, e pescam e caçam, e pouco mais;...”
Ibid., p. 139.

(60) Anchieta, pags. 314-317.

(61) CA, p. 88; Anchieta, p. 36 (referente a 1554).

(62) Nobrega, pags. 114-126.

aldeamentos estava convertida. Quando agruparam índios livres em freguezias recém-criadas em torno de uma casa ou de um collegio, no entanto, procederam assim sobretudo para afastar catecumenos da convivência corruptora com os índios pagãos e os colonos. Não parece que tenham creado as freguezias para proteger o indígena contra as incursões escravizadoras do português, como na Bahia. E é claro, ao lado da desejável segregação dos indígenas para manter sua conversão, a maior dificuldade dos jesuitas não era a defesa dos catecumenos, mas simplesmente a obtenção de alimento para eles. A comida era a principio escassa, mas a que existia era dada de esmola pelos pais dos meninos e por outros índios (63).

Os duros tempos dos primeiros dias dos estabelecimentos jesuiticos na Bahia indicam o que estava acontecendo a toda a população da cidade em fins do governo de Tomé de Sousa. A despeito de suas prudentes tentativas para revitalizar o sistema de escambo e induzir os índios livres a ajudar os portuguezes, o suprimento de víveres à cidade não era amplo nem estava assegurado. Evidencia-se a escassez de comida pelo fato de que as esmolos em generos recebidas pelos jesuitas eram poucas, embora essa escassêz de esmolos possa em parte ser attribuida à obstinada retenção delas por parte dos colonos recalitrantes (64). A explicação do pequeno suprimento de alimentos reside, provavelmente, na tendencia do sistema do escambo para se tornar progressivamente insatisfatório. Mais ainda, a decadencia do escambo deveria atingir especialmente o suprimento de víveres, si os colonos estivessem confiados no escambo para obter generos de alimentação dos índios no mercado indígena.

(63) *Ibid.*, pags. 1-52, *passim*; Anchieta, pags. 314-317; CA, pags. 62, 65-67, 69, 139.

(64) Nobrega, pags. 134, 139, 141, 171-172.

Nobrega, vendo a dependencia em que estavam os portuguezes em relação aos indios, para obter alimento, e sempre tendo em vista a catequese, sugeriu um compromisso. Os indios livres da Bahia estavam então divididos, por um lado, numa minoria de cristãos e catecumenos, e, por outro, uma maioria de pagãos. A sugestão de Nóbrega era que os portuguezes só fossem autorizados a tratar com os convertidos e os catecumenos. Ao ver que o paganismo significava exclusão do escambo e que a cristandade significava quinquilharias e ferramentas, os pagãos tratariam de converter-se afim de se tornarem ao mesmo tempo cristãos e permutadores de mercadorias. Como estava, os portuguezes só poderiam enfrentar os maus costumes dos pagãos refratarios vencendo-os pela força. Agir desse modo, dizia Nobrega, seria convidar a escassês de comida e até uma possivel inanição (65). Dessa afirmação decorre que o escambo era essencial aos portuguezes e pelo menos ocasionalmente, fortemente desejado pelos indios. Si os indios estavam fartos de coisas portuguezas, seu interesse pelo escambo era indubitavelmente fraco, mas quando essas coisas estragavam-se ou se consumiam, seu interesse revivia. Mas ainda dis-

(65) "Para mim tenho por averiguado que, si vierem moradores, que este Gentio se senhoreará facilmente, e serão todos christãos, si vindo elles se defender resgatar com os Gentios, permitindo-se somente resgatar com os Christãos e cathecumenos, que viverem apartados dos outros, debaixo da obediencia de um pae que os reja, e de um Padre nosso que os doutrine, e desta opinião acho cá a todos os que da terra mais sabem, proque gente que não tem Deus, por quem morram, e tem tanta necessidade de resgate, sem o qual não terão vida, ainda que muito a salvo nos pudessem botar da terra, não lhes convinha, e si os obrigarem a serem christãos para poderem resgatar facilmente o farã, e já agora o fariam, si lh'o defendessem; e, porem, a necessidade que temos delles e de seus serviços e mantimentos o não permite, e si vierem moradores, que rompam a terra, escusarse-ha o trato

punham os índios da liberdade de prover os portugueses dos alimentos necessários à vida ou recusar-se a prove-los. E essa independência dos índios tornou o sistema do escambo progressivamente indesejável à medida que a população aumentava, nos estabelecimentos ao longo da costa.

com elles, e a terra do todo se assegurará." Nobrega, p. 135-136 (Bahia, 1552).

Cf. Nobrega, *in Nov. C. Jes.*, p. 43 (15 de julho de 1553) especialmente p. 49, descrevendo uma *casa* em São Vicente: "Este [Mateus Nogueira] mantém êstes meninos como seu trabalho, porque faz algum resgate com o qual compram mantimento. Esta terra é muito pobre e não se pode conversar este gentio sem anzois e facas para os melhor atrair."

CAPITULO V

O GOVERNO REAL

DUARTE DA COSTA, MEM DE SÁ
E OS JESUITAS

D ESEMBARCANDO na Bahia em 1553, precisamente quando o sistema de escambo enfraquecia, Duarte da Costa pouco fez para sustenta-lo e muito para destrui-lo. Ele não tinha o ideal de Tomé de Sousa na conciliação dos indigenas e no faze-los viver em paz com os portuguezes. Desprezou precisamente as pessoas, dentre os portuguezes, que mais desejaram uma vida ordeira e hostilizou o recém-chegado Bispo do Brasil e os jesuitas. Envolvendo-se numa contenda com o Bispo, pensou obter o apoio de alguns colonos aquiescendo em que eles levassem a efeito incursões indiscriminadas para a caça de escravos afim de obter braços para a lavoura. Em pouco tempo já se tornára incapaz de controlar os colonos, que se tornaram por demais independentes de sua autoridade. O relaxamento do seu governo finalmente levou a lutas portuguezes entre si e estes com os indigenas, tornando a desordem um lugar-comum na Bahia. Por toda parte, no Brasil, sua autoridade era desrespeitada. O perigo das guerras entre indios que irromperam em muitos lugares, agravou-se com o desembarque dos francezes no Rio de Janeiro. Antes de terminado o seu prazo de governo, já os funcionarios municipais da Bahia escreviam ao Rei queixando-se e lamentando-se de como eram dife-

rentes as coisas desde aqueles bons dias de outrora, os dias de Tomé de Sousa (1).

A debilidade do sistema de escambo como processo de suprimento de víveres para a cidade levou alguns portugueses da Bahia a procurar um suprimento de víveres que não estivesse controlado pelos índios livres. A solução foi o uso do braço escravo para produzir generos em roças. Um exame retrospectivo referente a uma data posterior, indica como foi encontrada essa solução. O colono recém-chegado que pudesse ter alguma terra e quatro ou cinco escravos poderia viver melhor do que em Portugal. Seus escravos, índios da terra, poderiam, com seu trabalho na roça, e a caça e pesca que fizessem, alimentar não só a ele como a si mesmos (2). Mas por

(1) Varnhagen assim começa seu exame do governo de Duarte da Costa: "...voltemos a tratar de D. Duarte e do seu governo, contra o qual tudo se conspirava. E' possível que D. Duarte chegasse ao Brasil animado de muitos bons desejos; mas do seu governo não o podemos nos deduzir." (*Historia geral*, I, 345.) Fleiuss traça uma sumula do seu governo, do ponto de vista da historia administrativa: "De facto, d. Duarte da Costa ... havia se revelado o typo de mau administrador. Por seu caracter impulsivo e auctoritario começara por indispor-se logo com os Jesuítas e o nosso primeiro Bispo, cuja obra espiritual de catechese e de paz com o gentio desconheceu e destruiu por completo, dando braço forte aos desatinos do filho e acabando por entregar o paiz inerme á sanha dos Índios revoltados e dos piratas franceses que, desde 10 de novembro de 1555, se tinham estabelecido e fortificado no Rio de Janeiro, alliados aos Tamoios, e onde se conservaram impavidos até Duarte da Costa deixar o governo em 1558" (*Historia administrativa*, p. 25). Cf. cartas do Bispo de São Salvador a D. João III, 11 de abril de 1554, *HCP*, III, 368-369; dos funcionarios da Camara de São Salvador ao mesmo, 15 de dezembro de 1556, *HCP*, III, 381; e cartas de D. Duarte da Costa a D. João III, em 8 de abril e 20 de maio de 1555, *HCP*, III, 373, 375-76. Para sua disputa com o Bispo, veja-se Varnhagen, *Historia geral*, I, 345-349.

(2) Pero de Magalhães Gandavo, *Tratado da terra do Brasil e historia da Provincia de Santa Cruz*, p. 40.

poucos que fossem, esses escravos assim utilizados podiam produzir mais generos do que o necessario ao sustento da casa; e assim, do simples sustento de si mesmos os colonos passaram a vender o excedente. Esse supriemento de generos não seria novidade, pois Tomé de Sousa adquiriu farinha de um colono portuguez no interior da baía (3). Os colonos venderam o produto de suas roças a outros colonos e chegaram a permuta-lo por productos que necessitavam de Portugal (4). Essa produção de generos alimenticios pode ter levado à espécie de estabelecimento que um certo João Nogueira possuiu na Bahia, pela altura de 1580. Ele foi proprietario de uma grande ilha na baía, pobre demais para a cultura da cana; e nela os rios eram pequenos demais para tocar engenhos. Na terra, que ele arrendára a seis ou sete lavradores, não só teve "roças de mantimentos" como porcos e rebanhos de gado (5).

A exploração comercial das raças começou a tornar indispensaveis como produtores de mantimentos, os indios livres. Tambem tornou a liberdade dos indios mais precária, pois os portuguezes, agora, iriam começar a exigir escravos para trabalhar nas suas roças e fazendas. Mais ainda, si ambas — roças e fazendas — agiam agora contra a liberdade pessoal dos indios, trabalhavam tambem contra a continuação da posse da terra, pelos indios, nas proximidades dos estabelecimentos portuguezes. Alguns colonos começaram a cogitar da tomada das roças existentes, em mãos dos indios livres, afim de exploralas com seus proprios escravos, enquanto os fazendeiros, mais interessados na plantaçào de cana de assucar, pas-

(3) Veja acima, nota 19.

(4) Gandavo, pags. 38-39, 40.

(5) Soares, *Tratado*, p. 148. Em outro ponto da baía, a ilha Cajaíba era ocupada por dez ou doze lavouras de cana e "roças de mantimentos". *Ibid.*, p. 160.

savam a considerar as roças dos índios um obstáculo ao desenvolvimento extensivo de suas fazendas. Esses elementos de perigo para os índios precipitaram-se, na região da Bahia, numa breve guerra, em 1555. Os portugueses de um engenho distante estenderam suas lavouras de cana até chegar às roças dos índios livres. Então, como até essas roças estivessem sendo tomadas, os índios atacaram o engenho, na primavera de 1555. Segundo foi relatado a Duarte da Costa, que o comunicou ao Rei, o caso era que os indígenas lançaram-se sobre o engenho, “dizendo que a terra lhes pertencia e aos portugueses que saíssem do engenho”. O ataque foi de curta duração, a despeito da energia com que foi iniciado, e não tardaram os índios a serem expulsos pelas tropas mandadas da cidade (6). Concedendo a paz para dar fim à luta, o governador aumentou ao mesmo tempo o número de escravos dos colonos e os mantimentos da cidade. Queimou as aldeias dos atacantes e escravizou, como vítimas de “guerra justa”, os índios sobreviventes. Os que puderam internaram-se na floresta para fugir à sua perseguição. Depois, embora os portugueses soubessem que apenas alguns dentre os índios se tivessem levantado em armas e outros se houvessem mantido inteiramente à margem da luta, ele aceitou, de todas as aldeias indígenas disseminadas pela região da Bahia, indenização em escravos, gado e outros produtos (7).

Os índios livres então vencidos não quebraram o tratado feito pelo governador, mas viveram numa paz desgraçada e contrafeita. A resistência aos portugueses era coisa, para eles, fóra de suas possibilidades e apenas fizeram quanto podiam para evitar que recaísse sobre eles a fúria dos colonos. Não só mandaram pedir à cidade a

(6) Duarte da Costa a D. João III, 10 de junho de 1555, *HCP*, III, 377.

(7) *Ibid.*, p. 378.

palavra destinada a lhes dar a certeza de que não haviam participado na luta e não deviam ser atacados; temerosos e apavorados, também ofereceram vigiar e proteger os campos dos portugueses contra outros índios (8). Mas até essa submissão não foi suficiente. Os portugueses, com suas forças superiores, continuaram a agarrá-los e a tomar-lhes as roças (9). Mais ainda, alguns colonos consideraram-se justificados pelo fato do rito antropofágico ter revivido entre alguns indígenas, em consequência de guerras entre tribus (10).

Durante esses tempos perturbadores, os jesuítas tinham menos a ver com a manutenção do sistema de escambo do que com a defesa dos índios como sujeitos à conversão. Eles viram com alarma a recrudescência da antropofagia, pois essa prática era aquela contra a qual eles haviam pregado com maior veemência (11). Viram também, consternados, a contínua usurpação de terras pelos portugueses (12). O de que necessitavam era um método de superintender os índios que não só expandisse a fé e combatesse as práticas pagãs mas também defendesse as vidas e a liberdade dos índios e os preservasse da contaminação espiritual dos colonos. Não havia controle possível se os índios, sob os assaltos dos colonos, andassem abandonando suas aldeias e dispersando-se pelas florestas. Para manter o indígena em torno da Bahia, a despeito dos colonos, e ali mantê-los como cristãos, começaram os jesuítas a experimentar com um sistema de paróquias índias. Até então, eles haviam ido aos índios

(8) *Ibid.*

(9) *Ibid.*, CA, p. 171; Nobrega, p. 161, até 1557.

(10) CA, p. 171; Nobrega, p. 161, até 1557.

(11) Começando com a carta de Nobrega, em 10 de agosto de 1549, as cartas dos jesuítas estão repletas de referências a esse costume indígena. Nobrega, pags. 90-91.

(12) Nobrega, p. 161; CA, p. 180.

à medida que os encontravam e andavam a ensinar e pregar de aldeia em aldeia. Agora começavam a reunir os convertidos das aldeias por toda a Bahia em tres *igrejas* (13). Em fins de 1557, os indios dessas paróquias foram removidos para duas outras, novas, expressamente situadas perto da cidade: São Sebastião, junto à cidade, e Nossa Senhora, no Rio Vermelho. O trabalho de conversão devia continuar mesmo fóra dessas paróquias e a vida, dentro delas, destinava-se a ser uma incitação para que o gentio abraçasse o cristianismo. Nessa tentativa os jesuitas tinham o incerto apoio de Duarte da Costa (14). Interessado principalmente na antropofagia, ele percebeu a vantagem de tranquilizar os indigenas e deu ajuda aos jesuitas em suas incursões entre o gentio. No entanto, não conciliou os indios nem os protegeu contra os colonos. Convocou os *principais* indios para ordenalhes que desistissem de sua prática abominavel, ameaçou-os com a morte ou expulsão de suas terras si desobedecessem as suas ordens (15).

O efeito do escambo nos disturbios continuos, evidencia-se numa espécie de grêve da fome efetuada em 1557. Para obter mantimentos dos indios livres, os portuguezes já então usavam ameaças em vez de mercadorias em troca. Na quaresma desse ano, os indios da região simplesmente recusaram-se a plantar qualquer cereal para a colheita seguinte. Não viam razão para lançar sementes numa terra que os colonos ameaçavam arrebatá-lhes. E' então que se pôde bem verificar quanto os colonos dependiam do alimento fornecido pelos indios livres, pois começou a escassês de mantimentos na Bahia.

(13) O termo *igreja*, no sentido em que o usavam os jesuitas, equivale ao que se pôde chamar paróquia.

(14) Nobrega, pags. 202-203.

(15) CA, p. 171.

Os indigenas possuíam ainda suficiente alimento armazenado para seu proprio consumo. Quando se exgotaram essas reservas ocultas, tambem os indios curtiram fome (16). Em face de uma completa quebra do sistema de escambo, não tardaram os portuguezes em encontrar outro meio de obter mantimentos. Invadiram as comunidades indigenas e tomaram dos indios as suas roças. Por ameaças e trapaças afugentaram os indios (17), e bem se pôde imaginar desde logo mandaram escravos a trabalhar no seu lugar. Nem assim obtiveram comida suficiente. A perturbação entre os indios tornou perigosa a vida para os portuguezes, à exceção das terras imediatamente proximas à cidade (18). À mingua de escravos para seu trabalho, estavam ansiosos, em estado de necessidade e descontentes. Entre os portuguezes só os jesuitas continuavam seu trabalho junto aos indigenas cristãos. Converteram alguns mais e, mantendo suas *igrejas*, atraíram

(16) Nobrega, p. 161.

(17) *Ibid.*, p. 172; *CA*, p. 180. A perturbação não cessou nesse ponto. Em começos de 1558, continuava ainda a escassê de víveres na Bahia, não por causa de mau tempo ou falta de terras, de acordo com Nobrega, mas pela falta de gente que cuidasse das terras. Nobrega, in *Nov. C. Jes.*, p. 79, 8 de maio de 1558.

(18) Mem de Sá contou que ao desembarcar na Bahia, em 1557, encontrou "toda a terra de guerra sem os homens ouzarem fazer suas fazendas senão ao redor da cidade..." "Instrumentos dos serviços de Mem de Sá", publicado in "*Documentos de Mem de Sá*", *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, XXVII (1905), p. 131; doravante mencionados como "*Instrumento*". Esse documento é um registro dos seus serviços levantado por Mem de Sá e testemunhado e corroborado por varios cidadãos da Bahia. Ele o apresentou ao Rei como base pela recompensa que reclamava. Em relação aos disturbios na Bahia, cf. *CA*, p. 185 e Nobrega, in *Nov. C. Jes.*, p. 76 (8 de maio de 1558).

para elas, a despeito dos ataques dos colonos, seus novos comungantes e catecumenos (19).

Quando Mem de Sá chegou como governador, em fins de 1557 (20), não encontrou apenas as pertur-

(19) Anchieta, p. 350; *CA*, pags. 181, 182, 183. E' interessante notar que a *Camara* da Bahia estudava a adoção do *repartimiento* de índios, segundo o modelo do Perú e das Antilhas (*). Mem de Sá recusou apoio a esse projeto, fundado em que os portugueses não mereciam seus benefícios. Nobrega propoz esse *repartimiento* dos serviços dos índios incorrigíveis (Nobrega, in *Nov. C. Jes.*, pags. 77, 81-82, de 8 de maio de 1558), embora também ele pensasse muitos portugueses como senhores indesejáveis.

(20) Deixou Lisboa em fins de abril de 1557, e levou oito mezes no mar. "*Instrumento*", p. 120, cf. Nobrega, p. 178, nota 66.

(*) Para uma idéia clara do que vem a ser o *repartimiento*, segundo o modelo adotado no Perú e nas Antilhas, e considerado pela *Camara* da Bahia e pelos jesuítas, adotamos a excelente definição do livro classico de Lorin & Capitan, segundo a qual o *repartimiento* é "a atribuição de lotes de índios, em plena propriedade, a individuos privilegiados que deles podem dispor á vontade". (Lorin & Capitan, *Le travail en Amérique avant et après Colomb*, p. 316, Hist. Univ. du Travail, Paris, Alcan, 1914).

Os primeiros beneficiarios foram os chefes militares da conquista espanhola. Mais tarde, até os grandes de Espanha recebiam índios em *encomienda*, alugando-os então a fazendeiros da colonia, pois que nunca vinham a essas inhospitas terras da America. Os abusos cometidos chegaram a ponto de levantar contra eles a voz de frei Bartolomé de Las Casas, que, feito "protetor dos índios", denunciou em livro famoso a verdadeira natureza do *repartimiento*, até então disfarçado em medida destinada a facilitar a conversão ao cristianismo desses índios idolatras, que, entregues aos cuidados de um senhor branco e espanhol, teriam quem cuidasse de sua salvação espiritual... Las Casas denunciou com tamanho escandalo os resultados dos *repartimientos* que a propria coroa espanhola realizou um simulacro de inquérito. As proprias ordens religiosas dividiram-se, em face do problema. Os dominicanos (aos quais pertencia Las Casas), combatiam, enquanto os franciscanos protegiam os *repartimientos*. O resultado do inquerito, levado avante pelos membros de uma terceira congregação religiosa, foi a recomendação para que se adotasse pequenas modificações no regime de escravidão imposto aos índios, sem no entanto, de nenhum modo, procurar abolí-la. Las Casas tentou então uma experiencia, por conta propria, de uma colonização autonoma, e malogrou, recolhendo-se a um convento na Espanha e em 1542 produziu a mais eloquente acusação aos massacradores de índios.

A Companhia de Jesus, fundada na Espanha mezes depois do inquérito provocado pelo dominicano Las Casas sobre os *repartimientos*, possuía portanto essa experiencia, ao recomendar a adoção de sistema identico para o Brasil. (N. d. T.).

bações na Bahia, que se acaba de descrever, mas também outras disseminadas pelo litoral brasileiro. Seu trabalho, portanto, dividiu-se em duas partes. Uma, a restauração da autoridade do governador na capital e em torno da Bahia. Outra, a defesa dos estabelecimentos portugueses, fóra da Bahia, contra os francezes e os índios hostís que, nucleados no Rio de Janeiro, começavam a se levantar ao norte e ao sul, ao longo da costa. Ainda que as duas fases do seu trabalho, na maior parte, fossem concomitantes, a pacificação da Bahia antecedeu, pois não poderia marchar contra os francezes antes que sua posição na capital não estivesse consolidada. O papel desempenhado, nessa consolidação, pelas suas relações com os índios, será discutido aqui, em detalhe, da sua chegada até o fim, em 1563. Um exame do seu trabalho fóra da Bahia, a despeito do já mencionado paralelismo, será relegado para o fim do capítulo.

O primeiro trabalho de Mem de Sá na Bahia foi compelir os colonos e os índios a obedecer à sua autoridade. Proibiu o jogo (21), pratica que levava a que-relas e corrompia a moral; desencadeou longos e vexatórios processos que geraram má vontade em toda a cidade (22), e poz a trabalhar os vagabundos e os indolentes (23). Depois, lançando para fóra da cidade o seu olhar, puniu os colonos que andavam ilicitamente entre os índios (24). Para fazer cessar as lutas esporádicas entre os índios, derrotou-os numa guerra violenta e curta, celebrou a paz e arranjou-lhes o governo. Tinha à mão, nas paróquias jesuíticas, os meios de controlar os índios cristãos. Ordenou então aos índios vencidos que se tor-

(21) "Instrumento", p. 130.

(22) *CA*, p. 188.

(23) *Ibid.*; Nobrega, pags. 203-204.

(24) *Ibid.*

nassem cristãos e se agrupassem em algumas grandes aldeias sob a direção dos jesuitas (25). Prevendo que iria necessitar de índios aliados em sua projetada guerra contra os outros índios e contra os francezes, apoiou os jesuitas ao ver com que sucesso eles obtinham ao fazerem os índios cristãos amigos seus e do governo (26).

Com Mem de Sá à frente do governo, os jesuitas na Bahia entregaram-se ao plano de proteger os índios cristãos livres e manter o sistema de escambo. Entre 1557 e 1562 agruparam em onze paróquias um total por eles mesmos avaliado em trinta e quatro mil índios (27). Exi-

(25) "Instrumento", pags. 131-132; Nobrega, in *Nov. C. Jes.*, p. 80 (8 de maio de 1558).

(26) *Ibid.*, p. 226.

(27) A seguinte lista de paróquias foi organizada principalmente pelas informações que sobre elas constam em Anchieta e *CA*. Os algarismos, sejam os de distancia e os de população, baseiam-se na estimativa dos jesuitas. Para referencias mais especificadas, veja-se adiante, notas 30 a 47.

| Data | ALDEAMENTO | LOCAL | N. de Índios |
|------|--------------------------|--|--------------------|
| 1557 | S. Sebastião | perto desta cidade | — |
| | Nossa Senhora | Rio Vermelho (1-½ léguas da Bahia) | — |
| 1557 | São Paulo (ex-N. S.) | 1 légua da Bahia | 2.000 |
| | Santiago (ex-S. Seb.) | Pirajá (3 léguas da Bahia) | 4.000 |
| | São João | 1 légua de Santiago (4 da Bahia) | despovoado |
| | Espírito Santo | Rio de Joane (5 léguas da Bahia) | 4.000 |
| 1560 | S. Antonio | Rembé (9 léguas da Bahia) | mais de 2.000 |
| 1561 | São João (re-estab.) . | 6 léguas da Bahia | 4.000 |
| | S. Cruz | ilha de Itaparica (3 léguas da Bahia) | — |
| | | <i>Total (Queresma de 1561)</i> | 16.000 |
| 1561 | Bom Jesus | Tutuapara (12 léguas da Bahia) | 4.000 |
| | S. Pedro | 10 léguas além de Bom Jesus | } 8.000 as duas |
| | S. André | 10 léguas além de S. Pedro (30 léguas da Bahia) | |
| | S. Miguel | Taperaguá | |
| | N. S. d'Assumpção . | Tapepigtinga | 4.000 |
| 1562 | 11 parishes | TOTAL | 34.000 |

biram ao gentio livre as vantagens da vida nas reduções. Embora alguns colonos ainda atacassem as próprias paróquias, o grosso desse ataque recaiu nos pagãos (28). Como cristãos paroquianos, os indígenas gozariam de proteção dos portugueses e o suprimento de víveres assegurado e as experiências religiosas que eles ambicionavam (29). Quando os aldeamentos estavam bem estabelecidos, então estariam também aptos a fazer o escambo com os portugueses, sob a direção dos jesuitas.

Como se viu, os jesuitas haviam criado dois aldeamentos durante o governo de Duarte da Costa; um, São Sebastião, junto à cidade (30), e o outro, Nossa Senhora, no Rio Vermelho, uma e meia léguas distante da cidade (31). Por ordem de Mem de Sá, a população de Nossa Senhora e a de algumas outras aldeias próximas à cidade foram todas reunidas sob a denominação de São Paulo (32). São Sebastião foi aumentado, por um acréscimo semelhante, de pequenas aldeias, sob a denominação de Santiago (33). Pelo mesmo método de aglomeração, surgiu o aldeamento de São João, uma légua além de

Serafim Leite divide a formação de aldeamentos em quatro fases: "1556, mais à título de ensaio; a de 1558-59, sólida e pro-netedora; a de 1560-61, intensiva mas sem condições estaveis; e a reconstituição definitiva, depois de epidemia e fome de 1563-1564." Leite, *Historia da Companhia*, II, 59.

(28) Nobrega, pags. 205-206, 209.

(29) O ponto de vista de Serafim Leite consubstancia-se nestas palavras: "O aldeamento dos índios obedeceu a um pensamento de catequese: facilitar e garantir o bom exito dela, tudo vem estudado para fixar caçadores e pescadores andarilhos". Leite, *Historia da Companhia*, II, 42.

(30) Anchieta, p. 350.

(31) *Ibid.*; CA, pags. 158, 170.

(32) Anchieta, pags. 350, 353; CA, pags. 200-201, 231 nota 133, 225, 258-259; Nobrega, in *Nov. C. Jes.*, pags. 86-87.

(33) Anchieta, p. 350; CA, pags. 183, 31 nota 133, 26.

Santiago (34) e o do Espirito Santo foi fixado no rio Joano (35). No Domingo de Ramos de 1560, os indios desertaram São João (36). Durante a quaresma de 1561, foi o aldeamento refundido, a seis léguas da Bahia (37). Ao mesmo tempo o aldeamento de Santa Cruz foi levantado numa das ilhas da baía (38). Em junho, em Tutuapara, a doze léguas da Bahia, denominando-se Bom Jesus (39). Dez léguas adiante de Bom Jesus, o de São Pedro (40) e vinte léguas além de Bom Jesus, outro ainda, o de Santo André, foi projetado e depois ocupado (41). Em 1562 mais dois aldeamentos foram acrescentados, São Miguel, em Taperanguá (42) e Nossa Senhora da Assunção, em Tapepigtinga (43). Em 1562, tinham os jesuitas, portanto, onze aldeamentos, oito dentro do termo da Bahia e tres fóra, com cerca de trinta e quatro mil indios sob sua direção (44).

No funcionamento, um aldeamento era muito semelhante aos outros. O governador permitia a cada aldeamento escolher seus funcionarios municipais dentre seus membros e copiar muitas das fórmulas do governo munic-

(34) Anchieta, p. 50.

(35) Anchieta, p. 350; *CA*, pags. 231 nota 133, 225, 264-265.

(36) *CA*, p. 265.

(37) Anchieta, pags. 352-353; *CA*, p. 300, que diz ser a distancia de sete ou oito léguas.

(38) Anchieta, pags. 352, 387, nota 472; *CA*, pags. 306, 328.

(39) Anchieta, pags. 353, 397, nota 473; *CA*, pags. 233 nota 136, 296, 315-316.

(40) Anchieta, pags. 354, 387 nota 475; *CA*, p. 233 nota 136.

(41) Anchieta, pags. 354, 387, nota 476; *CA*, p. 348, que diz ser a distancia de oito léguas de São Pedro.

(42) Anchieta, pags. 354, 388 nota 478.

(43) Anchieta, pags. 354, 388 nota 479; *CA*, p. 325.

(44) Anchieta, p. 354.

pal dos portuguezes (45). Então os jesuitas tomaram a si a vida religiosa e economica do aldeamento. Introduzindo uma disciplina de horario na vida dos indigenas que antes apenas mediam o tempo pelas estações do ano, faziam agora da agricultura e da prática religiosa os dois centros do aldeamento. A instrução religiosa, a principio razão suficiente para a fundação dos aldeamentos, era agora acomodada à rotina do trabalho agricola. Pela madrugada, o toque de um sino chamava as jovens solteiras, assim como as casadas. Quando terminava sua instrução religiosa, eram mandadas para o trabalho e para ficar a tecer roupas. A seguir eram reunidos e recebiam os meninos de escola, por duas horas ou mais, instrução de leitura, escrita e doutrina religiosa. Finda sua vez, tambem eles eram mandados a pescar e caçar para prover de mantimentos a comunidade. Durante o dia e até o anoitecer, os adultos restantes eram convocados, ao toque do sino. Recebiam instrução a essa hora do dia porque ensinar-lhes antes perturbaria seu trabalho nas roças (46).

(45) “Não escrevi a vosa alteza particularmente as diligencias que aviam de fazer os homens que mandava pedir para vilas que fazia do gentio por serem muitas agora por menos despesa e pela necessidade que avia deles ordenei de fazer hum meirinho dos do gentio em cada vila por que folgam eles muito co estas onrras e contentasse com pouco com os vestirem cadanno e as mulheres huma camisa dalgodam bastara e isto deve vosa alteza mandar que lhe dem.

“Tambem mandei fazer tronco em cada vila e pelourinho por lhes mostrar que tem tudo o que os cristãos tem e para o meirinho meter os moços no tronco quando fogem da escola e para outros casos leves com autoridade (*de*) quem os ensina e resida na vila (*eles*) são muito contentes e recebem melhor o castigo que nos.” Mem de Sá a D. Sebastião, 31 de março de 1560, *Documentos de Mem de Sá*, p. 228.

(46) Das numerosas referencias à vida nos aldeamentos, nas cartas jesuiticas, talvez a melhor seja uma de Rui Pereira, escrevendo da Bahia em 1560: “A ordem da doutrina é esta na

Pelo fato de serem executados através da supervisão dos jesuitas, nos aldeamentos, não se deve inferir que os métodos agrícolas dos índios fossem adiantados. Certamente não ha prova direta de que nesses primeiros tempos os jesuitas não tenham introduzido o uso de novas ferramentas pelos índios. Mas não resta duvida que permanece a suspeita de que algumas modificações, alguns progressos no método, tiveram lugar, pois que se conhecem mudanças em outros detalhes da vida do índio. Nos proprios aldeamentos, os indígenas aprenderam a fiar e tecer suas roupas sob a direção dos jesuitas. O montante de sua produção não era grande, mas começava a ser suficiente para vestir a gente do aldeamento (47). Quanto à produção de mantimentos, pode-se argumentar que um amplo suprimento de generos reflete métodos adiantados, mas isso não é certo. Embora seja verdade, de acordo com um visitante em 1587, parece que nunca

egreja: em amanhecendo tangerem todos os dias, vem as moças solteiras, posto que muitas casadas vem com ellas, sem as constringerem; acabada sua doutrina, vem os moços da escola, aonde estão em ler e escrever e doutrina duas horas pouco mais ou menos, e as moças com as mais mulheres se vão depois de sua doutrina a fazer os seus serviços, e a fiar para terem panno com que se cubram, das quaes muitas andam já cobertas. E os moços acabada a escola, se vão a pescar pera se manterem, porque é esta gente tão pouco solícito do crastino, que o dia que o não caçam não o tem ordinariamente. A tarde, antes do sol posto, porque os homens e mulheres já tem vindo de seus trabalhos ou pescaria, tangerem-lhes e vem á doutrina os que no lugar se acham, posto que nisto não punhamos rigor, antes vem os que querem, e com elles vem tambem as moças por sua vontade á doutrina. Esta divisão se fez porque os grandes estivessem pola menhã mais desocupados pera seus trabalhos (os quaes são até o meio-dia, uma ou duas horas depois); é porque como são mais rudes, se tratasse com elles mais em especial." *CA*, p. 261.

(47) *CA*, p. 261.

escassearam mantimentos nos aldeamentos (48), e deve também ser notado que alguns índios já andavam produzindo mantimentos em abundância muito antes do estabelecimento das reduções jesuíticas (49). É difícil dizer si o grande suprimento de víveres nos aldeamentos veio do progresso nos métodos de lavoura ou simplesmente do fato dos jesuitas terem mantido os índios persistentemente no trabalho. A imprevidência e indolência dos indígenas sempre foram notadas pelos jesuitas, que trabalharam para suprimi-las. Assim, pôde ser que a disciplina seja, por si só, uma explicação suficiente (50).

Não ha provas concretas acerca do momento exato em que o uso do escambo aumentou, entre os índios aldeados, fornecedores, e os portugueses. Ao mesmo tempo, esse aumento parece bastante menor depois da instalação dos aldeamentos, em vista das provas diretas que descrevem o escambo pelos nativos antes e depois do período de 1557-1562. Essa apparencia é reforçada, quando se examina a politica de Nobrega, juntamente com sua pratica e a dos seus sucessores, ao escolher locais para os aldeamentos. Recorde-se que Nobrega, sabedor da atração exercida pelos artigos portuguezes sobre os índios, suggerira ao Rei que só fossem autorizados a permutar com os índios livres cristãos. Limitando os meios de obter artigos portuguezes, pensou estimular os pagãos a adotar o cristianismo. Ao estudar a localização dos aldeamentos, deve-se lembrar que a politica consequente dos jesuitas foi a de segregar dos colonos os índios cris-

(48) Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, edição organizada por Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia (Rio, 1935), p. 294.

(49) *CA*, pags. 119, 123, 266.

(50) Parece ter sido esse o caso durante um exemplo de escassês de víveres na Bahia, em 1559, quando o collegio permaneceu bem provido. Nobrega in *Nov. C. Jes.*, pags. 89-90, 30 de julho de 1559.

tãos, afim de evitar que se corrompessem uns aos outros. Essa pratica indica que os aldeamentos deviam estar situados em locais mais ou menos inacessiveis aos colonos, quando na realidade eles se colocavam onde fosse facil a comunicação com a cidade (51). Todos os mencionados estavam ligados à cidade por caminhos — não esplendidas estradas, mas veredas transitaveis através da floresta (52). Alguns aldeamentos, proximos de cursos d'agua, eram mais facilmente atingiveis, em virtude do transporte por agua. As sédes dos quatro primeiros aldeamentos (São Paulo, Santiago, São João e Espirito Santo), escolhidos de acordo com a conveniencia dos indios, seu cultivo e suas pescarias, eram na praia (53). Bom Jesus tambem ficava à beiramar, em Tutuapara (54), a região da qual Tomé de Sousa importára farinha. Santa Cruz era na ilha de Itaparica, dentro da baía (55), e São Miguel na ilha de Tinharé, ao largo, ao sul da Bahia (56). Em resumo, mau grado o desejo dos jesuitas em segrega-los, quasi todos os aldeamentos situavam-se perto da cidade, onde os caminhos, as embarcações e facilidades de transporte poderiam estimular a permuta de mercadorias.

Mas descrever os aldeamentos, tal como trabalhavam em 1562, não significa que eles produzissem todos os mantimentos da Bahia. Outros grupos de agricultores

(51) Veja-se acima, nota 27.

(52) A despeito das muitas queixas dos jesuitas contra o estado dos caminhos não ha prova de que os indios os considerassem dificeis ou intransitaveis. Cf., para prova do estado dos caminhos, CA, pags. 165, 311, 321, 315. Mas estradas más não eram obstaculo para os peregrinos portuguezes que foram a uma celebração religiosa em São Paulo, fóra da Bahia, *ibid.*, pags. 418-419.

(53) Anchieta, pags. 350-351, 352-353.

(54) *Ibid.*, p. 353.

(55) *Ibid.*, p. 352.

(56) *Ibid.*, p. 354.

tambem andavam a produzir generos. Os colonos que vendiam generos de roças cultivadas pelo trabalho escravo ainda existiam e é de presumir que estivessem desenvolvendo suas propriedades. Os indios livres, ainda pagãos e fóra dos aldeamentos, com toda certeza cultivavam ainda roças identicas àquelas que lhes haviam sido pilhadas pelos colonos. A despeito do carater insatisfatório do escambo, não ha duvida que eles ainda levavam mantimentos ao mercado semanal, na cidade. A possibilidade de concorrência por outros lavrados portanto, deve ser considerada quando se avalia a importancia dos aldeamentos como produtores de mantimentos.

A proteção dos indios livres e a tentativa para garantir-lhes ao mesmo tempo a liberdade e uma participação na vida economica da Bahia, sofreram severa redução nos anos de 1562 e 1563. Até 1562, Mem de Sá fóra bem sucedido (assim o proclamou, e o mesmo disseram os jesuitas), no garantir a paz e a prosperidade à Bahia. "A necessidade que havia de indios" (57) levara-o a concilia-los e a ajudar os jesuitas a converte-los. Aqueles que se tornaram cristãos eram seus fiéis aliados, mesmo quando ele lutava contra os outros indios, os pagãos, em torno da Baía. Tanta confiança tinha ele na fidelidade dos indios que chegou a tomar por aliados dois mil deles tendo apenas trescentos portuguezes para domina-los e encabeçar a luta (58). Esses aliados acompanhavam-no quando em 1560 ele foi expulsar do Rio de Janeiro os francezes e seus aliados indios (59). Mas a pacificação dos indios não foi a unica de suas realizações.

(57) Mem de Sá a D. Sebastião, 31 de março de 1560, *Documentos de Mem de Sá*, p. 228.

(58) "Instrumento", pags. 133-134.

(59) Mem de Sá a D. Sebastião, 21 de março de 1560, *Documentos de Mem de Sá*, p. 226. Cf. Anchieta, pags. 157-160, para a utilização desses aliados no Rio.

Nos momentos mais favoráveis do seu governo, estimulou os colonos a formar algodoais e expandir suas fazendas (60), e construir um engenho de cana para uso deles (61). A receita da região, reflexo do comércio de açúcar, caiu muito baixo, com Duarte da Costa. Com Mem de Sá, era medida em milhares de cruzados (62).

Os tempos de paz, no entanto, nada mais eram que um prelúdio da extinção da grande parte da população indígena, parte pela guerra e pelas lutas com os colonos, parte por doença. A expansão das fazendas forçava os colonos a procurar mais braços. Precisavam de mais do que possuíam, não puderam ou não quiseram suprir essa deficiência pela importação de escravos negros da África (63). Por isto, com ou sem ou contra o governador, os fazendeiros começavam, uma vez mais, a procurar entre os indígenas os braços de que precisavam. Talvez movido pela necessidade de assegurar em suas mãos o controle do comércio de escravos, conservando-o fóra das mãos dos colonos, e tendo em mente seu direito de escravizar as vítimas de "guerra justa", Mem de Sá meteu-se, em 1562, em guerra contra os índios caetés. A tribo dos Caetés, vivendo ao norte da cidade, no rio São Francisco, fôra hostil aos portugueses. Eram pagãos, e mais ainda, haviam trucidado o primeiro bispo do Brasil, em 1556 (64). Combinando então a possibilidade da escravização

(60) Testemunho de Sebastião Alvares, "Instrumento", p. 149.

(61) *Ibid.*, p. 132. Cf. Nobrega, p. 204.

(62) "Instrumento", p. 132.

(63) A grande importação de escravos negros no Brasil efetuou-se depois de 1570. Ainda assim, não eram numerosos, na Bahia, na década de 1580, pois Cardim avaliava-os em tres a quatro mil. Veja adiante, pag. 178.

(64) O navio do bispo, de torna-viagem depois que Duarte da Costa o mandára embora da Bahia, naufragou na região dos caetés, na foz do São Francisco. O bispo e os demais tripulantes

com as vantagens militares da supressão de uma tribu hostile, proclamou-os fóra da lei e passíveis de escravização como vítimas de "guerra justa" (65).

O prazer com que os colonos ouviram a proclamação do governador não foi partilhado pelos jesuitas. Os padres podiam aprovar a punição dos matadores do bispo, mas viram nisso um perigo para seus aldeamentos. Embora a principal força dos caetés se situasse na região do São Francisco, grande numero deles estava disseminado entre essa região e a Bahia. Os jesuitas haviam arrebanhado muitos deles, entre outros índios, e os haviam concentrado principalmente nos seus aldeamentos ao norte da cidade, como o de Bom Jesus. Desejaram, por isto, que o governador distinguisse entre os distantes caetés e aqueles que viviam como cristãos, nos aldeamentos. A guerra contra todos os caetés só poderia significar que aqueles que viviam nos aldeamentos tambem seriam legitima presa de guerra (66).

A proclamação do governador foi desastrosa para os índios aldeados, quer do seu ponto de vista, quer do ponto de vista dos jesuitas. Os colonos brancos, lançando mão da proclamação, justificaram o temor dos jesuitas, conquistando escravos entre todos os índios. Sob a alegação de que estavam aprisionando caetés, como lhes fóra permitido, atacaram até os proprios aldeamentos (67). Não tardaram os jesuitas a perceber que essas incursões tinham efeito poderoso no despovoamento dos aldeamentos, pelo terror que se apossou dos indigenas

foram mortos pelos índios, em 16 de junho de 1556. Anchieta, p. 309. Varnhagen, *Historia geral*, I, 345-349.

(65) Anchieta, p. 355; CA, p. 358. Nobrega, muito antes, manifestára-se a favor dessa guerra. Nobrega, in *Nov. C. Jes.*, p. 77 (8 de maio de 1558).

(66) Anchieta, pags. 355-356.

(67) *Ibid.*

remanescentes. Os índios viram os portugueses aposar-se de suas mulheres, crianças, irmãs e irmãos; viram-nos atacar aldeias e cair sobre grupos de índios nos caminhos. Não possuindo recursos efetivos ou imediatos, nas leis ou nas armas, contra os portugueses, contentaram-se em desaparecer na floresta (68). Os aldeamentos de Santo Antonio, Bom Jesus, São Pedro e Santo André possuíam então doze mil almas. Pouco depois de começar a retirada dos índios, ficaram com os jesuítas uns escassos mil índios (69). Ante as perdas entre os índios, o governador verificou que seu plano, mau grado a sua intenção primitiva, ultrapassara suas intenções; em consequencia, revogou a sentença contra os caetés (70).

Proibidos de insistir nas suas incursões escravistas, os portugueses lançaram mão de outros meios para obter escravos. Buscavam os índios que podiam encontrar vagando pelas matas, e lhes davam mercadorias em permuta, si eles quizessem entregar seus amigos aos colonos (71). E isso os índios dispuzeram-se a fazer, como preço de sua propria liberdade, a julgar pela sangria que continuou nos índios dos aldeamentos e de toda parte. Para contrarrestar essa violação, esse uso pervertido do escambo, o governador ordenou o confisco de todos os índios escravos que se verificasse terem sido permutados

(68) *Ibid.*, p. 356.

(69) Anchieta dá esse total de 12.000. Antes déra 14.000 como total da população desses quatro. Santo Antonio, a nove léguas da Bahia, era o mais proximo da cidade e possuia mais de 2.000. Os outros tres, todos ao norte de Tutuapara, ficavam dez léguas distantes uns dos outros. Bom Jesus tinha 4.000 e os outros dois um total de 8.000, o que dava o total geral de 12.000. Anchieta, p. 356.

(70) *Ibid.*, pags. 356-357.

(71) *Ibid.*, p. 357.

por outros índios com os portugueses, e os mandava para viverem nos aldeamentos jesuíticos (72).

Si o ano de 1562 começou tão adverso ao governador, aos jesuítas, e aos seus índios aldeados, concluiu em desordem ainda peor. Em 1562 e 1563 irromperam na Bahia duas grandes epidemias de varíola (73). A primeira durou cerca de tres mezes, parece que apenas em torno da Bahia. A segunda começou em Ilhéus, ao iniciar-se o ano de 1562, com a chegada de um navio de

(72) *Ibid.*, p. 356. Veja-se o Apêndice, sobre a atitude de Nobrega nesse caso.

(73) Anchieta, pags. 356-359; *CA*, pags. 382-392. A comparação entre os dois relatos sobre os surtos epidêmicos leva a concluir que Anchieta confundiu alguns detalhes de ambos. Valle, referindo-se aos índios depois da epidemia de 1563, diz: "...se fez ferrar para que, vendo-o que engeitava já ferrado, o tomasse". (*CA*, p. 383). Anchieta, referindo-se á epidemia de 1562, diz (p. 356): "...e outras diziam, que lhes puzessem ferretes, que queriam ser escravos..." Anchieta, p. 357, menciona Nossa Senhora, em Tapepigatanga, completamente abandonada pelos índios em 1562. Valle considera-a ainda ocupada em 1563, pois nesse ano ele menciona 1.080 mortes ali. Para os detalhes das epidemias, o que consta do relato de Valle, que viu pessoalmente grande parte daquilo que conta, deve ser preferido. Não se deve supor que essas duas epidemias fossem as unicas no Brasil. Em 1552, em Pernambuco, uma indisposição caracterizada pela tosse irrompeu entre os indígenas, vitimando muitos. (*CA*, p. 119). Em 1558, uma doença começou no mato e no litoral, perto do Rio de Janeiro, disseminando-se depois para o norte, até o Espirito Santo. No Espirito Santo atacou negros e índios e dizimou a sexta parte deles, alguns com pleurisia e outros com fluxos sanguíneos. Ao acabar a epidemia, entre os escravos havia 600 negros mortos. (*CA*, pags. 207-209). Uma molestia em São Paulo, na região da Bahia, em 1560, atacou suas vitimas com dores "que posto que fosse um mancebo mui robusto, em 4 ou 8 dias lhe tirava a vida". Os jesuítas lutaram contra a moléstia com sangrias, laranjas, as-sucar, mas sem resultado. Entre os doentes, morriam por dia um a quatro dos atacados, e a mortalidade total atingia 60 a 80 individuos numa aldeia de 250 índios (*CA*, pags. 258-259).

Portugal, e desde logo se espalhou pelo litoral e interior. Atingiu a Bahia em janeiro de 1563. Em ambas as epidemias os portugueses parecem ter sido imunes a essa moléstia, pois não se mencionam mortes entre eles. A epidemia de 1562, durando cerca de tres mezes, matou, de acordo com alguns, trinta mil negros e indios (74). Por falta de provas, não se pode avaliar o numero de mortes na segunda epidemia. Um jesuita calculou que um terço dos indios teria morrido, e em alguns casos afirmou que de cada vinte doentes morriam doze. Em Nossa Senhora d'Assunção, mil e oito mortes foram registradas numa população de pouco mais de quatro mil habitantes, numa proporção de um para quatro (75). Portanto, pode-se dizer que a segunda epidemia matou de um quarto a tres quintos dos sobreviventes da epidemia de 1562.

A doença e à morte entre os indios aldeados seguiram-se logo a desmoralização que destruiu sua possibilidade de trabalhar nas roças. Com a interrupção do trabalho agricola, sobreveiu a fome. Os indios que podiam andar abandonaram suas roças e vagaram pelo mato comendo frutas, raizes e outros alimentos que ocasionalmente encontrassem (76). Então, não tendo ninguem que cuidasse das roças, os que ficaram nas aldeias já não tinham quem tratasse dos doentes, "nem mesmo quem fosse à fonte buscar uma cabaça d'agua". Finalmente, quando a epidemia chegou ao auge, não tinham nem mesmo quem enterrasse os mortos (77).

A fome que se seguiu às epidemias contribuiu, de modo muito curioso, para a incessante escravização dos

(74) Anchieta, p. 356.

(75) *CA*, pags. 384-385.

(76) Anchieta, p. 358.

(77) *CA*, p. 383.

indigenas. Parece que alguns indios convenceram-se de que os portuguezes tinham mantimentos e vieram em tórno das casas e fazendas para procurar comida — tão miseraveis que muitos não tiveram coragem de manda-los embora (78). Mas os colonos queriam escravos para substituir os mortos, e depois até os indios se ofereciam como escravos em trôca de um prato de farinha (79). Quando alguns colonos recusaram toma-los como escravos, eles voltaram com ferros nos braços e pernas, esperando que assim os colonos os tomassem como escravos (80). Além dessa submissão voluntaria, muitos eram capturados por outros indios, que os vendiam aos colonos (81). Os portuguezes, a despeito da proibição do governador quanto à compra de escravos nessas condições, não só os compraram desse modo como foram caçá-los, por conta propria, nas florestas em torno da Baía (82).

(78) *CA*, p. 383.

(79) *Anchieta*, p. 356.

(80) *CA*, p. 383; *Anchieta*, p. 357.

(81) *Anchieta*, p. 357.

(82) *Ibid.*, pags. 357-358. Acrescente-se a isto a descrição da caça de escravos, por *Anchieta*: "...os Portuguezes vão ao sertão, e enganam esta gente, dizendo-lhe que se venham com eles pera o mar, e que estarão em suas aldeias, como la estão em sua terra, e que seriam seus vizinhos. Os Indios, crendo que é verdade, vem-se com eles, e os Portuguezes por se os Indios não arrependeram lhes desmancham logo todas suas roças, e assim os trazem, e chegando ao mar, os repartem entre si; uns levam as mulheres, outros os maridos, outros os filhos, os vendem; outros Portuguezes no sertão abalam os Indios, dizendo que os trazem para as igrejas dos Padres, e com isto se abalam de suas terras, porque já sabem por todo o sertão, que sómente gente que está nas igrejas, onde os Padres residem, tem liberdade, que toda a mais é cativa, e chegou a cousa a tanto que um Portugues, indo ao sertão buscar gente, fez a coroa como clerigo, e com isto dizia que era o Padre, que os ia buscår para as igrejas." (*Anchieta*, p. 378). Entre 1564 e 1578, os Jesuitas obtiveram da coroa

Em fins de 1563, as devastações da guerra dos caetés, a compra e caça de escravos pelos portugueses, e as epidemias e a fome, haviam reduzido muito a população indígena. Essa população foi avaliada em oitenta mil indivíduos (83). Mau grado o que ha de vago nas avaliações da mortalidade, impedindo qualquer afirmação precisa, é bem possível que só nove ou dez mil indígenas sobrevivessem, nas proximidades da Bahia (84). O principal prejuizo aos aldeamentos verificou-se ao norte da cidade, perto da região dos caetés. O despovoamento, começado pelos colonos que alegavam só aprisionar caetés, e completado pela fome, foi particularmente severo nessa região. Mas, ainda que maior a perda nos aldeamentos do norte, sofreram todos. Em fins de 1563, os jesuitas possuíam apenas cinco dos onze que haviam ins-

decretos que regulavam o trafico de escravos e declaravam livres e mandavam para os aldeamentos todos os índios ilegalmente arrebanhados. Os documentos foram incluídos por Anchieta em sua "Informação dos primeiros aldeamentos", e aparece em Anchieta, pags. 359, 371. Veja-se o Apendice, adiante.

(83) *Ibid.*, pags. 377-378.

(84) O total de 9.000 a 10.000 baseia-se por uma série de testemunhos dos jesuitas. O total de 80.000, mencionado por Anchieta, inclui cristãos e gentio. A mortalidade de 30.000, indiscriminadamente distribuída entre eles, deixa 50.000 sobreviventes da primeira epidemia. Os algarismos sobre a destruição dos índios referem-se apenas aos índios aldeados. Antes das epidemias, 12.000 indígenas deixaram os aldeamentos, por temor aos portugueses. Como a população dos aldeamentos foi avaliada em 40.000, no maximo, ficaram 28.000. Si as mortes forem calculadas em um terço, os 28.000 ficam reduzidos a 18 ou 19.000 sobreviventes. Quantos, dentre esses remanescentes desmoralizados fugiram para o interior e quantos morreram de fome é impossível dizer. Si calcularmos que metade fugiu, o total de sobreviventes em torno da Bahia será de 9 a 10.000. Esse total final, evidentemente, é inteiramente por tentativa, e seria alterado si fosse possível descobrir quantas centenas ou milhares de indígenas os portugueses converteram em escravos.

talado em 1562. Depois esses cinco ficaram reduzidos a quatro (85).

Enquanto as condições da Bahia trabalhavam pela destruição da população indígena, as condições em outras partes do Brasil tornavam precária a manutenção dos portugueses. Para examinar os acontecimentos fóra da Bahia, é necessario retroceder, no exame dos acontecimentos, do ano de 1563. Embora a fraqueza do governo de Duarte da Costa permitisse aos francezes instalarem-se no Rio, a ocupação efetuada por estes não ameaçaria a posse portugueza, sinão na imediata visinhança. O perigo consistia na aliança dos francezes com toda a familia das tribus tupinambás, entre outras os guaianazes, os goitacazes, os guerreiros aimorés e os tamoios. Derrotados, em alguns casos, pelos portuguezes, estavam agora essas tribus hostis animadas pelo apoio francês a atacarem uma vez mais os portuguezes. Durante os primeiros anos do governo de Mem de Sá, começaram eles a guerrear em

(85) A fome era mais acentuada entre o rio Itapicurú e o rio Real, a região dos aldeamentos do norte (Anchieta, pags. 377-378). A ruina dos indios livres em torno da Bahia foi completa, na primeira parte do ano de 1584. Em rápida sucessão sofreram epidemias de uma moléstia que deve ter sido a febre maligna "terçã", e, mais uma vez, a varíola. (CA, p. 405). Essas duas ultimas completaram a obra das epidemias de 1562 e 1563. Antonio Blasquez apresenta um expressivo quadro do efeito dessa mortandade no moral dos indigenas: "Neste tempo não se viam entre elles nem ouviam os bailes e regosijos costumados, tudo era choro e tristesa, vendose uns sem paes, outros sem filhos, e muitas viuvas sem maridos, de maneira que, quem os via neste seu desemparo, recordando-se do tempo passado, e quão muitos eram então e quão pouco agora, e como dantes tinham o que comer e ao presente morriam de fome, e como antes viviam com liberdade e se viam, além de sua miseria, a cada passo assaltados e captivos á força, pelos Christãos; considerada e ruminada esta subita mudança, não podiam deixar de lastimar-se e chorar muitas lagrimas de compaixão". (CA, p. 405).

todas as direções, a partir do Rio. Dirigindo-se para o sul, alguns bandos aliados ameaçaram São Vicente, até que foram repellidos pelos colonos e seus aliados tupiniquins. Dirigindo-se para o norte, outros atravessaram a região do Paraíba, onde ha muito os colonos haviam sido relegados, e sitiaram o Espirito Santo, onde o donatário e alguns colonos ainda se mantinham numa ilha ao largo da praia. Atacaram Ilhéus e Porto Seguro e não tardaram em ser notados nas proximidades da propria Bahia.

Contra as devastações dos tupinambás, Mem de Sá não fez progressos enquanto não conseguiu, até certo ponto, pacificar a região da Bahia. Então levou avante a reconquista do Brasil. O norte, à exceção de alguma incursão ocasional de tribus como a dos caetés, estava protegido pela vigorosa capitania de Pernambuco. Por isso, ao agir, poude dirigir-se livremente em direção ao sul. Seguindo primeiro para o Espirito Santo, em resposta a um apelo de Vasco Fernandes Coutinho, o donatário, suas forças, depois de um malogro inicial, bateram os indigenas atacantes. Então investiu sobre os tupinambás sucessivamente na ilha de Itaparica (perto da Bahia) e no Rio de Janeiro, a despeito da distração efetuada pelos tupiniquins numa incursão a Ilhéus. O primeiro ataque no Rio, em 1560, regularizou o caso dos francezes, mas não assim o dos seus aliados tamoios e aimorés, pois nos seis anos seguintes teve de voltar ao Rio, assim como ao Espirito Santo e Porto Seguro. Para manter o sucesso do segundo ataque ao Rio, fundou ali a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, destinada a ser um forte contra o inimigo. Com o extremo sul ainda sustentado por São Vicente, o centro em São Sebastião do Rio de Janeiro e com Pernambuco e a Bahia, fortes, ao norte, o poder dos tupinambás para um ataque geral foi despeçado. Efetuaram um derradeiro ataque ao Espirito Santo, e, já depois de encerrado o governo de Mem de

Sá, um na Paraíba, mas ambos foram esmagados. Mem de Sá restabeleceu o Espírito Santo e encorajou os colonos a irem para lá. Uma vez isso realizado, o litoral estava, desde então, em mãos portuguesas (86).

O relato das campanhas de suas forças, embora necessário para mostrar a afirmação final da posse portuguesa do Brasil, não basta para explicar todas as lutas na costa. O incitamento dos francezes, é claro, explica em grande parte a irrupção de guerras e a difusão do ataque partindo da posição central dos francezes no Rio. O caso de uma capitania, no entanto, foge ao modelo de uma guerra incitada pelos francezes.

Até o tempo do ataque, Ilhéus florescera. Pacífica, porque cercada por tupiniquins, favoreceram-na os capitalistas portugueses, que aplicaram ali dinheiro na construção de engenhos de cana. Houve tempo em que os filhos do donatário venderam a capitania a um certo Lucas Giraldes, que investiu ali tanto dinheiro que chegou a ter oito ou nove engenhos (87). Algum tempo depois, revoltaram-se os tupiniquins e, matando muitos portugueses, destruíram e incendiaram todos os engenhos. Cercaram então os colonos tão de perto que eles se viram reduzidos a laranja para se alimentarem até que foi levantado o cerco, por Mem de Sá (88). Tendo derrotado os tupiniquins, Mem de Sá forçou-os a pagar tributo sob a

(86) Para a obra de Mem de Sá, cf. seu "Instrumento", pags. 13-26. O ataque na Paraíba não figura nele, evidentemente, mas pôde ser encontrado em frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil, 1500-1627*, editada por Capistrano de Abreu (São Paulo, 1918), pags. 222-273. A importancia da guerra do Paraíba, travada pelos remanescentes dos colonos francezes que haviam sido tocados do Rio, não deve ser julgada pelo espaço que lhe concede, em sua *Historia*, frei Vicente do Salvador.

(87) Soares, *Tratado*, p. 59.

(88) "Instrumento", p. 133.

fórma de reconstrução e conserto dos engenhos destruídos (89). A ulterior devastação causada pelos aimorés, já depois de reconstruídos os engenhos, prejudicou o funcionamento destes porque os colonos temiam aventurar-se sosinhos nos campos, temendo ataques. A presença hostil dos aimorés levou muitos colonos a fugirem, deixando a terra meio despovoada (90). A historia das outras capitánias, na ausencia de mais documentos sobre Ilhéus, indica o que aconteceu. Aumentados em numero e em recursos pelo auxilio vindo de Portugal, os colonos expandiram suas plantações. Afim de obter braços para elas, continuaram a escravizar os indios, ou, para obter terras, continuaram a lhes tomar as roças. Em ambos os casos, até os tupiniquins, geralmente amigos, revoltaram-se e, como no caso do ataque do engenho da Bahia, em 1555, atacaram os engenhos e as lavouras.

(89) *Ibid.*, p. 147 (test. de Eytor Antunes); p. 150 (test. de Sebastião Alvares).

(90) Soares, descrevendo o destino de Ilhéus, atribue a quéda da capitania a "esta praga dos aimorés" e não se refere ao ataque dos tupiniquins. Não diz que os aimorés destruíram os engenhos, mas, dizendo apenas que sua presença limitou outros progressos, torna implicita a existencia de engenhos. O relato, tal como se dá, concilia suas afirmativas com as do "Instrumento". O "Instrumento" atribue a destruição dos engenhos aos tupiniquins, e depois descreve como os tupiniquins foram compelidos a pagar tributo com a sua reconstrução. Indica-se, assim, que os seis engenhos foram reconstruídos e restaurados pelo trabalho forçado dos tupiniquins. Essa sugestão, embora lhe faltem provas directas, sugere por sua vez, tal como se apresenta, a subordinação do escambo, como meio de obter trabalho, á necessidade militar e politica de impressionar os indigenas com a força do exercito do governador.

CAPITULO VI

O GOVERNO REAL

CERCA DE 1580

Não é desejavel, nem possivel, estudar ano a ano os resultados das guerras e desastres ao longo do litoral, à vista do escasso material disponivel. Um olhar de conjunto, tomando por base o ano de 1580, dá-nos um notavel panorama geral do Brasil nesse ano, tal como se póde obter pelo exame de quatro tratados escritos entre 1570 e 1590 por homens que haviam estado ou estavam no Brasil (1). O Brasil que neles aparece tem uma singular semelhança, de um para outro. Embora grande parte da terra fosse ainda selvagem e os portuguezes fossem poucos, a sociedade que se estabelecera parece di-

(1) Cronologicamente enunciados, os quatro tratados são:

a) Pero de Magalhães Gandavo, *Tratado da terra do Brasil e historia da Provincia de Santa Cruz*, ed. org. p. Afranio Peixoto, Rodolfo Garcia e Capistrano de Abreu (Rio de Janeiro, 1924). Provavelmente escrito por volta de 1570, embora só publicado em 1826. Vejam-se as referencias bibliograficas de Rodolfo Garcia.

b) Uma série por Anchieta:

“*Informação do Brasil e de suas capitánias (1584)*”.

“*Informação dos primeiros aldeamentos da Bahia*”.

“*Breve narração das coisas relativas aos collegios e residencias da Companhia nesta provincia brasilica, no ano de 1584*”.

“*Informação da Provincia do Brasil para nosso padre (1585)*”.

ferir bem pouco daquela que se constituiu mais tarde, no século XIX. Na verdade, eram ainda poucas e pequenas as cidades, os holandeses ainda não haviam chegado, o café era um problema do futuro, e o ouro e os diamantes ainda não haviam acrescentado ao panorama seus contrastes de brilho e depressão. Mas mesmo com essas e outras exceções notáveis, a maneira pela qual os portugueses viveram na terra e trataram com outras gentes sofreu bem pouca modificação. Suas relações com os índios, sobretudo, fixou-se num padrão que no futuro só mudou com o comparativo crescimento ou redução no número de cada um desses povos.

De modo geral, o Brasil cerca de 1580 dividiu-se em duas partes muito acentuadamente caracterizadas. Uma, a planície costeira do nordeste, quente, fértil, próxima da Europa. Outra, o litoral do sul, em torno de São Vicente, onde as montanhas e o planalto levantam-se abruptamente junto ao mar e onde, com a maior altitude e um clima mais frio, a terra se estende do mar em direção

São relatórios gerais para informação dos membros da Companhia, escritos por Anchieta segundo suas próprias notas e as cartas de outros jesuítas. Estão publicados em Anchieta, pags. 301-447, e foram fartamente utilizados nos capítulos IV e V do presente estudo.

c) Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, ed. org. p. Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia (Rio, 1925). Consiste em dois tratados: I, "Do clima e terra do Brasil"; II, "Do principio e origem dos índios"; e de uma "narrativa epistolar". A "narrativa" é uma descrição da missão jesuíta de inspeção ao Brasil, contida em duas cartas do Padre Provincial em Portugal. A primeira carta abrange da primavera de 1583 a outubro de 1585; a segunda está datada de 1.º de maio de 1590.

d) Soares, *Tratado*. Consiste em duas partes: I, "Roteiro geral da costa com largas informações de toda a costa do Brasil"; II, "Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem".

aos grandes rios do interior. Na planície nordestina, as cidades eram lugares de onde se embarcavam produtos; os menores estabelecimentos coloniais eram as *casas grandes*; e as terras cultivadas eram-no sobretudo em roças onde crescia o mantimento e em fazendas de assucar, que por sua opulencia obscureceram a do algodão e outros produtos. No sul, o clima do planalto desfavoreceu uma imitação da economia assucareira, à exceção de pequenas e ocasionais faixas de terra plana entre o oceano e os flancos do planalto. Mais ainda, a localização e o caracter da região de São Vicente trabalharam contra a exportação em larga escala até mesmo dos produtos que o clima permitia. Em primeiro lugar, o transporte entre os portos do litoral e o planalto não era facil; em segundo, toda a região estava muito ao sul e por conseguinte não era facil a comunicação com a Europa. Os colonos do sul, portanto, encaminharam-se para outro modo de vida, descendo os rios do seu planalto e abrindo caminho para o interior do continente.

Nesse Brasil de 1580, mesmo com suas diferenças regionais, começavam os portuguezes a ser suficientemente numerosos para dominar a terra. Por vagas que pareçam as estatísticas da população nesse periodo, dão a impressão de que entre 1570 e 1590 a população portugueza aumentou de cerca de trinta e cinco mil para cerca de quarenta mil pessoas (2). A maior parte desse aumento ocorreu no norte. E o que é mais, com a população aumentada também aumentaram a riqueza e os empreendimentos necessarios à expansão dos estabelecimentos coloniais, como se verifica pelo aumento do nume-

(2) A vaga referencia dos algarismos da população impede qualquer verificação definida sobre o numero de portuguezes. De acordo com os algarismos de Gandavo, a população de 1570 era de 4.300 *visinhos*, assim distribuidos:

ro de engenhos de assucar. Em 1570 havia sessenta engenhos nos oito estabelecimentos coloniais, e pela altura de 1585 já esse numero duplicára (3).

O aumento de população e de produção refletira-se, de certo modo, em mudanças politicas. Como alguma população começava a aglomerar-se a meio caminho na extensa linha da costa, a recém-fundada cidade do Rio de Janeiro constituiu, em 1572, uma capital juntamente

| | |
|----------------------|--------------|
| Itamaracá | 100 vizinhos |
| Pernambuco | 1.100 " |
| Bahia | 1.100 " |
| Ilhéos | 200 " |
| Porto Seguro | 220 " |
| Espirito Santo | 180 " |
| Rio de Janeiro | 140 " |
| São Vicente | 500 " |

3.440 vizinhos

Segundo Anchieta, no ano de 1585 a população era de 4.010 vizinhos, assim distribuídos:

| | |
|----------------------|-------------|
| Itamaracá | 50 vizinhos |
| Pernambuco | 1.110 " |
| Bahia | 2.000 " |
| Ilhéos | 150 " |
| Porto Seguro | 100 " |
| Espirito Santo | 150 " |
| Rio de Janeiro | 150 " |
| São Vicente | 300 " |

4.010 vizinhos

Além de incompletos os algarismos acima, a avaliação da população feita por vizinhos complica ainda mais a questão. Anchieta calcula que um vizinho (unidade) tenha 6 pessoas (p. 417); 8 pessoas (p. 412); 10 a 12 pessoas (p. 413). Para o total de 35.000 a 40.000 pessoas, mencionado acima, calculou-se uma média de 9 pessoas por vizinho.

(3) De acordo com os algarismos de Gandavo para 1570 e os dos outros tres tratados, pode-se assim reproduzir a distribuição desses engenhos:

| | 1570 | 1585 |
|----------------------|------|------|
| Itamaracá | 1 | ? |
| Pernambuco | 23 | 66 |
| Bahia | 18 | 36 |
| Ilhéos | 8 | 6 |
| Porto Seguro | 5 | 1 |
| Espírito Santo | 1 | 6 |
| Rio de Janeiro | — | 3 |
| São Vicente | 4 | 4 |
| | — | — |
| | 60 | 122 |

com a Bahia. Mais tarde, aumentando a população no norte, no centro e no sul da costa, a divisão do governo foi abolida e a séde fixada, por conveniencia, no Rio (4). Juntamente com essa transferencia da capital para atender ao movimento da população, sobrevieram mudanças na centralização da autoridade. Tomé de Sousa recebera poderes do Rei, em 1549, para extinguir os direitos dos donatários que não houvessem mantido seus estabelecimentos. Os outros donatários, como os herdeiros de Duarte Coelho e Martim Afonso, não foram perturbados, então, mas quando suas linhagens se extinguiram, também suas terras foram retomadas pelo Rei. O ano de 1580, portanto, marca um período em que o poder descentralizado dos donatários remanescentes começava a sucumbir ante a administração centralizada da coroa.

Ao aumento entre os portuguezes não correspondeu movimento identico entre os indios. Como vimos, muitos indios, especialmente no norte do Brasil, começavam a desaparecer da costa. A doença e o ataque haviam destruido muitos, e os sobreviventes, desmoralizados e apavorados, recuavam para o remoto interior. Em torno da Bahia e de Pernambuco, a vigorosa ação dos colonos destruiu muitos. Mais para o sul, porém, em torno de Ilhéus e Porto Seguro, o despovoamento aumentou por

(4) Cf. Fleiuss, *Historia administrativa*, pags. 28-29.

simples perda, mesmo sem esses colonos agressivos (5). Enfraquecidos como estavam, os índios ainda continuavam a ser os principais ocupantes da terra, e com eles deviam tratar os portugueses. Suas perdas, embora extremas, não os invalidára como aliados em guerra, nem os exauria inteiramente como fonte de trabalho.

Como conclusão deste estudo, portanto, pode-se agora descrever sumariamente as relações dos portugueses, cujo numero aumentava rapidamente, com os índios, tais como se encontravam por volta de 1580. Como vimos, dividiam-se os índios em escravos e livres. Os livres podiam ajudar os portugueses com o escambo na paz e apoio na guerra. Para começar, examinemos todas as partes do Brasil para ver em que estado se encontrava esse apoio; para concluir, examinaremos em detalhe o caso particular da Bahia, séde da administração real.

Por volta de 1580, retiravam-se os portugueses de tres estabelecimentos — Itamaracá, Ilhéus e Porto Seguro. Provavelmente os ataques dos francezes e seus aliados determinaram o despovoamento de Itamaracá. Em 1570 houvera ali uma centena de familias portuguezas, um engenho construido e dois em construção. Sua riqueza potencial em assucar aumentára pelo muito que possuia em pau-brasil e algodão (6). Quinze anos antes perdêra quasi metade da população (7). Ilhéus sofrera com os índios, de dois modos. Os índios locais, os tupiniquins, haviam sido tão reduzidos em numero que os jesuitas não reduziram nenhum dos sobreviventes aos seus aldeamentos. Isto significa que os portugueses não

(5) *CA*, p. 382; *Anchieta*, p. 308. Em 1536, segundo *Anchieta*, a varíola generalizara-se pelo Brasil, com muitas mortes. *Ibid.*, p. 359. *Cf.* acima, nota 73.

(6) Gandavo, pags. 26-27.

(7) *Anchieta*, p. 410, que acrescenta: "...é cousa pouca e pobre e vai se despovoando".

tinham índios que lhes fossem aliados contra os aimorés. Então a presença dos aimorés encurralou os portugueses. Em 1570, ou antes, houvera quatrocentas ou quinhentas casas portuguesas, com seis engenhos em torno da vila. Seguindo anteriores ataques dos tupiniquins (8), os aimorés destruíram então homens e construções até que ficaram estes reduzidos a cinquenta casas e tres engenhos. Vieram mais portugueses, mas não conseguiram pôr a trabalhar os engenhos restantes porque os aimorés tornavam perigoso o trabalho no campo. Embora vivendo numa terra bem dotada para o cultivo de cereais e do algodão, ao gado e animais domésticos, viveram os portugueses em Ilhéus não mesmo com boas fortificações, numa faixa de costa de uma légua de largo e tres de comprimento (9).

Em Porto Seguro, a diminuição da fertilidade do sólo, exaurido por longos anos de cultivo da cana, acrescentou problemas de produção de alimento às perturbações causadas pelos ataques dos índios. Quando o duque de Aveiro adquiriu a capitania, applicou ali homens e dinheiro e mandou um navio por ano transportar para Portugal sua produção de assucar e pau-brasil. Construiu engenhos e convidou outros, em Portugal, a fazer o mesmo. O ataque aimoré despedaçou tudo, à exceção de um dos sete ou oito engenhos e destruiu duas das tres cidades. Os portugueses começaram a sair, aparentemente por causa da falta de ajuda por parte dos índios. A terra continuou boa para as roças de mantimento, embora pobre para a cana de assucar; no entanto, começaram os portugueses a lutar com falta de farinha. Essa falta, quando ainda havia duzentos indigenas em dois aldeamentos jesuiticos, parece indicar a existencia de algum rompimento nas relações entre os colonos e os índios.

(8) Ver acima, nota 90.

(9) Gandavo, p. 31; Anchieta, p. 417; Cardim, p. 296; Soares, *Tratado*, p. 57.

Possivelmente o escambo malograra mais uma vez, nesse caso, como meio de obtenção de mantimento (10).

Tres outras capitancias eram mais afortunadas, e por certo uma delas — Espirito Santo — era uma verdadeira fenix. Tres vezes atacada pelos aimorés, fôra finalmente restabelecida por Mem de Sá pouco antes do seu primeiro ataque aos francezes no Rio. Seu restabelecimento fazia parte do seu plano de expulsão dos francezes, pois enquanto trazia homens da Bahia e de São Vicente, não tardou em levar do Espirito Santo todos os seus víveres e suprimentos (11). De um engenho, a capitania passou a ter seis e produziu assucar suficiente para atrair tres ou quatro navios por ano para leva-lo a Portugal. Restaurada como foi por Mem de Sá, constituiu um exemplo de seu zelo pela politica real de proteção aos indios. Consideravel numero de indios fôra deixado nas proximidades (12). Alguns, pagãos e cristãos misturados, ao todo dois mil, viviam em aldeias nativas ao longo da costa. Outros, mil e quinhentos a tres mil, foram reduzidos pelos jesuitas em aldeamentos. Mais importante é constatar que embora tivessem os colonos muitos escravos, Vasco Fernandes Coutinho (filho do primeiro donatário), agindo como representante de Mem de Sá, proibiu-lhes outros ataques aos indigenas (13).

Uma defesa dos indigenas, semelhante a essa, era dirigida pelos jesuitas em São Vicente, embora ali não

(10) Gandavo, p. 34; Cardim, p. 297; Anchieta, pags. 308, 417; Soares, *Tratado*, p. 67.

(11) O resto veio da Bahia. Anchieta, p. 249.

(12) O maior numero de indigenas deixados no Espirito Santo pôde ser explicado, talvez, pelo fato de os colonos terem sido por tantos anos restringidos a viver numa ilha diante do litoral, e consequentemente não haviam tido oportunidade para destruir os indigenas.

(13) Gandavo, pags. 34-35; Anchieta, pags. 418-419; Cardim, pags. 339, 342, 344; Soares, *Tratado*, p. 79.

contasse a presença de um representante do governador. As tresentas e vinte casas da velha capitania estavam agora divididas por quatro cidades: tres à beiramar (São Vicente, Santos e Itanhaem) e uma (Piratinga) no planalto. Como centro assucareiro, a capitania vira seus melhores dias, pois já então, talvez dificultada a cultura assucareira pelo clima temperado, ainda tinha apenas quatro engenhos. Possivelmente por situar-se muito ao sul, muito para o fim das terras portuguezas, foi desprezada pelos traficantes europeus. Tão poucos e tão tardios eram os navios que para lá se dirigiam, que em 1584 os colonos começaram a sofrer a falta de tecidos para roupas. Os mantimentos e o pago tambem não eram abundantes, a despeito de terem os colonos muitos escravos índios cuidando dos campos e dos currais. Alguns colonos, mau grado a proibição do Rei, continuavam a fazer escravos ilegalmente. Para fiscalizar os índios livres, os jesuitas haviam reunido um milheiro deles, ou mais, em dois aldeamentos perto das vilas, e trabalhavam sempre para restaurar a liberdade dos que eram ilegalmente capturados. De modo geral, as relações com os colonos eram amistosas, pois os indigenas eram-lhes aliados quando os colonos foram reunir-se a Mem de Sá no ataque ao Rio de Janeiro (14).

O fato de os portuguezes terem confiado tanto nos aliados indigenas deu ao estabelecimento do Rio de Janeiro um carater especifico. Enfrentando os francezes na baía de Guanabara, Mem de Sá, em suas duas expedições, levou da Bahia como guerreiros, certo numero de tupinambás, e agiu no Rio com o apoio de outros provenientes de São Vicente, como ficou dito. Com seu auxilio, poude expulsar não só os francezes como milhares de tamoios aliados destes. Os tupiniquins, desfru-

(14) Gandavo, p. 37; Anchieta, pags. 422-423; Cardim, p. 356.

tando posição privilegiada por terem ajudado os portugueses, trabalharam ao lado dos colonos na abertura de roças, mesmo durante as escaramuças, e plantaram mantimentos. Estavam até certo ponto isentos das incursões de caça ao escravo, por parte dos portugueses, por causa dos milhares de cativos que eles e os portugueses fizeram e continuaram a fazer entre os tamoios. A cidade que eles ajudaram a fundar não tardou em aumentar em proporção e importancia. Antes mesmo de se tornar capital do Brasil, já atraía colonos. Constando em 1585 de cento e cinquenta casas portuguesas, possuía, já construídos, tres engenhos e grande quantidade de pau-brasil. Os indios cristãos conversos, em numero de tres mil, foram conservados pelos jesuitas em dois aldeamentos fóra da cidade propriamente dita (15).

Um contraste consideravel no tratamento dos indios livres existiu entre as duas grandes capitanias da Bahia e de Pernambuco, pois em Pernambuco foram quasi todos destruidos, enquanto na Bahia fôra preservado um resto. Em 1570 possuía a capitania de Pernambuco, duas vilas (Olinda e Guarassú), e muitas lavouras circundantes. Em torno às cidades havia vinte e tres engenhos, que alguns anos produziram tanto quanto cinquenta mil arrobas de assucar. Para Pernambuco vinham mais navios do que para qualquer outra parte do Brasil, afim de transportar para a Europa suas riquezas em assucar, pau-brasil e algodão. Para o mercado europeu, que o tornou tão rico, Pernambuco acrescentára em 1570 um lucrativo commercio de escravos no Brasil. Tão efetiva fôra a conquista empreendida pelos seus soldados na região que a capitania contou com abundante suprimento de escravos, e ainda mais: pode exportar escravos. Outras capitanias, quando necessitavam escravos, manda-

(15) Gandavo, pags. 35-36; Anchieta, pags. 340-341; Cardim, p. 347; Soares, *Tratado*, pags. 98-99.

vam busca-los em Pernambuco, onde eram tantos e tão baratos (16).

Em 1583 a capitania foi atingida por uma grande sêca que fez parar os engenhos de assucar, movidos por agua. Não só esturricou as roças e fazendas das vilas, mas tambem no interior ressecou as roças dos indios que viviam muitas léguas para dentro. Tocados pela fome, quatro ou cinco mil indios encaminharam-se aos estabelecimentos portuguezes, em busca de alimento. Alguns indios, quando vieram as chuvas, voltaram às roças do mato. Outros preferiram ficar com os portuguezes. Outros, ainda, foram escravizados pelos portuguezes (17). Durante a sêca, repetiu-se em Pernambuco a sequencia de pestes e fome de vinte anos antes, na Bahia. Destruiu o pequeno numero de indios livres remanescentes das primeiras caçadas de escravos empreendidas pelos colonos. Tão poucos ficaram que os jesuitas não conseguiram reunir o suficiente para aldear. Para encontra-los afim de levar avante o trabalho da religião, tiveram os jesuitas de ir aos amontoados de escravos nos engenhos e fazendas (18).

Em 1585 o *termo* da cidade de Olinda, por si só, tinha duas mil casas de portuguezes (19), com outras mil na região em derredor (20). Contava sessenta e seis engenhos (21), e produzia duzentas mil arrobas de assucar. Produzia bastante, evidentemente, pois os quarenta ou mais navios (22) que anualmente vinham carregar assucar não podiam transportar tudo e deixavam caixas

(16) Gandavo, pags. 27-28.

(17) Cardim, p. 331.

(18) *Ibid.*, p. 334.

(19) *Ibid.*

(20) Anchieta, p. 410.

(21) *Ibid.*; Cardim, p. 334.

(22) Cardim, p. 334; Soares, *Tratado*, p. 29.

e caixas nos depositos (23). Não obstante, o assucar era o caminho para a riqueza (24). Havia mais de cem homens na cidade cuja renda se supunha variar de mil a cinco mil cruzados por ano; alguns chegavam a oito ou dez mil cruzados; e Jorge de Albuquerque Coelho, filho do primeiro donatário, recebeu dezenove mil cruzados por ano só do seu dizimo sobre os engenhos de assucar (25). Alguns fazendeiros de cana não foram tão afortunados, pois importando escravos da Guiné e Angola tiveram uma grande percentagem de mortes entre estes, perdendo desse modo grande parte de sua inversão de capital (26). O desenvolvimento do trafico de escravos negros, refletiu o desenvolvimento da industria assucareira. Como forneciam trabalho disciplinado e como seu temor aos indios impedia-os de se internarem nas matas, os escravos negros rapidamente substituíram os escravos indios nas fazendas e nos engenhos. Havia cerca de dois mil deles, disse um observador em 1585. Só nas fazendas, disse outro, havia entre quatro e cinco mil (27).

Embora a substituição de indios por negros possa ter sido melhor negocio, a destruição dos indigenas não ajudou a defesa da grande e opulenta capitania. A despeito de ter tres mil homens em armas e quatrocentos cavaleiros para sua defesa (28), a capitania era perturbada, em fins do século, por incursões dos potiguares, tribu hostile incitada pelos francezes da Paraíba. Contra o ataque de guerrilhas empreendido pelos potiguares, os portuguezes apenas obtiveram lentas vitorias. Tiveram de levar avan-

(23) Cardim, p. 334.

(24) Para uma idéia do colorido e variedade da vida em Pernambuco, onde tudo custava tres vezes mais que em Portugal, veja-se descrições e comentarios de Cardim, pags. 39, 331, 333-334.

(25) Soares, *Tratado*, pags. 28-29.

(26) Cardim, p. 334; Anchieta, p. 410.

(27) Cardim, p. 334; Soares, *Tratado*, p. 29.

(28) Soares, *Tratado*, p. 29.

te, sósinhos, o trabalho de defesa, porque não haviam deixado nas proximidades índios que pudessem então chamar para ajuda-los numa defesa de guerrilhas (29).

Por outro lado, a Bahia preserva o remanescente dos índios livres e isso ajudou a defender a cidade e a supri-la de mantimentos e braços. E o que é mais, o escambo era o método usual pelo qual os índios, agora congregados em aldeamentos sob os cuidados dos jesuitas, tratavam com os portugueses. Mas antes de examinar as condições nas quais os índios livres e o sistema de escambo eram mantidos, vale a pena ver que espécie de cidade vinha a ser a Bahia. A exceção do tamanho e do numero de suas casas e de seus habitantes, era *mutatis mutandis* exemplo tipico das outras cidades e estabelecimentos dos portugueses no Brasil. Descreve-la, portanto, também pôde ajudar a dar idéia da perspectiva que os índios ofereciam àquela época.

A verdadeira aparência da cidade, por volta de 1580, mostra como crescêra desde sua fundação em 1549. Em 1570 a população da região era avaliada em mil e cem casas portuguesas talvez, algumas delas na propria cidade (Cidade do Salvador), a velha séde donatária de Vila Velha e, quatro léguas adiante, a aldeia de Paripé. O resto vivia nos dezoito engenhos de assucar em torno da cidade. Para lá das terras ocupadas pelas fazendas ficavam cinco aldeamentos onde os jesuitas cuidavam dos índios emancipados (30).

Dez anos depois o plano geral da região continuava o mesmo — uma concentração de povo nas cidades que se iam construindo, cercadas por grupos menores nos engenhos e lavouras. Em 1585, duas a tres mil casas por-

(29) Anchieta, p. 306. Os colonos remanescentes em Itamaracá tiveram a mesma dificuldade em resistir aos ataques de portugueses e francezes.

(30) Gandavo, pags. 29, 88.

tuguezas disseminavam-se por toda a região da Bahia. Destas, cerca de oitocentas ficavam na própria Cidade do Salvador (31). O resto vivia fóra da cidade, nas lavouras ou nos trinta e seis engenhos (32). Além dos portuguezes, havia agora na terra tres ou quatro mil escravos da Guiné (33) e oito mil indios cristãos, escravos e livres (34).

Houve quem pensasse que, embora dotada de bela vista sobre o mar, a Cidade do Salvador não estava bem situada (35). Outros não viram inconveniente nisso (36). Foi levantada a cidade em parte numa montanha junto à baía e parte na praia aos pés da montanha. Na parte alta, estava a praça, centro da cidade. Na parte sul da praça, algumas boas casas pertencentes aos funcionarios do governo, e do lado norte os edificios ocupados pelo tesouro e casa da aduana, com armazens dependentes. O lado oriental tinha o prédio da camara, e a cadeia, juntamente com as casas de alguns colonos. O lado ocidental abria para uma ampla vista sobre o mar. As ruas convergiam para a praça e dois caminhos levavam, ladeira abaixo, até o mar. Duas ruas da cidade alta e uma da baixa eram ocupadas por lojas de comercio. À beiramar, desembarcadouros e armazens. Oito ou dez navios de Portugal (37) estavam geralmente fundeados nas plácidas aguas da baía; enquanto inumeras embarcações,

(31) Soares, *Tratado*, p. 134; Cardim, p. 388; Anchieta, p. 413.

(32) Soares, *Tratado*, p. 173.

(33) Cardim, p. 288.

(34) Anchieta, p. 413.

(35) Cardim, p. 287; Anchieta, p. 412.

(36) A segunda parte do *Tratado* de Soares torna-se quasi lirica na admiração das maravilhas e belezas tanto da cidade como da região.

(37) Os ventos septentrionais, que traziam os navios de Portugal, permaneciam de agosto a março; presumivelmente a

pertencentes à gente da cidade ou das fazendas, moviam-se com remos ou véla, em derredor (38).

Na cidade baixa, ao longo da praia, amontoavam-se as casas dos colonos, muito juntas umas das outras, ao longo das ruas. Na cidade alta, as grandes casas espraivavam-se ao longo de ruas que partiam da praça central, todas cercadas por grandes terrenos próprios. O numero de jardins na cidade alta tornou o panorama do mar muito agradável à vista. Por sobre os telhados balançavam-se palmeiras, enquanto rente às paredes ostentavam-se as lustrosas folhas das sempre verdes laranjeiras da Bahia (39).

Havia na cidade igrejas e conventos. Por falta de fundos, faltava à catedral a torre do sino e do relógio, mas no resto estava acabada e bem ornamentada. O convento dos beneditinos, o dos capuchinhos com vinte religiosos, e o mosteiro de Santa Lucia, eram todos recém-construidos e bem pobres ainda. No flanco da montanha, com ampla vista sobre o mar, estava o suntuoso colégio dos jesuitas, com a respectiva igreja. De ordinario viviam ali, na sua admiravel construção de pedra, sessenta religiosos. À beiramar, abaixo da montanha, os armazens do colégio, onde se recebiam cargas de fóra da cidade. Além desses estabelecimentos, tinha a cidade várias igrejas, sósinhas ou ligadas a hospitais e asilos.

A catedral era sustentada por dizimos e doações do tesouro real, mas a renda não era grande nem periodica. O clero da catedral, composto de doze religiosos, mais ou menos, não eram muito bem pagos e preferiam muito mais ser capelães das fazendas, onde, com independencia

maior parte dos navios chegava então, embora apenas oito ou dez navios por ano pareça um numero verdadeiramente insignificante. Cf. Soares, *Tratado*, p. 132.

(38) Soares, *Tratado*, pag. 134-141, 174.

(39) *Ibid.*, p. 140.

dos deveres do capítulo, recebiam o dobro da paga que ali lhes era dada. Os conventos viviam da esmola dos colonos. Os colonos haviam dado aos capuchinhos a terra para seu estabelecimento e tambem construíram-lhes a igreja. Os beneditinos parece que obtiveram suas esmolas fóra da cidade, entre os habitantes das fazendas (40). O colégio dos jesuitas, instalado nos seus proprios terrenos, como os outros estabelecimentos, tinha, além disso terras de fazenda nas proximidades, que lhes davam ao mesmo tempo mantimento e renda, inclusive currais de gado (41).

Alguns dos colonos eram fazendeiros de consideravel fortuna, que viviam nas fazendas mas mantinham casa na cidade. Sua riqueza ostentava-se à sua passagem pela cidade, em lombo de animal, seguido por servos e escravos. Vestiam-se com opulencia, como podiam fazer homens de muitos mil cruzados, e as mulheres da familia quasi só vestiam seda (42). Representavam, entre os portuguezes, uma das extremidades da escala social. Na outra estavam os artifices, os trabalhadores sem especificação e os mendigos. No meio, os funcionarios do governo, os comerciantes e outros portuguezes em diferentes meios de vida (43).

Ocupada a terra, fóra da cidade, principalmente por lavouras de cana, junto à cidade havia exceções para as hortas e pomares (44). Aí os fazendeiros cultivavam generos de alimentação, frutas e verduras, que traziam à praça da cidade para vender aos habitantes da ci-

(40) Soares, *Tratado*, pags. 136, 173-174.

(41) Anchieta, pags. 413-415; Soares, *Tratado*, pags. 136, 173-174.

(42) Soares, *Tratado*, p. 141.

(43) *Ibid.*, pags. 143-147.

(44) Veja-se acima, o estabelecimento de João Nogueira, nota 5, pag. 141.

dade que não possuíam roças (45). Os cidadãos eram bem aprovisionados por esses produtos locais (46) e podiam escolher o que desejavam ao mesmo tempo que percorriam, nas proximidades, as lojas de vinhos da Madeira e das Canárias e as especiarias e outros produtos à que estavam habituados em Portugal (47).

Mas si a cidade andava tão ocupada e tão bem provida, que parte exerciam na sua vida os oito mil índios que ali por perto viviam, nos tres aldeamentos dirigidos pelos jesuitas?

Quando os portuguezes queriam mantimentos ou braços dos índios, dirigiam-se aos aldeamentos jesuiticos (48). Sob a direção dos jesuitas, um *principal* indio entrava em acordo com eles sobre a espécie de mercadorias a serem permutadas e a espécie de trabalho a ser executado. Frequentemente mais de cem indigenas por mês trabalhavam para os portuguezes. Geralmente iam trabalhar nas casas dos portuguezes, mas ocasionalmente podiam ajudar tambem no trabalho das fazendas. Os jesuitas impuzeram uma restrição no trabalho dos índios por permuta. Como era pequeno o numero de índios e todo o seu trabalho necessario à produção de mantimentos para os proprios aldeamentos, não era permitido a nenhum indigena aceitar nenhum trabalho por escambo sinão depois de concluido o trabalho no aldeamento. O mesmo cuidado na conclusão das tarefas era exigido dos indigenas quando iam a trabalhar para os portuguezes.

(45) Soares, *Tratado*, p. 141.

(46) "Legumes não faltam da terra e de Portugal: beringelas, alfaces, couves, aboboras, rabãos e outros legumes e hortaliças". Cardim, p. 289.

(47) Soares, *Tratado*, p. 141.

(48) A descrição do escambo nas paróquias que se segue é condensada de uma longa passagem in Anchieta, pp. 381-382, a leitura de toda a qual é recomendável.

Si um indigena aldeado deixava a tarefa por concluir, era compelido a voltar e conclui-la. A unica desvantagem no trabalho pelo sistema de escambo era o fato da distancia em que ficavam os aldeamentos das casas portuguezas tornar às vezes difficil a permuta. Ainda assim, era impossivel transferir para mais perto os aldeamentos, pois a terra entre estes e a cidade, agora ocupada por roças e fazendas dos portuguezes, haviam sido tomadas aos indios, pelos colonos, anos antes. A despeito dessa difficuldade, a procura de trabalhador pelos portuguezes excedeu frequentemente o numero de indios disponiveis.

Enquanto os aldeamentos corporificaram assim a restauração jesuitica do sistema de escambo, levavam adiante, tambem, a obra que Mem de Sá lhes indicára. Instalados à vanguarda da cidade, serviram como primeira linha de defesa contra tentativas hostis e contribuíram com soldados para as forças do governador. Nos tres aldeamentos haviam aproximadamente oitocentos homens capazes de guerrear. Forneciam suas proprias armas e seus proprios víveres, e mais de uma duzia de vezes foram guerrear pelo governador. Além desse trabalho puramente militar, tambem policiaram a região da

Nenhuma grande mudança aparece na vida dos indios do aldeamento, e suas vidas continuavam a gravitar em tórno dos dois centros da agricultura e da religião. Os jesuitas ainda celebravam missas nas primeiras horas da manhã antes de os indios saírem para se entregar aos seus varios labores. (Cardim, p. 315; Anchieta, p. 381). Os meninos ficavam na escola por algumas horas e aprendiam a ler, a escrever, e recebiam lições de aritmética e doutrina. Os nativos adultos voltavam do campo á tarde e então recebiam de novo instrução religiosa. (Anchieta, p. 381). Essa disciplina era tão eficiente que o alimento nunca escasseava. Quarenta pessoas que chegassem sem previo aviso poderiam ser alimentadas sem qualquer difficuldade aparente. (Cardim, p. 294. Cf., acima, pp. 111, nota 48).

Bahia. No caso da revolta dos escravos da Guiné, os índios aldeados, sob direção portuguesa, foram mobilizados contra os rebeldes, e depois percorreram a região em busca de escravos fugitivos, afim de restituí-los aos seus senhores.

Comparada com os terríveis dias de 1562 e 1563, a vida nos aldeamentos na década de 1580 parece idílica. Estreitamente dominados pelos jesuitas, e reconhecidos como aliados armados do governador, viveram sem ser molestados pelos colonos. Sua vida combinava disciplina e franquia da escravidão e suas relações com os colonos deram-lhes, por seus braços e pelo mantimento que forneciam, o escambo que tanto desejavam.

* * *

Idílica, sim, e também uma vida que indica, por contraste e comparação, a posição económica dos índios no Brasil em fins do primeiro século da posse portuguesa da terra.

Esses índios da Bahia, protegidos pelo governo e fiscalizados pelos jesuitas representaram uma das duas classes nas quais estavam agora agrupados os índios amigos. Segregados dos colonos como estavam e provendo de reservas de mantimento e, de tempos em tempos, ajuda militar, desfrutavam uma posição que (é sedutor pensar-se assim) era exemplo típico da que possuíam os índios livres na região agrícola do nordeste. A outra classe era muito menos artificialmente preservada. No sul, na região de São Vicente, os índios amigos, e ainda livres, menos dizimados pela luta e pela doença, misturaram-se muito mais, em termos de independência, com os portugueses. Na ausência da pressão económica exercida pelas lavouras, essa segunda classe agiu principalmente como aliados que ajudaram os homens de São Vicente a invadir e desvendar o interior do continente.

O contraste entre as duas classes de índios não é maior do que o existente entre todos os índios do Brasil em fins do século e a tribo que Cabral encontrou ao descer á praia em 1500. Então, e nos trinta anos seguintes, sua vida com os portugueses pareceu, em conjunto, facil e proveitosa. O pau-brasil que os portugueses desejaram podia ser obtido pelo escambo que os índios desejavam; e no relativamente fortuito trabalho de torar a madeira, não era necessario a coação.

Mas o aumento do numero de portugueses que chegavam com os donatarios para estabelecer lavouras e formações coloniais dificultou e tornou impossivel a continuação de relações tão fáceis. O escambo continuou a servir como meio pelo qual os portugueses podiam ainda obter dos índios muitas necessidades da vida, mas para a grande atividade da plantação de cana era uma relação impropria. O escambo era util. Era um método de relações que ambos, portugueses e índios, se haviam habituado; mas tendia a tornar-se insatisfatório e, o que é peor, do ponto de vista dos portugueses, não podia mais ser usado, de modo consistente, para obter trabalho disciplinado.

3 A escravização dos índios, que se seguiu, si levada ao fim lógico de sujeição de todos os indigenas, teria convertido todo o trabalho dos índios uma questão de coação. Então, talvez, as lavouras teriam coberto toda a terra em toda a sua extensão, e os engenhos poderiam funcionar incessantemente porque haveria á mão trabalho suficiente. O suprimento de víveres para os portugueses tambem nunca teria sido ameaçado, pois o trabalho disciplinado teria sido tão produtivo nas roças quanto nas fazendas. Mas a escravização não pode chegar a esses extremos. Para o governo real, os índios eram valiosos para dar aos portugueses uma vantagem numérica na luta contra outros índios. Para os jesuitas, a posição economica ou

militar dos índios contava por menos na antecipação da eternidade do que o estado de suas almas. O governo e os jesuitas assim ficaram entre os colonos e os índios, insistindo pela volta á prática costumeira como meio de ganhar o interesse dos índios livres, dando-lhes independencia dos colonos, e, ao mesmo tempo, dando aos portuguezes o beneficio de seu mantimento e seu trabalho. Como consequencia, diferentes condições de índios tiveram diferentes relações com os portuguezes. Os índios livres podiam usar o escambo, e o sistema restaurado existiu lado a lado com o trabalho forçado dos índios escravos. †

A catastrophe do drama proveiu, propriamente, da fraqueza inerentes aos protagonistas. Contra as moléstias dos portuguezes não tinham defesa os índios, e essa causa de seu enfraquecimento é, portanto, accidental. Mais imediatamente economico, quanto ao seu carater, é o fato de que eles parecem ter sido insatisfatórios em atender á procura, por parte dos portuguezes, de trabalho disciplinado para a lavoura.

Tomados em conjunto, na perspectiva historica, embora os índios de toda a costa pareçam fracos contra a crescente força dos portuguezes, deixaram no entanto profunda impressão na historia de sua terra. Foi com eles que os portuguezes trataram e, em grande parte, foi sua fraqueza ou sua força que afetou a condição do Brasil primévo.

No norte, o auxilio dos índios, dado em escambo ou sob coação, tornou possivel o fundamento de uma economia agraria no sólo e na vida da região. Ao mesmo tempo, embora valiosos na sua ajuda, não continuaram a prover a espécie de trabalho então necessitado, e sua deficiencia compeliu os fazendeiros a procurar em outra parte um suprimento de braços. Esse suprimento, encontra-

ram-no entre os escravos negros da Africa, que, ao mesmo tempo que substituiu os indios e provia o trabalho desejado, exercia tão profunda influencia em todas as fases da vida dos portuguezes no nordeste do Brasil.

No sul, onde a exportação agricola não se fixou, e onde a tendencia á escravização, por isso mesmo, era menor, os indios livres inclinaram-se a permanecer igualmente livres e amigos, como uma parte irrestrita da população. O escambo continuou como meio pelo qual cada um podia obter parte do que queria, e continuou, tambem, lado a lado com a escravidão para outros fins. As condições da vida em São Vicente, por isso mesmo, favoreceram a independencia dos indios amigos. Os portuguezes desde logo dirigiram-se para a exploração num tempo em que seus visinhos indios continuavam suas guerras intestinas contra inimigos tradicionais. Com diferentes objetivos, os dois povos agiram como aliados, escorraçando ou escravizando seus inimigos comuns, e desvendando a terra.

No seculo XVI, no norte, a ajuda e depois o malogro dos indios como elemento de trabalho agricola, ao fixar o carater economico dessa região e abrir caminho ás ultteriores influencias étnicas, converteram a planicie costeira na mais importante zona do Brasil. No seculo XVI, no sul, a mistura de indios e colonos e sua mutua ajuda como aliados deram aos homens do sul a força com a qual abriram as regiões do interior que se tornaram cada vez mais importantes nos séculos XVII e XVIII.

Embora seja possivel simplificar e estabelecer um padrão na historia das relações economicas dos indios e portuguezes, não se deve supor que essa simplicidade fosse sempre tão aparente na contextura do sec. XVI. Na melancólica experiencia de sua velhice, Anchieta conheceu, melhor do que ninguem, quanto fôra complexa a

luta. A necessidade de converter os índios não seria tarefa tão difícil si os jesuitas tivessem de combater apenas o domínio da idolatria. Mas não só deviam precaver-se contra a volta dos indígenas á barbaria, como tambem contra a quêda de alguns portuguezes nos caminhos da impiedade. Os inconstantes indígenas pareceram muitas vezes prontos a succumbir aos encantos materiais dos portuguezes. E os portuguezes tornavam-se inconscientes, em seus muitos modos de prear os índios. Si com suas antigas animosidades os índios e os portuguezes não podiam fazer causa comum, individualmente eles se opunham aos esforços dos jesuitas. Foi o que disse Anchieta, a despeito dos anos de seu trabalho e aquelas limpidas oportunidades em que ele ganhou a luta contra o demonio. A possibilidade de maiores conversões, que tornaram toleraveis os descontentamentos, conduziu seus irmãos jesuitas á obra de civilização dos brasileiros. Mas os ataques e lutas, e a poderosa animosidade, disse ele, foram parte da antiga luta entre os portuguezes e os índios que no Brasil só acabaria com os proprios índios (49).

(49) Anchieta, p. 291 (escrita no Espirito Santo, 1594).

APENDICE

EM 1567, depois de uma série de ataques contra os índios, Nobrega e outros jesuitas debateram os aspectos teológicos e jurídicos da escravidão, para formular uma política a ser adotada no Brasil. A solução era premente, pois os jesuitas, encarregados de proteger os índios livres e amigos, não dispunham então de um critério de julgamento dos casos individuais. O debate refletiu, em varios pontos, a atitude de Nobrega em relação aos índios, mas, em mais ampla perspectiva, indicou de modo geral a atitude dos que se lhe assemelhavam. Limitado a duas questões, o debate não deu lugar à discussão da teoria da escravidão, sua necessidade, sua moralidade ou muito de sua historia. Contudo, a presunção de que a escravidão é uma instituição natural, baseada no fato de que alguns povos nasceram para ser escravos, constitue a base da exposição. Ao apresentar aqui um apanhado dessa discussão, não se tenta discutir o que ha de certo ou errado no caso, tal como o apresenta Nobrega, nem se procura corrigir as inexatidões de ordem histórica então cometidas. O leitor verá, no entanto, com que intensidade essa discussão reflete o periodo descrito no Capitulo V (1).

O debate abriu com uma discussão, pelo padre Quiricio Caxa, da lei 2.^a c *de Patribus*, especialmente relacionada com duas questões: I, *si pôde um pai vender seu*

(1) A sumula que se segue baseia-se no texto impresso por Serafim Leite em sua *Novas Cartas Jesuiticas*, pags. 113-129.

filho; e II, *si pôde alguém vender-se a si mesmo*. No caso I, Caxa decidiu-se pela afirmativa, em face de extrema necessidade, em virtude da ajuda que o filho deve ao pai. No caso II, a resposta também foi afirmativa, desde que a pessoa tenha mais de vinte anos, pois cada um é dono de sua própria liberdade.

A resposta de Nobrega começou com uma interpretação literal da lei *de Patribus*, em questão, e acentuou que a lei referia-se apenas à grande pobreza e necessidade de comer, e não à extrema necessidade. Não insistiu, no entanto, sobre a premissa de Caxa acerca do direito dos pais ao sustento. Preferiu dirigir a exposição à discussão das leis naturais e os conflitos entre elas. Nesses conflitos, a lei mais forte prevalece. Assim, a poderosa lei natural da conservação de si mesmo (que ele descreve como obrigação natural de conservar a vida) sobreleva outras leis naturais que governam as relações de uma pessoa com seus filhos e permite a venda dos filhos e a perda da própria liberdade afim de se manter a si mesmo com vida.

Uma série de corolários seguiram-se a esse ponto, nem todos estritamente pertinentes à matéria. Por exemplo, ele investigou a lei canonica e as opiniões dos pais da igreja sobre a venda dos filhos e fez distinção entre varios casos contidos na Biblia. Examinou também a nomenclatura do caso: extrema necessidade, grande necessidade, etc.

Então, num quinto corolário, ele apelou para exemplos historicos familiares aos portuguezes da Bahia. O exemplo escolhido foi o dos potiguares que, durante a fome de 1550, venderam seus filhos para obter comida. Esses filhos, afirmou ele, eram escravos legitimos, pois eram vendidos para mitigar a desgraça dos pais.

Por outro lado, num sexto corolário, achou que a venda de filhos na Bahia, entre 1560 e 1567, não era

comparavel. A fome, disse ele, não foi suficientemente severa. Os filhos eram vendidos por razões outras que não aquela aprovada: a de mitigar a extrema necessidade. Portanto, não deviam ser considerados escravos. Concluiu essa parte da discussão com a recomendação de que todos os funcionarios do rei examinassem cuidadosamente os casos de escravidão à luz desse raciocinio, afim de determinar a legitimidade da escravidão.

Ao discutir si alguém pôde vender-se a si mesmo, voltou à questão da grande necessidade. Via de regra, ninguem pôde vender-se a si mesmo à exceção de caso de grande necessidade. Evidentemente, disse ele, como a liberdade está na base da lei natural não deve ser perdida, sinão quando a razão para perde-la estiver tambem na lei natural e for mais poderosa.

Num primeiro corolário, tomou o exemplo dos indios na Bahia e no Espirito Santo, para mostrar que os escravizados depois de 1560 não eram escravos legitimos. Comentando a pacificação de Mem de Sá, analisou os ataques dos portuguezes aos indios e a expulsão dos indios de suas terras e aldeias. A guerra dos caetés, que fugiu ao controle, precipitou a catástrofe porque os colonos lançaram mão da "guerra justa" proclamada para atacar indiscriminadamente. O resultado foi a desmoralização dos indigenas. Não havia, segundo disse ele, extrema fome, pois nesse caso a fome era causada pela desmoralização dos indigenas, que, por sua vez, era causada pelos portuguezes, que os impediram de cultivar generos de alimentação. Os portuguezes, e nenhuma força natural, é que eram responsaveis pela fome.

Tomou a seguir o caso da escravização dos indios aldeados, durante e depois da guerra dos caetés. Esses indigenas aldeados não podiam ser escravos porque já haviam começado a ser civilizados. Embora não usando a expressão exata de "escravidão natural", mostrou acei-

tar esse ponto de vista. Porque esses indios eram agora ao mesmo tempo convertidos e de certo modo civilizados, e não estavam no mais baixo estado da existencia humana e, consequentemente, não mais sujeitos à escravização.

A aplicação pratica dos pontos no debate foi feita numa conclusão, a "*Questão pratica, de consciencia*". Era possível, segundo as premissas do debate, as pessoas venderem-se a si mesmas e aos seus filhos, legitimamente. Em consequencia, era tambem possível que os portuguezes houvessem comprado legitimamente muitos dos seus escravos. Ao mesmo tempo, muitas caças ao escravo e compras indiscriminadas haviam acompanhado as transações legais. Em virtude da dubiedade de muitos casos, todos os confessores, assim como os penitentes, obrigavam-se, como questão de consciencia, a conhecer e examinar bem a maneira pela qual os penitentes, ou outros quaisquer, houvessem sido escravizados.

NOTA BIBLIOGRAFICA

Os dados bibliograficos completos, em relação a cada uma das obras publicadas sobre as quais pesquizei ao preparar este estudo, encontram-se ao pé da pagina em que ocorrem tais referencias.

Uma obra a que me referi frequentemente é *HCP* — a *Historia da colonização portugueza do Brasil*. Essa grande obra de colaboração contem muitos artigos de consideravel extensão, por estudiosos de varios aspectos da historia brasileira e portugueza. Esses artigos, quasi todos inspirados pelo espirito nacionalista da comemoração, tratam o assunto de um ponto de vista restrito e raramente exgotam as possibilidades das fontes de material. Em consequencia, os artigos foram de menos valia do que as seções de documentos reproduzidos, que acompanha cada um deles. A *Historia*, por isto mesmo, é valiosissima para facil consulta a bom texto de muitas das fontes aqui mencionadas.

Mencionei, na introdução, certas características da *Historia geral* de Vernhagen. Basta acentuar aqui que, a despeito da antiguidade da obra e seu campo limitado principalmente à historia politica, continúa a ser uma das melhores historias gerais do Brasil. A edição utilizada aqui, anotada e organizada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, oferece correções e acréscimos que desfazem os poucos erros de fato no trabalho de Varnhagen.

O mais recente estudo da historia colonial em escala mais ampla é o de Almeida Prado. Essa obra veio-me às mãos depois de ter completado mas antes de revisto o meu manuscrito.

Sem aproveitar detalhadamente suas pesquisas, levei em conta varios pontos de sua obra, na revisão do meu trabalho. Como até agora Almeida Prado só publicou os dois primeiros volumes dos seis de que se compõe a sua obra, não se pôde ainda formar sobre ela um juizo completo. A principal diferença entre o seu trabalho e o de Varnhagen, comparação que se impõe, é que ele dispoz de um numero de documentos desconhecidos ao tempo de Varnhagen. Como Varnhagen, ele se preocupa especialmente com os aspectos politicos e biograficos; talvez devido a essa preocupação, não alterou as linhas fundamentais da historia colonial, na medida em que se poderia esperar. A exata natureza de seus volumes a publicar é o que então se ha de ver; mas tendo ele posto como sub-titulo do seu segundo volume *Historia da formação da sociedade brasileira*, é de esperar alguma mudança no tom.

A presente nota dedica-se à descrição das fontes de material para a historia do século dezesseis no Brasil. Como se pôde avaliar por um exame nas referencias abaixo, esse material consiste em ordens do governo, cartas, etc., e relatos de viajantes e residentes. Entre os documentos officiais, as *cartas de doação* entregues aos donatarios eram doações de terras e poderes e os *forais* eram estipulações das relações fiscais do Rei, dos donatarios e dos colonos. Não diferem muito das concessões aos *landlords* em muitas partes do mundo, e *mutatis mutandis*, podiam ter sido postas em pratica tão bem em Maryland ou Virginia quanto no Brasil. Os *regimentos*, dados aos governadores, aos funcionarios fiscais, aos almirantes, e aos outros servidores do Rei, eram instruções definidas acerca daquilo que esses funcionarios deviam e como deviam fazer. O que foi dado a Tomé de Sousa, a que tanto nos referimos acima, é um exemplo típico. As

cartas regias, alvarás e outros instrumentos eram cartas, ordens e decretos para fins especiais.

As descrições da terra podem dividir-se em dois grupos. Num estão as obras que descrevem viagens então feitas para e na terra, com muitas referencias às maravilhas do país e aos habitos do povo. Essas obras são as cartas dos jesuitas, tão citadas acima, e a descrição da ocupação de Villegaignon na baía da Guanabara, escrita por Lery e Thévet. No outro grupo estão os tratados sobre a terra, nos quais falta o elemento narrativo do primeiro grupo. Tais são os de Gandavo e Soares de Sousa.

Alem das obras incluídas nesses grupos, existe um pequeno numero de historia, a *Historia do Brasil* de frei Vicente do Salvador, o *Novo orbe seráfico* de Jaboatão (1) e a *Cronica* (2) de Simão de Vasconcelos. Estes ultimos foram de pequena valia para este estudo, pois que se baseiam quasi sempre nas mesmas fontes.

Todas essas fontes — cartas, tratados e historias — têm um elemento em comum. Cada uma delas incluye, em maior ou menor escala, a transcrição de tradições orais. De modo geral, o que os jesuitas sabiam a respeito dos indios, além de sua propria observação, provinha em grande parte da tradição oral dos indigenas. Assim tambem parte do que Soares de Sousa tem a dizer acerca dos primeiros colonos portuguezes no Brasil é o relato daquilo que os portuguezes dos seus dias consideraram a historia dos primeiros estabelecimentos coloniais. A *Cronica* de Vasconcelos, embora baseada em cartas escritas pelos primeiros jesuitas, incluye às vezes trechos

(1) Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, *Novo orbe seráfico brasílico, ou Cronica dos frades menores da provincia do Brasil* (2 vols. Rio, 1858-61). Essa edição foi promovida pelo Inst. Hist. e Geog. Bras., da edição de Lisboa, 1761.

(2) Simão de Vasconcelos, S. J., *Cronica da companhia de jes. do estado do Brasil* (Lisboa, 1666).

cuja fonte só pôde ser a tradição oral entre os jesuitas e os colonos. O mais expressivo exemplo da transcrição da tradição oral é a *História* de frei Vicente. Levando em conta esse elemento da tradição oral, as fontes escritas podem ser usadas com considerável confiança, dependendo da consideração que o leitor der à oportunidade do autor para observar cuidadosamente. Soares de Sousa, por exemplo, em sua descrição da Bahia, deixa no leitor a impressão de que conhecia intimamente muitos dos documentos endereçados ao Rei por Mem de Sá.

Tomando em primeiro lugar os escritos de Lery e Thévet, ver-se-á que em grande parte eles se repetem um ao outro quanto ao assunto. Mas a diferença entre eles é acentuada. Ambos estavam com Villegaignon na colônia huguenote que Coligny quiz fundar na baía de Guanabara. Thévet, o cosmógrafo, só incidentalmente estava envolvido nas disputas teológicas que tanto contribuíram para o malogro da colônia. Seu livro, editado em Paris em 1557, embora inclua um relato da exposição de Villegaignon, é principalmente uma descrição da terra e do povo. Por outro lado, Lery tornou-se tão inteiramente leal à facção calvinista na baía de Guanabara, que chegou a ser, segundo disse, traído por Villegaignon. Em seu livro, impresso em 1578 em La Rochelle, a descrição da terra está subordinada à defesa da testantiva dos colonos huguenotes. Entremendo os tópicos sobre história natural e geografia encontram-se digressões às expensas dos detratores dos huguenotes. De certo modo, coube-lhe a última palavra na disputa teológica, pois seu livro veio à luz não só muito depois do de Thévet mas também muito depois de extinto o movimento de panfletos pró e contra Coligny.

As cartas jesuíticas exerceram grande influência sobre os escritores de história do Brasil, porque sua classificação da matéria, seu tom civilizado e sua coerência

fazem acentuado contraste com a barbaria circundante, ao tempo em que eram escritas essas cartas. Quasi todas, dentre as que foram usadas neste estudo, são relatórios para outros jesuitas, em outras partes do Brasil ou em Portugal, do que estavam fazendo no Brasil os membros da Companhia. Excetuam-se algumas cartas sobre assuntos inteiramente teológicos (*cf.*, por exemplo, Anchieta, pag. 272-273, 275, 276, 277-278). Em resumo, todas essas cartas contêm uma historia que, despida de seus detalhes, é simples. Primeiro, descrevem o estabelecimento da ordem e o começo do seu trabalho na Baía. Depois referem-se à extensão do trabalho até São Vicente. A seguir, ao discutir o envio de missões desses dois centros, descrevem como a obra prosperou ou não prosperou após o esforço inicial de fundação. As cartas de Nobrega, sobretudo, tratam do problema da fundação e sustento da ordem na região relativamente urbana da Baía: como levantar a renda, como obter ajuda desta ou daquela pessoa, como proteger aquilo que a ordem já recebera, qual a posição da ordem em face da lei civil e da lei canonica, e outros assuntos de negocio e administração. As cartas de Anchieta mostram outra situação, a da vida na região de São Vicente, mas selvagem. Em muitos pontos, essas cartas repetem o assunto das de Nobrega. Diferem inteiramente, no entanto, ao descrever o ataque português aos francezes, na baía de Guanabara, e na subseqüente fundação da cidade do Rio de Janeiro. Por um momento, os relatos de Anchieta, Lery e Thévet encontram-se para iluminar a cena de tres pontos de vista diferentes. O que se diz das cartas de Nobrega e de Anchieta é também verdade para as dos outros jesuitas, às quais, de certo modo, as daqueles dois fazem sombra. Suas cartas coligidas foram denominadas *avulsas*, excelente definição, pois ao examina-las o leitor perde o senso de uma mentalidade unica e forte observando e dirigindo

os negocios da Companhia no Brasil. Contudo, seria erro sério pensar que as cartas constituam simples relatórios de mensageiros. Depois de breve exame, os interesses e intenções de cada missivista tornam-se claros e ninguém confunde a firmeza de Rui Pereira com a aspereza de Leonardo do Vale. Em suma, as cartas jesuíticas (à parte os seus outros escritos, como sermões, relatorios sobre novos membros da Companhia, necrologios, etc.) apresentam, de um determinado ponto de vista, uma massa de informações sobre os índios e os portuguezes. A miscelânea dos dois povos, a continuação da antropofagia, a indianização do portuguez, a resistencia ou aceitação dos preceitos jesuíticos, estes e outros topicos estendem-se à larga. Menos evidente são as noticias de como corria a vida nas vilas, ou si os navios de Portugal chegavam no tempo devido, o preço das mercadorias, a produção do assucar numa determinada região ou a abundancia ou escassês do peixe.

Os dois tratados sobre o Brasil, por Gandavo e Soares de Sousa, são mais metódicos mas menos coloridos. A informação bibliografica sobre ambos pode ser encontrada na *Biblioteca lusitana* (3) ou no *Dicionario bibliografico portuguez* (4) ou nos prefácios às edições de suas obras já acima citadas. Gandavo (além do mais, humanista e amigo de Camões), viveu no Brasil e escreveu em 1570, aproximadamente, e mais tarde. De seus dois relatos, o primeiro (o *Tratado*) é uma rapida descrição do litoral (é claro, o que era conhecido no seu tempo), entremeado de algumas frases sobre a historia das capitancias. Seguem-se então alguns curtos capitulos sobre a flora e a fauna, com observações sobre os indigenas. No segundo (a *Historia*) trata quasi sempre do mesmo assunto, exceto quando demora em maiores detalhes sobre a flora, a fauna e os indigenas. Ambos os

relatos constam de escassas cento e cincoenta paginas impressas, mas nelas se encontra excelente observação.

O *Tratado* de Soares de Sousa, com todos os seus erros, é indispensavel ao estudo do Brasil seiscentista. Ele segue mais ou menos o mesmo plano de Gandavo, e, segundo Varnhagen, foi levado a escrever seu livro estimulado pelo de Gandavo. A primeira parte (*Roteiro geral*) é um *pilot-book* da costa, e veiu a servir de base para os *pilot-books* mais tarde publicados por Roussin e Pimentel. Entre suas instruções aos maritimos, intercala alguns capitulos de digressão sobre a historia das cidades ao longo da costa e outros sobre a historia dos indios. A segunda parte é principalmente dedicada a uma descrição da região da Bahia. Como latifundiario da região, conheceu-a bem; e guia convicto das virtudes de sua terra, conduz o leitor pela mão através das ruas da cidade e entre os engenhos dos seus confrades fazendeiros. Depois de descrever a fauna e a flora locais, conclue com um longo tratado sobre os tupinambás, com notas sobre outras tribus. Capistrano de Abreu disse dos tratados de Gandavo que eram propaganda para induzir os imigrantes a virem para o Brasil. A mesma observação póde ser bem aplicada à descrição que Soares faz da Bahia.

Das tres historias seiscentistas e setecentistas do Brasil, duas são cronicas de ordens religiosas, com referencias incidentais ao estado do país. A de Jabotão é a dos franciscanos. A de Vasconcelos é a dos jesuitas. Cada uma se baseia em cronicas de sua respectiva ordem, escritas em Portugal, e em cartas e relatorios dos primeiros franciscanos e jesuitas no Brasil. Deixam de parte a abundancia de detalhes e o fervor missionário que inundam a gramática e a retórica nas proprias cartas e tendem à idealização da obra dos primeiros missionários. A terceira dessas historias, embora tambem escrita por

um religioso, é apenas sobre a terra. Frei Vicente do Salvador teve à sua disposição uma surpreendente quantidade de documentos, como acentúa Capistrano de Abreu na penetrante análise que fez de suas fontes. Não era um mestre do estilo. Não exercia crítica sobre suas fontes. E as seguiu tão de perto e tão servilmente que, como diz Capistrano, seu livro é apenas coleção de documentos, mais uma coletânea de histórias do Brasil do que uma história do Brasil. Ainda assim, seu livro é notavelmente vivo, apaixonante, sinão fabuloso, mais que convincente ou meticuloso. Embora não se possa confiar nele, quanto às afirmações que faz sobre a história dos começos do Brasil, é inapreciável no preservar aquilo que o povo do Brasil setecentista julgou ter acontecido no século anterior.

FONTES

1. Cartas régias, doações, ordens, etc.

Cartas de grandes poderes ao capitão-mór Martim Afonso de Sousa, e a quem ficasse em seu lugar, 20 de novembro de 1530.

Carta de poder para o capitão-mór crear tabeliães e mais officiaes de justiça, 20 de novembro de 1530.

Carta para o capitão dar cartas de sesmarias, 20 de novembro de 1530.

Carta de D. João III a Martim Afonso de Sousa, 28 de setembro de 1532.

Carta de doação de João Vegado, 1462.

Carta de doação de Fernão Teles, 28 de janeiro de 1474.

Carta de doação de Martim Afonso de Sousa, sem data.

Carta de doação de Duarte Coelho, 10 de março de 1534.

Carta de doação de Pero do Campo Tourinho, 27 de maio de 1534.

Carta de doação de Vasco Fernandes Coutinho, 1 de junho de 1534.

- Carta de doação de Jorge de Figueiredo Correa, sem data.
- Foral de Martim Afonso de Sousa, 6 de outubro de 1534.
- Foral de Francisco Pereira Coutinho, 26 de agosto de 1534.
- Foral de Pero do Campo Tourinho, 23 de setembro de 1534.
- Foral de Duarte Coelho, 24 de setembro de 1534.
- Carta de confirmação da demarcação das capitânias de Pero de Goes e de Vasco Fernandes Coutinho, 12 de março de 1534.
- Carta regia regulando a doação da ilha de Santo Antonio a Duarte de Lemos, 8 de janeiro de 1549.
- Regimento de Tomé de Sousa, 17 de dezembro de 1548.
- Regimento de Antonio Cardoso de Barros, 17 de dezembro de 1548.
- Regimento dos provedores da fazenda del Rei Nosso Senhor nas terras do Brasil, 17 de dezembro de 1548.
- Alvará do provedor de Porto Seguro a Felipe Guilhem, 25 de janeiro de 1557.
- Carta regia pela qual Sua Magestade fez mercê a Mem de Sá de governador geral das capitânias do Brasil, 23 de julho de 1556.

2. Cartas, ordens, etc., dos donatarios e dos governadores.

- Tomé de Sousa: Mandados, alvarás, provisões, sesmarias (1549-1553).
- Mem de Sá: Instrumento dos serviços de Mem de Sá (1570).

CARTAS:

- | | |
|------------------------------|-------------------------|
| Duarte Coelho a D. João III, | 27 de abril de 1542. |
| " " | 20 de dezembro de 1546. |
| " " | 22 de março de 1548. |
| " " | 14 de abril de 1549. |
| " " | 24 de novembro de 1550. |

- Pero de Góes a Martim Ferreira, 18 de agosto de 1545.
 " D. João III, 29 de abril de 1546.
 " " 29 de abril de 1551.
 Pero do Campo Tourinho a D. João III, 28 de julho de 1546.
 Vasco Fernandes Coutinho a D. João III, 22 de maio de 1558.
 Tomé de Sousa a D. João III, 18 de julho de 1551.
 " " 1 de junho de 1553.
 Duarte da Costa a D. João III, 1 de março de 1553.
 Duarte da Costa a D. João III, 3 de abril de 1555.
 Duarte da Costa a D. João III, 3 de abril de 1555 (segunda carta, na mesma data).
 Duarte da Costa a D. João III, 8 de abril de 1555.
 Duarte da Costa a D. João III, 20 de maio de 1555.
 Duarte da Costa a D. João III, 10 de junho de 1555.
 Mem de Sá a D. Sebastião, 1 de junho de 1558.
 " " 31 de março de 1560.

3. Cartas, etc., dos jesuitas.

- José de Anchieta, Cartas, informações, fragmentos históricos, sermões (1554-1594).
 Fernão Cardim, Tratados da terra e gente do Brasil.
 Manoel da Nobrega, Cartas do Brasil (1549-1568).
 Cartas avulsas dos jesuitas (1550-1568).

4. Miscelanea, cartas, relatorios, etc.

- Vaz de Caminha a D. Manuel, 1.º de maio de 1500.
 Pietro Rondinelli, 3 de outubro de 1502.
 D. Rodrigo de Acuña ao Bispo de Osma, 15 de junho de 1527.
 D. Rodrigo de Acuña ao Rei de Portugal, 30 de abril de 1528.
 Diogo Leite ao Rei de Portugal, 30 de abril de 1528.
 Ambrosio de Meira a D. João III, 26 de setembro de 1545.
 Pero de Góes a D. João III, sem o mês, 1548.
 Pero de Góes a Martim Ferreira, 18 de agosto de 1545.

- Luis de Góes a D. João III, 12 de maio de 1548.
 Duarte de Lemos a D. João III, 14 de julho de 1550.
 Pedro Borges a D. João III, 7 de fevereiro de 1550.
 Afonso Gonçalves a D. João III, 10 de maio de 1548.
 Felipe Guilhem a D. João III, 20 de julho de 1550.
 Pedro Rico ao Bispo da Bahia, 1 de agosto de 1550.
 Licenciado Manuel a D. João III, 3 de agosto de 1550.
 Luis de Dias, mestre de obras, a D. João III, 15 de agosto de 1551.
 Bispo da Bahia a D. João III, 15 de agosto de 1551.
 " " 12 de julho de 1552.
 " " 11 de abril de 1554.
 Francisco Portocarrero a D. João III, 20 de abril de 1555.
 Jorge da Costa a D. João III, 10 de junho de 1555.
 Simão da Gama de Andrade a D. João III, 12 de junho de 1555.
 Jeronimo de Albuquerque a D. João III, 28 de agosto de 1555.
 Membros da Camara da Bahia a D. João III, 15 de dezembro de 1556.
 Llyuro da naao bertoa que vay pera a terra do Brazyll de que som armadores bertolameu marchone e benadyto morelle e fernã de lloronha e francisco miz que partiu deste porto de Lix.^a a xxij de feureiro de 511.
 Navegaçam q̃ fez p^o lopes de sousa no descobrimento da costa do brasil militamdo na capitania de Marti A^o de Sousa seu irmão na era de encarnaçam de 1530.
 Gabriel Soares de Sousa, Tratado descritivo do Brasil em 1587.
 Pero de Magalhães Gandavo, Tratado da terra do Brasil e Historia da provincia de Santa Cruz.
 Jean du Lery, Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil, autrement dite Amérique.
 André Thévet, Les singularitez de la France antarctique, autrement dite Amérique.
 Hans Staden, Warhafftige historia vnnnd beschreibung einer landschafft der wilden nacketen grimmiger menschfresser leuthen in den newen Welt America gelegen.

BIXA

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

Luis de Figueiredo Falcão, Livro em que se contém toda a fazenda e real patrimonio dos reinos de Portugal, India e ilhas adjacentes e outras particularidades.

N. B. — A' exceção dos que foram editados separadamente (por exemplo Anchieta, Staden, Falcão, etc.), as fontes acima enumeradas foram usadas pela reprodução feita nas seguintes coleções de miscelâneas:

Alguns documentos do arquivo nacional da Torre do Tombo, coligidos por José Ramos Coelho (Lisboa, 1892).

Documentos historicos (41 vols. até a data, 1928 —. Vols. I-II editados pelo Arquivo Nacional; III-XXXIV pela Biblioteca Nacional; XXXV-XLI pelo Ministerio da Educação e Saude; Biblioteca Nacional: Varios editores). (Rio, 1928—).

Historia da colonização portugueza do Brasil: Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independencia do Brasil, organizada por Carlos Malheiros Dias, (3 vols. Porto, 1924-1926).

“Documentos relativos a Mem de Sá, governador geral do Brasil”, coligidos por Manuel Cicero Peregrino da Silva, Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, XXVII (1905), 119-280.

Noticias antigas do Brasil, 1531-1551. (Separata dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, LVIII, 1940).

★ *Este livro foi composto e impresso na Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais" Ltda., à rua Conde de Sarzedas, 38, S. Paulo, para a Companhia Editora Nacional, em junho de 1943.*